

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**LÍVIA DE CARVALHO BORGES**

**SOCIABILIDADE E POLÍTICA:  
OLIVEIRA LIMA, JOAQUIM NABUCO E O PAN-AMERICANISMO (1899-1907).**

**FRANCA  
2007**

**LÍVIA DE CARVALHO BORGES**

**SOCIABILIDADE E POLÍTICA:**

**OLIVEIRA LIMA, JOAQUIM NABUCO E O PAN-AMERICANISMO (1899-1907).**

**Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.**

**Orientadora: Prof.a Dr.a Teresa Maria Malatian.**

**FRANCA  
2007**

Borges, Livia de Carvalho

Sociabilidade e política : Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo (1899-1907) / Livia de Carvalho Borges.

–Franca : UNESP, 2007

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História,  
**Direito e Serviço Social – UNESP.**

1. Pan-americanismo – Joaquim Nabuco – Oliveira Lima.
2. Diplomacia – História – Brasil. 3. Política externa – História – Brasil.

CDD – 327.0981

## AGRADECIMENTOS

Ampliando a experiência iniciada na graduação, a etapa do mestrado revestiu-se de importância especial no percurso da minha vida, não apenas pelo aprendizado ensejado e pelos conhecimentos que me facultou adquirir no seu transcurso, mas também por haver possibilitado o estabelecimento de contatos com pessoas que se tornaram importantes, quando não fundamentais, para a realização deste trabalho, seja pelas informações prestadas, quando estas se fizeram necessárias, seja pela atenção ou paciência demonstrados nos momentos difíceis do caminho, ou pelo fato de simplesmente se mostrarem amigas, merecendo, por isso mesmo, figurar nessa página destinada aos agradecimentos.

Nesse sentido, agradeço com especial carinho à Professora Dr.a Teresa Maria Malatian, a quem vejo não apenas como orientadora, mas como uma amiga, cujos apontamentos, correções, sugestões e críticas (manifestados em momentos distintos desta trajetória) revelaram-se essenciais à boa condução do trabalho, bem como se mostraram essenciais a energia e a sensibilidade com que muitas vezes me ajudou a encontrar caminhos que nem sempre se mostravam muito claros para mim. A ela expressei meu reconhecimento e meu agradecimento não apenas pela parte que lhe diz respeito no andamento desse trabalho, que, diga-se de passagem, não é pequena, mas também pela agradável convivência iniciada ainda na graduação.

Aos Professores Drs. Alberto Ággio e Samuel Alves Soares agradeço também pelas contribuições fornecidas durante o Exame Geral de Qualificação, que se mostraram particularmente significativas para que esse trabalho chegasse a um bom termo, na medida em que possibilitaram dirimir dúvidas e ao mesmo tempo ampliar reflexões em torno de temas essenciais que lhe diziam respeito.

Aos funcionários da biblioteca da UNESP-Franca, de um modo geral, expressei meu agradecimento, extensivos também às funcionárias da Seção de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, História e Serviço Social, por se mostrarem sempre atenciosos e gentis, auxiliando-me na localização de livros e de documentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa, bem como com a prestação de informações relevantes para o desenvolvimento de minha vida acadêmica.

Ao CNPq expressei meu reconhecimento pela bolsa de pesquisa que me foi fornecida, que tornou possível a realização, mais do que deste trabalho, de um projeto de vida que era a concretização do mestrado.

Às amigas com quem convivi de maneira mais direta durante este período - Márcia Carolina de Oliveira Cury, Cláudia Aparecida Francisco, Ana Paula Andrade, Fernanda de Melo Barbosa, Sônia Jorge Rodrigues e Gabriela Cristina Engler (que passaram a figurar na galeria dos meus afetos mais caros) agradeço também pela agradável convivência que me propiciaram, bem como agradeço a algumas pessoas, que, embora não tenham contribuído diretamente para o andamento dessa pesquisa, no que diz respeito aos aspectos técnicos, bibliográficos e intelectuais, ofereceram-me o que considero, talvez, o suporte primordial, o suporte afetivo, sem o qual, com certeza, os trechos áridos e menos alegres desse percurso se fariam acentuados.

Nesse sentido, agradeço aos meus irmãos, Beatriz, Lílian, Eduardo e Fernando, por dividirem comigo as experiências comuns da vida, conferindo ao dia-a-dia um toque especial, e aos meus pais, Leon e Célia, a quem dedico prioritariamente não apenas este trabalho e meus agradecimentos, mas, sobretudo, o meu amor!

## RESUMO

Considerado a “Era dos Impérios”, o período que abarca os anos de 1875 a 1914 caracterizou-se não apenas pela corrida imperialista dos países europeus em direção à África e à Ásia, mas também pela emergência dos Estados Unidos como um novo pólo de poder no cenário internacional – fato esse que resultou na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana com a constituição do Pan-americanismo. Com essa diretriz de política externa, observou-se o crescente interesse da nação do norte pela América Latina, no sentido de ampliar suas áreas de influência, aumentando conseqüentemente seus investimentos. Levando-se em conta a relevância dessa temática, visto ter sido foco de intensos debates na produção intelectual do período, pretendeu-se com esse trabalho analisar a trajetória pessoal do historiador e diplomata pernambucano Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) e de seu contemporâneo Joaquim Nabuco (1849-1910), com o fito de verificar suas posições em relação ao Pan-americanismo e, como conseqüência, o papel que a temática e a prática diplomática pan-americana (criticada ou defendida) teve no processo de ruptura entre os dois intelectuais. Sabe-se que, ambos os intelectuais alcançaram posição de destaque no cenário diplomático republicano, tendo se sobressaído Oliveira Lima como um dos principais críticos do Pan-americanismo e da diplomacia brasileira, que se conduzia no sentido de estreitar relações com os Estados Unidos, ao passo em que Joaquim Nabuco caracterizou-se como um dos seus mais importantes defensores e propagandistas. Nesse sentido, na temática do Pan-americanismo parece estar a explicação das causas para o fim de um relacionamento, que começando ainda no regime monárquico chegaria ao fim por volta de 1906, no contexto de realização da Terceira Conferência Internacional Americana, presidida por Joaquim Nabuco, na condição de embaixador brasileiro e da qual Oliveira Lima esteve ausente. Configurando-se como seguidores ou opositores de determinada tradição diplomática revelam, mediante suas posturas e produções intelectuais, algumas facetas das inúmeras tensões presentes no campo diplomático da Primeira República. Partindo-se do princípio de que na condição de atores políticos, executores ou formuladores da política externa nacional, suas idéias representam grupos sociais maiores, a escolha desse objeto justificou-se, permitindo divisar os direcionamentos da política externa nacional no final do século XIX e início do XX, tanto no que toca às relações do Brasil com os Estados Unidos, quanto no que se refere às relações com a América Latina.

**Palavras-chave:** pan-americanismo, relações exteriores, diplomacia.

## ABSTRACT

Considering the “Empire Era”, the period that includes the years from 1875 to 1914, characterize itself not only the imperialist run of the European countries in direction to Africa and Asia, but also by the emergency of the United States as a new power pole in the international political scene – a fact that resulted in the passing of the British hegemony to the North- American with the constitution of the Pan-Americanism. With this external politics’ directive, it was observed the increased interest of the North’s nation to the Latin America with the purpose to make bigger its influences areas, consequently increasing its investments. Considering the relevance of this theme, seeing the focus of intense discussions in the intellectual production of the period, it was intended with this work to analyze the personal trajectory of the historian and diplomat of Pernambuco, Manuel de Oliveira Lima (1867 – 1928) and his contemporary Joaquim Nabuco (1849 – 1910), with the purpose of verifying his positions in relation to the Pan-Americanism and, as consequence, the performance that the theme and the Pan-American diplomatic practice (criticized or defended) had in the rupture process between the two intellectuals. We know that, both intellectuals reached the distinction position in the republican diplomatic scene, had stood out Oliveira Lima as one of the main critics of the Pan-Americanism and of the Brazilian diplomacy, that conducted itself to make smaller the relationship with the United States, considering that Joaquim Nabuco characterized himself as one of the most important defenders and advertisers. In this aspect, in the Pan-Americanism theme seems to be the explanation of the causes to the end of a relationship, that beginning in the monarch regimen it would get to the end approximately by 1906, in the realization context of the Third International American Conference, presided over by Joaquim Nabuco, in the condition of Brazilian ambassador and from which Oliveira Lima was absent. Configuring themselves as followers or opponents of determined diplomatic tradition reveal, through his postures and intellectual productions, some facets of the innumerable tensions presents in the diplomatic area of the Prime Republic. Getting started from the principle that in the condition of political actors, executors or formulators of the external national politic, their ideas represent bigger social groups, the choice of this object had been justified, allowed delimit the directions of the external national politic in the end of the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, as in what means to the relations between Brazil and United States, as in what refers to the relations with the Latin America.

**Key-words:** pan-americanism, external relations, diplomacy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
 <b>CAPÍTULO 1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA PASSAGEM DA HEGEMONIA BRITÂNICA PARA A NORTE-AMERICANA</b>	
<b>1.1 Os Estados Unidos e a construção de uma nova ordem mundial.....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 Os antecedentes históricos do Pan-americanismo .....</b>	<b>31</b>
<b>1.3 A política Externa brasileira na passagem da Monarquia para a República.....</b>	<b>39</b>
<b>1.4 Rio Branco e a política externa brasileira.....</b>	<b>51</b>
 <b>CAPÍTULO 2 JOAQUIM NABUCO E OLIVEIRA LIMA</b>	
<b>2.1 Joaquim Nabuco – um monarquista a serviço da República .....</b>	<b>60</b>
<b>2.2 Oliveira Lima – um intelectual nas fronteiras da História e da Diplomacia .....</b>	<b>76</b>
<b>2.3 Entre Southwell e Cornwall Gardens – o fortalecimento de uma amizade .....</b>	<b>89</b>
 <b>CAPÍTULO 3 O PAN-AMERICANISMO NA VISÃO DE JOAQUIM NABUCO E OLIVEIRA LIMA</b>	
<b>3.1 Os conflitos pessoais e as divergências diplomáticas .....</b>	<b>106</b>
<b>3.2 Os conflitos de política externa – as críticas ao Pan-americanismo.....</b>	<b>114</b>
<b>3.3 O rompimento entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima.....</b>	<b>124</b>
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	 <b>137</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 <b>141</b>

## INTRODUÇÃO

Considerado, com muita propriedade, a “Era dos Impérios”<sup>1</sup>, o período que abarca os anos de 1875 a 1914 caracterizou-se não apenas pela corrida imperialista dos países europeus em direção à África e à Ásia, mas também pela emergência dos Estados Unidos como um novo pólo de poder no cenário político internacional, fato que resultou na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana com a constituição do Pan-americanismo, diretriz de política externa que postulava a união das Repúblicas hemisféricas sob a égide da potência emergente.

Em face desse quadro, caracterizado pela paulatina perda da supremacia britânica no controle do equilíbrio de poder europeu e global, observou-se o crescente interesse dos Estados Unidos pela América Latina no sentido de ampliar suas áreas de influência, aumentando conseqüentemente seus investimentos, num processo em que dificilmente os países latino-americanos conseguiriam resistir à vigorosa atração exercida por essa nova potência.

No caso específico do Brasil essas alterações acarretaram implicações importantes na sua política externa na medida em que promoveram o deslocamento de seu eixo da polaridade européia para a americana, revertendo o quadro proveniente da Monarquia que durante quase toda a sua vigência pautou-se essencialmente pelo estabelecimento de relações com a Europa, sobretudo, com a Inglaterra, então vista como a fiel representante da civilização européia e como o modelo político-econômico por excelência.

Anunciada de certa forma nos últimos anos do Segundo Reinado, a inflexão promovida nos últimos anos do século XIX acentuou-se com o regime republicano, sobretudo depois da primeira década, quando alcançada a estabilização político-institucional e econômica interna, o país passou a enquadrar-se efetivamente no quadro do Pan-americanismo, contribuindo para isso não só as pretensões que os novos representantes

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, E.J. *A Era dos impérios (1875-1914)*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.46.

políticos tinham de finalizar o longo ciclo de isolamento em que o país vivera até então em relação a seus vizinhos, mas também a simpatia com que estes passaram a olhar os Estados Unidos, percebidos como um modelo de democracia liberal e de progresso material.

Buscado com mais afinco desde o 15 de novembro, esse estreitamento de relações diplomáticas, comerciais e financeiras com os países hemisféricos, mormente com os Estados Unidos, atingiu seu apogeu após a primeira década republicana, destacando-se nesse processo a atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912) durante os dez anos em que esteve a frente do Iamaraty (1902-1912).

Figura emblemática da diplomacia brasileira, por conta de sua atuação na burocracia estatal (1876-1912), que abarcou tanto a função de cônsul do Brasil em Liverpool, quanto a de ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, na Suíça e na Alemanha, além da função de chanceler de quatro governos republicanos, Rio Branco inaugurou, graças ao notável traço de continuidade que soube imprimir na condução dos assuntos de política externa<sup>2</sup>, uma nova fase nas relações exteriores<sup>3</sup> do país, que passou a ter como seus principais pilares a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, a resolução das fronteiras nacionais e a promoção do comércio brasileiro. Intensificando a aproximação entre os dois países, não obstante ainda procurasse manter o equilíbrio de poder alcançado na Monarquia no que dizia respeito às relações com a Europa, marcou o estilo de fazer diplomacia, perdurando por vários anos como modelo a ser seguido, embora com algumas variações.

Desse modo, se os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República corresponderam ao deslocamento do eixo da política externa brasileira da Europa para a América, o período inaugurado por Rio Branco representou a consolidação desse processo com a adesão do país ao Pan-americanismo tanto como diretriz diplomática, quanto como

---

<sup>2</sup> BURNS, B. Rio Branco e sua política externa. **Revista de História**, São Paulo, n.58, p.367-381, 1964.

<sup>3</sup> Aquí entendidas como as relações que se processam entre unidades políticas organizadas, conforme considerou Pierre Milza. Para uma melhor definição ver MILZA, P. Política interna e política externa. In: REMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

visão de mundo<sup>4</sup>, conformando uma inflexão que por não ter se dado de forma consensual abriu cisões no campo político e diplomático da época, situando de um lado os que se lhe opuseram e de outro os que se lhe mostraram favoráveis.

Dentre os intelectuais que se ocuparam dessa temática destacaram-se Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) e Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), cujas concepções e trajetórias pessoais revelaram-se particularmente importantes para a compreensão da dinâmica diplomática da primeira década republicana, quando se consagraram como principais expoentes dessas duas correntes.

Historiadores e diplomatas pernambucanos, nascidos no Recife, não obstante as origens familiares e trajetórias distintas ocuparam posições destacadas no campo intelectual da Primeira República, tanto pela significativa obra historiográfica produzida ao longo de suas vidas, quanto pela atuação jornalística e diplomática desempenhada durante o regime republicano. Na condição de homens de letras, aqui entendidos como indivíduos voltados para o estudo, para a leitura e para a produção intelectual, por isso mesmo intérpretes de determinada realidade social, elaboraram extensa e diferenciada obra, cuja multiplicidade temática reflete a diversidade de interesses que estiveram na pauta de suas principais preocupações.

Guardadas as devidas proporções, as trajetórias pessoais de lado a lado apresentaram semelhanças e diferenças, que explicam, de certa forma, as posturas assumidas ao longo de sua permanência no serviço público, bem como as idéias políticas por eles elaboradas. Veiculadas ora nos artigos produzidos para a imprensa, ora na correspondência pessoal ou nos livros editados, essas idéias contribuíram para sua consagração no rol dos grandes nomes do pensamento brasileiro no período em questão.

---

<sup>4</sup> MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP : Moderna, 1997.

Filho de importante família política do Império e de latifundiários pernambucanos, Joaquim Nabuco, não obstante tivesse nascido no Recife, passou a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, local em que realizou sua formação intelectual, posteriormente complementada na Faculdade de Direito de São Paulo e do Recife. Herdeiro da cultura européia, em que fora educado, atuou com grande destaque na atividade jornalística, iniciada aos dezessete anos na Academia, e ainda mais na política interna do país, em que militou, ao longo de três mandatos parlamentares (1879-1888), a favor da abolição, do federalismo e da reforma monárquica.

Na passagem do regime monárquico para o republicano, afastou-se da vida pública por quase dez anos entregando-se aos seus livros e ao projeto de recontar a trajetória de seu pai e do Império decaído, período em que se consagrou como historiador da vida política imperial. Desse longo período de ostracismo saiu em 1899 quando, a convite de Campos Sales, se integrou ao corpo diplomático brasileiro para advogar os interesses do país na disputa de limites com a Guiana Inglesa, aproximando-se do ideal republicano e demonstrando simpatias para com o Pan-americanismo, que passou a defender tornando-se um forte aliado de Rio Branco, visto ter concordado com os rumos tomados pelo Itamaraty.

De origem mais modesta, Oliveira Lima seguiu caminho inverso, pouco se destacando na política interna nacional. Ainda criança transferiu-se com seus pais para Portugal, onde passou a maior parte de sua infância e juventude, educando-se nos padrões intelectuais europeus, num processo que se completaria no Curso Superior de Letras de Lisboa, do qual sairia, em 1888, duplamente habilitado em História e Literatura. Embora também tivesse se destacado na atividade jornalística, iniciada aos quinze anos, sua atuação mais expressiva deu-se nos assuntos de política externa em virtude da longa permanência no serviço diplomático (1890-1913), que incluiu representações em Lisboa, Berlim, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo, em diversos postos como o de secretário de legação, o de encarregado

de negócios e o de ministro plenipotenciário, e mais ainda no campo dos estudos historiográficos em que se destacou com a elaboração de trabalhos referentes à história do Brasil e de Pernambuco, entre outros tantos assuntos.

No âmbito das reflexões elaboradas por Joaquim Nabuco e por Oliveira Lima acerca da aproximação entre Estados Unidos e América Latina, e, num desdobramento, da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, percebe-se que estas transitaram por posições extremadas passando, no primeiro caso, das críticas iniciais à posterior adesão, e no segundo caso da admiração inicial a posteriores críticas, visão corroborada pela análise da atuação dos dois intelectuais num período anterior e posterior a ascensão de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, que possibilitou a manifestação pública dessas posições.

Exponentes de posições distintas em relação à política externa brasileira e ao Pan-americanismo, mantiveram uma relação de proximidade que, iniciada em 1882, quando Oliveira Lima realizava estudos no Liceu Acadêmico e Nabuco, aos trinta e três anos amargava suas primeiras decepções políticas, chegou, contudo, ao fim em 1906, no contexto de realização da Terceira Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro, em virtude do acirramento de suas posturas políticas e também de conflitos pessoais ligados às nomeações para os principais postos diplomáticos.

Na produção historiográfica brasileira, ambos os historiadores despertaram a atenção de diversos estudiosos, que não só se ocuparam da elaboração de biografias, mas também de estudos destinados a desvelar aspectos de seu pensamento ou de suas obras, não sendo, portanto, poucos os estudos que, na historiografia brasileira, lhes fazem referência, não obstante sejam em maior número os que se referem ao líder abolicionista.

No cômputo geral, o conjunto das obras que se dedicam a Oliveira Lima constitui-se, em sua maior parte, de pequenos estudos, ensaios biográficos ou artigos que ora destacam sua acuidade intelectual e sua atuação como autor polêmico ou sua condição de historiador da

nacionalidade brasileira<sup>5</sup>, ora referem-se à sua condição de homem sociável, familiarizado com os parâmetros da vida na alta sociedade, inteirado dos acontecimentos e polêmicas de seu tempo, ainda que muitas vezes estivesse distante do cenário político brasileiro<sup>6</sup>. Outras há que fazem referência a determinados aspectos de seu pensamento político e social, historiográfico ou diplomático<sup>7</sup> ou às suas relações com intelectuais contemporâneos<sup>8</sup>, mantidas por meio de uma assídua correspondência.

Nesse conjunto a temática do Pan-americanismo e das relações com Joaquim Nabuco parece haver despertado pouco interesse por parte dos historiadores, sendo poucas as que fazem referência ao seu posicionamento diante da diplomacia norte-americana, às suas concepções em torno do Pan-americanismo e às suas relações com Joaquim Nabuco. É o que se pode perceber pela leitura do trabalho de Fernando da Cruz Gouvêa – *Oliveira Lima: uma biografia*<sup>9</sup>, que, conquanto seja um denso trabalho apoiado em uma extensa e diferenciada documentação, prende-se a uma análise minuciosa de sua vida, sem, contudo, aprofundar a análise de seu posicionamento e de suas obras.

De igual modo procedem Ângela de Castro Gomes<sup>10</sup> e Paulo Roberto de Almeida, apenas mencionando a situação de divergência entre Oliveira Lima e Rio Branco. Outro tanto não acontece com o trabalho de Teresa Malatian – *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*<sup>11</sup>, cuja abordagem ampla relaciona vida e obra. Em suas reflexões a autora concedeu atenção mais acurada às concepções elaboradas por Oliveira Lima em torno do Pan-americanismo, identificando a mudança no seu posicionamento, deixando um tanto mais

---

<sup>5</sup> MOTA, C. G. Oliveira Lima e a nossa formação. In: SILVA, A. C. (Org.). **O Itamaraty na cultura brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001., p.180-103.

<sup>6</sup> CARDOSO, M. S. Oliveira Lima; diplomata da Belle Époque. **Ciência e Trópico**, Recife, n.9, p.35-50, 1981.

<sup>7</sup> SANTOS, F. M. A querela dos heróis: liderança política e *ethos* americano em Oliveira Lima e José Enrique Rodó. **História**, São Paulo, n.22, p.72-98, 2003.

<sup>8</sup> GOMES, A. C. Gilberto Freyre e Oliveira Lima: Casa Grande e Senzala e o contexto historiográfico no início do século XX. **História**, São Paulo, n.20, p.29-49, 2001.

<sup>9</sup> GOUVEA, F. C. **Oliveira Lima: uma biografia**. Recife: IHGP, 1979. 3 v.

<sup>10</sup> GOMES, A. C. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.121-137, 2004.

<sup>11</sup> MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, São Paulo: FAPESP, 2001.

claras suas idéias acerca do progresso material norte-americano e das diretrizes pan-americanas, mencionando o fato dessa revisão estar, de certa forma, ligada aos conflitos existentes com o Barão do Rio Branco.

No caso das obras dedicadas a Joaquim Nabuco a situação não é muito diferente no que toca à tipologia do material produzido – artigos, ensaios, capítulos de livros, muito embora se ressalte a existência de um grande número de biografias, dentre as quais se sobressai a de Luís Vianna Filho – *A vida de Joaquim Nabuco*<sup>12</sup>. Paralelamente aos estudos biográficos destaca-se um grande número de artigos dedicados a temas específicos com os quais Joaquim Nabuco esteve ligado, como o do abolicionismo<sup>13</sup>, o do liberalismo e da escravidão<sup>14</sup>, ente outros.

Nesse conjunto a temática do Pan-americanismo aparece com uma freqüência maior, sendo mencionada em obras como a de Marco Aurélio Nogueira – *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*<sup>15</sup>, sendo o tema principal de outras – *Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo*<sup>16</sup>, em que os autores procuram identificar o momento que Joaquim Nabuco adere ao monroísmo, tornando-se um de seus principais propagandistas.

No tocante às divergências entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, merece destaque o livro de João Frank da Costa – *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*<sup>17</sup>, em que, analisando a atuação diplomática de Joaquim Nabuco ao longo de sua carreira (1899-1910), dedica algumas páginas à Oliveira Lima, situando-o como um dos intelectuais que criticaram a postura de Joaquim Nabuco no tocante à defesa idealista do Pan-americanismo, tentando aclarar os pontos em que os dois divergiram, sendo, porém, curioso, notar que no estudo mais

<sup>12</sup> VIANNA FILHO, L. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

<sup>13</sup> COSTA, M. C. Abolicionismo e reconstrução nacional: O liberalismo social de Joaquim Nabuco. **Estudos Históricos**, Franca, v.4, n.2, p.133-141, 1997.

<sup>14</sup> MARSON, I. A. Liberalismo e escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso. **Revista USP**, São Paulo, n.17, p.102-113, 1993.

<sup>15</sup> NOGUEIRA, M. A. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>16</sup> ANDRADE, O. S. **Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo**. São Paulo: Ed. Nacional, Brasiliense, 270, 1950.

<sup>17</sup> COSTA, J. F. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

recente sobre esses dois autores – *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma de americanização das relações internacionais do Brasil*<sup>18</sup>, o autor não recupere a relação de amizade que os dois tiveram, tampouco discorra sobre as divergências existentes entre os dois no tocante à política externa norte-americana.

Pelo contrário, embora mencione que em determinado momento da carreira os dois amigos rompem relações, procura demonstrar que os intelectuais partilhavam das mesmas noções acerca da superioridade norte-americana, das questões de raça e meio e também em torno da América Latina, defendendo a idéia que as representações ideológicas que ambos elaboraram acerca desses assuntos contribuíram para que se fixasse um modelo de relações internacionais – o da americanização, do qual Rio Branco foi o seu principal expoente.

Levando-se em conta o destaque alcançado pelos dois intelectuais, no tocante à defesa ou a crítica do Pan-americanismo, o presente trabalho pretendeu aprofundar a análise dos itinerários pessoais de Oliveira Lima e de Joaquim Nabuco, com o fito de verificar não só os diferentes posicionamentos, mas em que medida essa temática (criticada ou defendida) teria contribuído para o afastamento entre os dois, adotando, assim, como balizas cronológicas os anos de 1899 a 1907, momento em que ambos elaboram as revisões acerca da política externa norte-americana.

Nesse sentido arrolaram-se como fontes dessa pesquisa não apenas livros sobre a temática em questão, mas também os diários, as memórias e a correspondência pessoal trocada entre os dois<sup>19</sup>, aqui vistos como importantes complementos da obra de um

---

<sup>18</sup> SILVEIRA, H. G. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: faces de um paradigma de americanização das relações exteriores do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

<sup>19</sup> O conjunto da correspondência aqui analisada compõe-se de cerca de 103 cartas, sendo 77 delas da autoria de Oliveira Lima, 3 da autoria de sua esposa Flora de Oliveira Lima e 23 da autoria de Joaquim Nabuco, das quais apenas 30 foram publicadas, permanecendo as outras inéditas. Com exceção de uma carta, a primeira que se encontrou escrita por Nabuco a Oliveira Lima (datada de 14/10/1882, publicada no volume *Cartas a Amigos*) as demais compreendem o período de 1897-1906, e me foram gentilmente cedidas pela professora Dr.ª Teresa Maria Malatian que as coletou na Fundação Joaquim Nabuco (FJN) e no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APJE), em Pernambuco.

autor<sup>20</sup>, na medida em que possibilitam remontar a rede de relações em que ambos estiveram inseridos.

Para a realização deste trabalho revelaram-se particularmente significativas as considerações de Pierre Bourdieu no âmbito da sociologia do conhecimento. De acordo com suas reflexões “[...] existir socialmente significa ocupar uma posição determinada na estrutura social e trazer-lhe as marcas, sob as formas de automatismo verbais ou mecanismos mentais, [...] depender, ter e ser tido, em suma, pertencer a grupos e estar encerrado em redes de relações que têm a objetividade, a opacidade e a permanência da coisa e que se lembram sob as formas de obrigações, de dívidas, de deveres, em suma, de controles e sujeições”<sup>21</sup>.

Pode-se inferir a partir daí que a reconstrução de um percurso individual implica se considerarem os diferentes vínculos que o ligam a determinado espaço social, aqui entendido como um espaço múltiplo, composto por campos, isto é, redes relacionais, relativamente independentes uns dos outros, mas sujeitos de alguma forma ao campo de produção econômica<sup>22</sup>, em que se manifestam diferentes produções culturais, mediante as quais são engendradas visões de mundo.

Desse modo, levando-se em conta que no processo de produção o intelectual se acha inserido numa rede de sociabilidade que não apenas o conecta a um universo cultural específico, do qual retira os elementos necessários à interpretação do cenário político-social em que se acha envolvido<sup>23</sup>, mas também demarca sua inserção no campo da intelectualidade de seu tempo, foi possível analisar as trajetórias de Oliveira Lima e de Joaquim Nabuco ultrapassando sua dimensão individual, para se considerar a filiação dos mesmos a diferentes grupos ou associações, o que se revelou útil à verificação das condições em que teorizaram a respeito da temática do Pan-americanismo.

---

<sup>20</sup> GOMES, A. C. **Em família**: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Campinas: Cecult, 2005.

<sup>21</sup> BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p.42-43.

<sup>22</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>23</sup> SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro FGV, 2003, p.231-269.

Partindo-se do pressuposto de que na condição de atores políticos, executores ou formuladores da política externa nacional, suas idéias representaram grupos sociais maiores, a hipótese fundamental que direcionou a condução deste trabalho consistiu em observar que no processo de revisão de seus posicionamentos, logo no de ruptura entre os dois, estiveram em jogo não apenas questões de divergências de política externa, mas também de interesses outros ligados ao jogo das movimentações diplomáticas, em que, ao contrário de Nabuco, Oliveira Lima se viu muitas vezes preterido.

Configurando-se como seguidores ou opositores de determinada diretriz de política externa, revelaram, mediante suas posturas e produções intelectuais, algumas facetas das inúmeras tensões presentes no campo diplomático da Primeira República, em face do que a escolha desse objeto justificou-se, na medida em que permitiu divisar os direcionamentos da política externa nacional no final do século XIX e início do XX, tanto no que toca às relações do Brasil com os Estados Unidos, quanto no que se refere às relações com a América Latina.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos em que se procurou discutir os principais temas da pesquisa, tais quais, a emergência dos Estados Unidos como novo pólo de poder e o surgimento do Pan-americanismo, as implicações que essas alterações tiveram na política externa brasileira na passagem do Império para a República, a atuação de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores e, por fim, a atuação de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima na diplomacia brasileira.

No Capítulo 1 - *A política externa brasileira na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana*, objetivou-se contextualizar as transformações observadas no cenário político internacional de meados do século XIX e início do XX – período em que os intelectuais a que esse trabalho se refere atuaram na diplomacia brasileira, transformações essas que possibilitaram a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica e a conseqüente estruturação de uma nova ordem mundial, na qual o antigo sistema europeu de

Estados foi, por fim, superado. Além disso, objetivou-se analisar a política externa brasileira na passagem do Império para a República, posto que nesse contexto o Brasil não ficou indiferente às transformações que se davam no cenário mundial, transitando da polaridade britânica para a norte-americana.

No item 1 – *Os Estados Unidos e a construção de uma nova ordem mundial*, procurou-se caracterizar o sistema internacional que se constituiu após os primeiros quinze anos do século XIX, quando a falência dos ideais franceses de unificação europeia sob a égide de Napoleão Bonaparte ensejou a ascensão da Inglaterra como principal centro de poder, no que era secundada pela Rússia, Áustria e Prússia e pela França. Concomitantemente buscou-se discorrer acerca da maneira pela qual a liderança norte-americana vai sendo construída contrabalançando a preponderância britânica no hemisfério ocidental.

Nesse sentido, o segundo item – *Os antecedentes históricos do Pan-americanismo*, referiu-se à consolidação da hegemonia norte-americana mediante a adoção de uma postura diplomática mais agressiva – o Pan-americanismo, o que colocou a necessidade de se remontar à elaboração da Doutrina Monroe e às iniciativas de integração continental encetadas por Simon Bolívar, das quais a prática diplomática pan-americana retirou seu conteúdo essencial.

No terceiro item – *A política externa brasileira na passagem da Monarquia para a República*, procurou-se aclarar as principais características da postura internacional brasileira, demonstrando que da *Pax-britânica* à hegemonia norte-americana o eixo da política externa nacional deslocou-se paulatinamente da Inglaterra para os Estados Unidos. Na seqüência desse tópico, no quarto item – *Rio Branco e a política externa brasileira*, concedeu-se particular atenção à atuação do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), cuja larga gestão significou o período áureo da diplomacia brasileira

na Primeira República, além de compreender a maior parte do tempo em que Oliveira Lima e Joaquim Nabuco permaneceram no corpo diplomático nacional.

No Capítulo 2 – *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*, pretendeu-se não apenas contextualizar os dois autores e o seu pensamento, aclarando o papel que os dois realizaram nos âmbitos da Diplomacia e da História, mas também elaborar um mapeamento da relação que os dois mantiveram, destacando o seu início em 1882, quando Oliveira Lima ainda era um jovem estudante em Lisboa e Joaquim Nabuco já se achava envolvido nas campanhas abolicionistas, até os três primeiros anos do século XIX quando os dois intelectuais passaram a uma convivência mais estreita.

No primeiro item – *Joaquim Nabuco – um monarquista a serviço da República*, pretendeu-se elaborar um esboço biográfico que pudesse, de uma maneira ou de outra, aclarar os principais traços da vida e da obra de um autor que atuou nos campos da história, da diplomacia e do jornalismo, além de haver se sobressaído no cenário político do Segundo Reinado. Desse modo, objetivou-se ressaltar as condições de sua formação, sua atuação pública no Império, seu afastamento da cena política no início do regime republicano e seu retorno a ela como representante diplomático brasileiro em questões importantes para o país.

O segundo item, *Oliveira Lima - um intelectual nas fronteiras da História e da Diplomacia*, teve por meta destacar a figura de Oliveira Lima como a de um intelectual perspicaz, voltado para a produção de estudos históricos e para o exercício da diplomacia, circulando por importantes espaços de sociabilidade como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a *Academia Brasileira de Letras* e o *Itamaraty*, entre outros, e em contato com importantes personalidades de seu momento histórico.

No terceiro item - *Entre Southwell e Cornwall Gardens – o fortalecimento de uma amizade*, objetivou-se verificar, mediante a análise da correspondência trocada entre os dois, a

relação de amizade que os dois construíram em Londres, em meados de 1900, bem como os principais temas, assuntos e práticas sociais que os uniram.

No tocante ao Capítulo 3 – *O Pan-americanismo na visão de Joaquim Nabuco e de Oliveira Lima*, pretendeu-se analisar a última fase da relação entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – a fase da ruptura, com o objetivo de identificar seus fatores causais e o teor das críticas que este vai dirigir ao Pan-americanismo e assim compreender as duas posições. No item 1 – *Os conflitos pessoais e as divergências diplomáticas*, buscou-se destacar a inflexão que as carreiras diplomáticas de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco sofrem quando Rio Branco assume o Ministério das Relações Exteriores, que termina por alçá-los à posições diferentes no seio da diplomacia, tais quais a de opositor e a de defensor das diretrizes de política externa introduzidas pelo novo ministro durante sua gestão. Dessa inflexão resultou para Oliveira Lima posições críticas no âmbito das movimentações diplomáticas que darão origem a intensos conflitos com Rio Branco, ao passo em que para Joaquim Nabuco sua carreira recebe um impulso favorável com sua elevação à condição de primeiro embaixador brasileiro.

No item 2 – *Os conflitos de política externa – as críticas ao Pan-americanismo*, pretendeu-se verificar em que medida os conflitos pessoais dos bastidores se transformam em divergências diplomáticas públicas, por parte de Oliveira Lima, que se consagra como um diplomata dissidente ao criticar a postura do chanceler da República e também, destacar a maneira pela qual Joaquim Nabuco acompanha o desenrolar dos acontecimentos, já que era amigo dos dois.

No item 3 – *O rompimento entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*, pretendeu-se analisar as principais causas do rompimento entre os dois amigos no contexto da Terceira Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906, além de pretender também aclarar o teor das críticas lançadas por Oliveira Lima ao Pan-americanismo.

## **CAPÍTULO 1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA PASSAGEM DA HEGEMONIA BRITÂNICA PARA A NORTE-AMERICANA.**

*O que definia o século XIX era a mudança: mudanças em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico Norte, que eram, à época, o núcleo do capitalismo mundial. Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial (HOBSBAWM, 2002, p.46).*

## 1.1 Os Estados Unidos e a emergência de uma nova ordem mundial

Ao brindar ao nascimento do século XX, o senador norte-americano Albert J. Beveridge formulou os seguintes votos, como que a se antecipar ao quadro que se desenharia no cenário político internacional nos anos vindouros: “O século vinte será americano. O pensamento americano o dominará. O progresso americano lhe dará cor e direção. As conquistas americanas o tornarão ilustre”<sup>24</sup>.

Pronunciadas, com ares proféticos, num provável momento de descontração, tais palavras ganham amplo sentido quando se considera as alterações que tiveram ensejo desde então e que, enraizadas na segunda metade do século anterior, possibilitariam a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica, bem como a estruturação de uma nova ordem mundial, na qual o antigo sistema europeu de Estados seria, por fim, superado.

Nascendo sob o signo da *Revolução* em virtude do legado deixado pelos movimentos políticos franco-americano, do final do século XVIII, e também pelas mudanças econômicas promovidas pela Primeira Revolução Industrial, os anos 1800 presenciaram uma série de transformações tanto nos âmbitos científico, artístico e cultural, quanto no campo da tecnologia e no das relações entre os Estados. Nesse cenário, marcado pela resistência política ao Antigo Regime e pelo triunfo capitalista (sob os auspícios do liberalismo), estruturou-se um sistema internacional multipolar<sup>25</sup> que, a princípio circunscrito ao continente europeu, serviria de pano-de-fundo para a expansão da indústria e para o conseqüente desenvolvimento

---

<sup>24</sup> Frase atribuída ao senador Albert J. Beveridge, em 1900, ao brindar “ao século XX”. apud. TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. p. 155. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 155-190.

<sup>25</sup> O conceito de sistema internacional é aqui entendido, de acordo com as reflexões de Cristina Soreanu Pecequilo, como o conjunto de relações entre diferentes atores, interdependentes, situados em determinado meio e sujeitos a uma regulação própria. Possuindo dimensão, estrutura e consistência específica, se define pela multipolaridade quando, dentro de seus limites, seus componentes principais dividem poderes. Para uma melhor definição, ver PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004. cap.2, p37.

de um mercado global. Nessa “estrutura de poder de geometria pentagonal”<sup>26</sup>, em que diferentes Estados brigavam pela supremacia do mais forte, a Grã-Bretanha ocupava o centro da cena política, na condição de potência naval insulada e sede de um Império extra-continental, no que era secundada pela França, enfraquecida pelas perdas militares, pelas rivais Áustria e Prússia e pela Rússia, na parte oriental do continente.

A preponderância britânica no cenário político mundial devia-se a fatores importantes tais quais: as condições de sua economia – a esse tempo em avançado estágio, à formação de uma extensa base naval (com a maior marinha mercante e de guerra), ao estabelecimento de uma série de investimentos no plano exterior e, também à sua condição de região geográfica insulada, relativamente distanciada dos embates que periodicamente inquietavam os outros Estados. Desfrutando de ampla liberdade de atuação em virtude do prestígio alcançado, por ser, de longe, a maior economia exportadora de capitais, de serviços comerciais e financeiros e de serviços de transporte, a Grã-Bretanha conseguia estabelecer um equilíbrio de poder global, estendendo sua hegemonia<sup>27</sup> aos territórios de além-mar.

Nesse sentido, articulando-se no importante caminho das trocas oceânicas e procurando consolidar um mercado entre a América e a Europa que pudesse absorver o excedente de mercadorias que, se não repassado, poderia ameaçar sua estabilidade econômica, voltou-se para o Atlântico Sul com a incorporação das colônias de Barbice, Essequibo e Demerara – desmembradas da Guiana Holandesa após as deliberações do Congresso de Viena, não sem antes incorporar aos seus domínios as possessões caribenhas (no decorrer dos

---

<sup>26</sup> MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Moderna, 1997, p. 185.

<sup>27</sup> Esse conceito é aqui referido como a preponderância na imposição de poder de um Estado (bem como de seus interesses) sobre sistemas internacionais ou globais, mediante a utilização de instrumentos de influência, controle, liderança e prestígio, cujo resultado principal é a introdução de novos arranjos e regras às relações político-econômicas entre os Estados. Para uma melhor definição ver: SILVA, G. A.; GONÇALVES, N., **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005. p.102.

séculos XVII e XVIII) e estender sua influência sobre a colônia do Cabo, sobre a região das Malvinas e sobre a região da Bacia do Rio da Prata.

A penetração comercial inglesa na América Latina foi, em grande parte, facilitada pelo quadro de desarranjo político, econômico e social resultante das guerras de independência experimentada pelas regiões do continente, que lhe facultou solidificar sua posição no hemisfério, no contexto da quebra dos antigos vínculos com as metrópoles ibéricas, mediante o incentivo e o reconhecimento ao processo emancipador das colônias, além de priorizar a promoção de políticas econômico-liberais e o estabelecimento de laços comerciais, de grande interesse para seu desenvolvimento, posto que sua supremacia econômica dependia enormemente de sua relação com os mercados ultramarinos – fonte de produtos primários e importadores para seus produtos.

Assim, firmemente atreladas ao centro capitalista londrino, do qual advinham capitais, na forma de investimentos e de empréstimos, a América Latina se configurava como importante área de influência britânica, não sendo demasiado afirmar que “Nas primeiras décadas do século XIX, [...] estava para a Grã-Bretanha como estivera para a Espanha, no início do século XVI. Nem mesmo faltaram planos para se estabelecer um protetorado britânico sobre a área”<sup>28</sup>. Nesses anos, em que a economia girava ao redor do centro londrino, sustentando-se na libra esterlina, a potência hegemônica contribuía para a formação de um clima dinâmico e equilibrado, na medida em que colocava seus produtos no mundo dependente, comprava bens manufaturados de seus rivais, obtendo vultosos rendimentos provenientes de investimentos no exterior, e dos serviços comerciais internacionais, tais quais os ligados aos bancos e seguros.

Não obstante, sua ascendência na parte sul do continente impunha afastar a presença de possíveis competidores que, se não repelidos, poderiam criar sérios obstáculos ao seu

---

<sup>28</sup> BUENO, C. **A Política Externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1902-1918). 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 30.

incontestável predomínio marítimo <sup>29</sup>. Durante as primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha lutou pela manutenção de seu quase monopólio comercial nas Américas, em face da atuação norte-americana que, timidamente, já se fazia sentir na região criando um clima, senão de graves conflitos e rivalidades, pelo menos de prevenções e reservas<sup>30</sup>, pois muito embora no aspecto comercial não houvesse espaço para competições, por conta da assimetria nos fluxos comerciais mantidos pelas duas nações com as repúblicas americanas e pela grande disparidade nos lucros deles advindos, o mesmo não se dava no campo do transporte naval.

Apoiados numa significativa marinha mercante, os comerciantes norte-americanos esforçavam-se por implantar um sistema mais flexível de comércio e navegação, procurando participar de maneira mais efetiva no transporte de mercadorias de seus vizinhos que ainda não dispunham de meios próprios para fazê-lo. Contudo, impedidos de competir com os britânicos, dada a desigualdade de possibilidades econômicas, os Estados Unidos se afastariam da área, voltando-se especialmente para as condições de seu mercado interno, então resguardado pelas medidas protecionistas, permanecendo nesse quadro até as últimas décadas do século.

Há que se ressaltar que o país passava por um momento de significativo desenvolvimento econômico decorrente do avanço na cultura do algodão que, em face da crescente demanda inglesa pelo produto, o havia guindado à posição de seu maior exportador, contribuindo para tal fato não só as excelentes condições climáticas e de solo, mas também a revolução operada no sistema produtivo com a introdução da *cotton gin* – a descaroçadora de algodão que capacitava o sul do país a se inserir nesse mercado com amplas vantagens. Não obstante esta retração, a argúcia britânica não poderia impedir por muito tempo a atuação de sua antiga colônia, que, desenvolvendo-se a passos rápidos, passaria a exercer, um efetivo

---

<sup>29</sup> BUENO, C. O Brasil e a terceira conferência internacional americana. **Estudos Históricos**, Marília, n.13/14, p.7-84, 1975.

<sup>30</sup> WHITAKER, A. P. **Os Estados Unidos e a independência da América Latina (1800-1830)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

papel de contrapeso à sua influência no Novo Mundo, consolidada, conforme se viu, desde a ruptura dos monopólios coloniais e a conseqüente decadência das potências ibéricas.

Com efeito, o avanço da cultura algodoeira trouxe em seu bojo não só a necessidade de expansão das *plantations*, mas também a da abertura de novos mercados para os grandes fazendeiros, que apoiados na crença de que as terras à oeste estavam geograficamente predestinadas à expansão da sociedade, que assim cumpria seu *Destino Manifesto*<sup>31</sup>, para lá se dirigiram, ampliando, consideravelmente, o território nacional, ora às expensas dos territórios ocupados pelos indígenas, ora daqueles pertencentes aos vizinhos mexicanos. Nesse processo de expansão continental realizado no curto espaço de setenta anos (1778-1848), destacaram-se a ocupação das regiões situadas na cabeceira do rio Ohio e também próximas aos Apalaches, além da aquisição da Flórida e do Texas.

No entanto, a inserção dos Estados Unidos numa economia de cunho essencialmente capitalista só teria ensejo após os anos 60, nos esforços de reconstrução do país em virtude dos resultados da Guerra Civil (1861-1865), que, deixando esfacelado o sul e vitorioso o norte, seria o ponto de partida desse processo de crescimento econômico, que alteraria a correlação interna de forças fazendo com que sua economia, até então caracterizada pela competição entre pequenos produtores, se transformasse num conjunto de empresas gigantescas, gerando um processo de monopolização peculiar tanto no setor industrial e financeiro, quanto no dos transportes<sup>32</sup>.

Desde o início do século XIX, as condições para a eclosão do conflito já se achavam em curso em virtude da estrutura econômica do país, que diferenciando o norte e o sul não só propiciava a emergência de padrões sociais distintos e de interesses variados, como também dificultava a constituição de uma institucionalidade jurídica, política e econômica que pudesse

---

<sup>31</sup> SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão**: uma história da política norte americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

<sup>32</sup> TEIXEIRA, op. cit., 164.

atender a ambas as partes. Embasada em dois tipos de sociedade capitalista – uma agrária, assentada nas grandes propriedades e no trabalho escravo, vinculada ao mercado inglês, tal era a do sul, e outra industrial, articulada na agricultura de alimentos e na propriedade familiar, tal qual a do norte, a economia norte-americana cedia campo a antagonismos, “em que a questão central, do ponto de vista formal, era a escravatura, mas que, do ponto de vista real, era o poder; ou seja, o uso dos instrumentos de poder para favorecer uma ou outra das duas sociedades [...]”<sup>33</sup>.

Findo o conflito, o panorama não era dos mais animadores. O país destruído, com fazendas arruinadas, proprietários endividados e cidades calcinadas pelo fogo, via-se tendo que lidar com uma série de problemas que requeriam soluções em regime de urgência. Passando a ditar as regras do jogo político, as elites nortistas, na dianteira do poder, iniciaram uma série de transformações que, aceleradas, modificariam a face do país, sobressaindo-se, nesse processo, a introdução da malha ferroviária que, cruzando o país de lado a lado e facilitando o trânsito de bens e de pessoas, bem como impulsionando o sistema das comunicações, ensejou a formação dos monopólios das grandes empresas, comumente dirigidas por grupos familiares como o dos Vanderbilt, dos Rockefeller, dos Morgan, dos Carnegie, dos Westinghouse, entre outros.

Além das significativas alterações no plano interno, o avanço da industrialização promoveu também consideráveis mudanças no campo de sua política externa, até então pautada pelo isolacionismo, que dera o tom de suas relações com os demais Estados desde o período posterior à independência. Premidos pelas limitações impostas pela criação das leis antitrustes e pela necessidade de expansão econômica, vista como meio adequado à manutenção de seus rendimentos, os Estados Unidos voltaram-se para o comércio exterior,

---

<sup>33</sup> TEIXEIRA, op. cit., p.161.

mediante a enunciação da política de *Portas Abertas*, com que pretendiam garantir o acesso de seus produtos e de seus capitais na China.

Os anos posteriores a 1870 são exemplares, nesse sentido, por marcarem não só uma fase de grande crescimento econômico para os Estados Unidos, mas também sua incorporação ao círculo das potências européias, que, a esse tempo, se achavam em franca expansão imperialista, em virtude dos avanços da industrialização, que, com seus intensos fluxos de capital geraram o acúmulo de excedentes, sem, no entanto, criar os meios necessários à sua reabsorção, abrindo, desse modo, campo para a concorrência pela aquisição de mercados consumidores e de fornecedores de matéria-prima, com o estabelecimento de relações comerciais e de investimentos financeiros em outros países. Antecipando-se à expansão econômica norte-americana, a expansão européia promoveu a criação de inúmeras “zonas de influência”, quando não, trouxe no bojo de sua expansão a dominação política das longínquas regiões africanas e asiáticas.

Enquanto, nesse processo de expansão econômica e de conseqüente “mundialização” das relações internacionais, que fez com que o sistema internacional, que tinha como centro a Europa, se transformasse num sistema planetário <sup>34</sup>, os governos europeus, porta-vozes da burguesia industrial, se voltavam para a Ásia e para a África, deste lado do Atlântico dava-se o inverso – a recém nascida potência norte-americana voltava seus olhos ora para o Oriente, ora para as vizinhas terras latino-americanas, o que é perceptível pelas discussões parlamentares sobre a conveniência ou não da anexação das Ilhas Caribenhas (República Dominicana, Ilhas Virgens Dinamarquesas e Cuba), pelo interesse no istmo centro – americano, cujo fito era assegurar o trânsito pelas terras panamenhas.

Esboçado durante os anos 1870 e 1880, esse redirecionamento da política externa norte-americana fez-se ainda mais evidente após os anos 1890, quando correntes nacionalistas

---

<sup>34</sup> BUENO, 2003, op. cit., p.29.

estimuladas pelas idéias de Alfred Thayer Mahan, esboçadas no livro *A influência do poder marítimo na história*, que teve entre seus entusiasmados leitores ninguém menos do que o presidente Theodore Roosevelt, começaram a ganhar campo, influenciando as diretrizes de política internacional, ao proporem que, num cenário mundial marcado pela sistemática disputa imperialista, cabia aos Estados Unidos assegurar seu desenvolvimento econômico mediante a modernização de sua força militar e naval, bem como a instalação de bases americanas no Caribe e no Pacífico. Assim, apoiada na corrente expansionista, que contou, ainda, com o apoio do Senador republicano Henry Cabot Lodge, a diplomacia norte-americana fez-se presente na Guerra contra a Espanha, do que resultou a conquista de Porto Rico e das ilhas de Guam nas Filipinas, além de haver pontificado no Pacífico, onde conseguiram anexar as ilhas do Havaí.

Nos anos seguintes, os Estados Unidos, afirmando-se como uma potência hegemônica extra-européia, tal qual o Japão, se fariam cada vez mais presentes na América Central e na do Sul, bem como no Pacífico e no Extremo Oriente, já que nesse contexto “[...] a aquisição de colônias se tornou um símbolo de *status* em si, independente de seu valor”.<sup>35</sup> Diante das inúmeras transformações ocorridas no decorrer do século XIX, sobretudo em suas últimas décadas, a Grã-Bretanha perderia, finalmente, o controle do equilíbrio de poder europeu e também global.

## **1.2 Os antecedentes históricos do Pan-americanismo**

Buscando conseguir novos mercados para seus produtos, que pudessem assegurar a manutenção nos níveis de seus rendimentos, e temerosos de que as investidas imperialistas européias nas regiões africanas e asiáticas se estendessem ao continente, prejudicando seus

---

<sup>35</sup> HOBBSAWM, op. cit., p.102. (destaque do autor).

interesses na região, os Estados Unidos reformularam sua política externa, reivindicando para si um lugar específico no círculo estreito das grandes potências. Nesse processo, que teria como principal desdobramento a consolidação da hegemonia de Washington, em detrimento da supremacia britânica, a América Latina dificilmente conseguiria se furtar à poderosa influência exercida pelos Estados Unidos, cujo sucesso deveu-se também à retórica na qual se apoiou – a retórica do Pan-americanismo.

Configurando-se não só como um discurso, mas também como uma prática política e diplomática essencialmente americana<sup>36</sup>, que postulava a união das Repúblicas do hemisfério, sob a égide da potência do norte, visando constituir uma unidade essencial no novo mundo – o Universo Pan-Americano, o Pan-americanismo tornou-se a expressão maior da política externa norte-americana ao final dos anos 1880, início dos anos 1890.

Conquanto a expressão Pan-Americanismo tenha aparecido pela primeira vez na edição de 27 de junho de 1889 do *New York Post*<sup>37</sup>, tendo sido cunhada, a exemplo dos movimentos Pan-germânico e Pan-eslavo, para designar a integração regional, suas origens remontam ao início do século, especificamente à elaboração da Doutrina Monroe, declaração política elaborada em 6 de dezembro de 1823 pelo presidente dos Estados Unidos James Monroe (1821-1825), em que afirmava a oposição deste país a eventuais investidas européias na América, bem como o apoio ao direito dos países latino-americanos a autodeterminação nacional<sup>38</sup>, e à convocação do Congresso do Panamá, que lhe forneceriam seu conteúdo essencial – a diferenciação entre a Europa e a América e a idéia de cooperação continental.

Contrapondo-se à política adotada pela Santa Aliança que, na Europa pós-napoleônica, havia autorizado intervenções contra-revolucionárias para coibir o ímpeto republicano, a Doutrina Monroe, transformou-se num dos mais importantes princípios de política externa

---

<sup>36</sup> MAGNOLI, op. cit., p. 188.

<sup>37</sup> LOBO, H. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939 (Brasiliiana, 169).

<sup>38</sup> WHITAKER, op. cit., p.319.

norte-americana, passando a nortear as relações dos Estados Unidos com as demais nações presentes no cenário internacional, e, por isso mesmo, exercendo profunda influência na história diplomática do país. Concebida como recurso defensivo, e não ingerência, essa declaração colocou à mostra o intuito dos Estados Unidos de se contraporem às iniciativas anti-liberais das nações européias, no que toca às intervenções no continente, ao passo em que se reservava o papel de protetores e garantidores da independência americana:

Nós devemos, portanto, declarar com simplicidade [...], que consideraremos qualquer tentativa [...]. [de se] estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança. Quanto à existência de colônias ou dependências de alguma potência européia não temos interferido e não interferiremos. Mas quanto aos governos que têm declarado e mantido a sua independência [...] não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimi-los, ou de controlar de algum modo seu destino, por obra de alguma potência européia, senão como sendo a manifestação de uma atitude inamistosa em relação aos Estados Unidos.<sup>39</sup>

Reafirmando os princípios de não intervenção em assuntos externos, exceto quando interesses norte-americanos, mais do que americanos, estivessem em jogo, a Doutrina Monroe, mais do que explicitar o papel dos Estados Unidos como defensores da América, criou barreiras ideológicas entre o continente americano e o europeu, ao estabelecer que “O sistema político dos aliados e[ra] essencialmente diferente [...] do vigente na América [...]”<sup>40</sup>, introduzindo, com isso, uma forma diferenciada de se pensar o novo mundo. Partindo do princípio de que Europa e América eram mundos essencialmente distintos, sua leitura passava a conceber o continente como sendo uma unidade hemisférica verticalizada, a unir o norte, o centro e o sul do Novo Mundo.

Nessa nova maneira de ser perceber o Novo Mundo emergia o conceito de Pan-América, um conjunto sustentado pelas concepções de destino compartilhado e não mais por um pretense legado cultural e lingüístico que embasava a concepção bolivariana, que também

---

<sup>39</sup> Doutrina Monroe – 2 de dezembro de 1823, p. 125. In: MORRIS, R.B. **Documentos básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1956. p. 123-126. (destaque nosso).

<sup>40</sup> MORRIS, op. cit., p. 125.

permeava o imaginário da época <sup>41</sup>. Constituída pela ruptura dos antigos vínculos coloniais, que trouxe para as nações do continente, especialmente para aquelas de colonização espanhola, a necessidade de se recriar, no plano simbólico e ideológico, uma nova identidade que pudesse não só dar sentido, mas também coerência à uma região que não mais se identificava com os quadros provenientes do Antigo Regime europeu, essa concepção tinha como referencial o conceito de Hispano-América como designação da herança deixada pelo domínio espanhol.

Pioneiro no processo de construção de uma identidade política continental e das primeiras tentativas de edificação de um sistema interamericano, Simon Bolívar (1783-1830), um dos principais líderes do processo emancipador das colônias espanholas, procurou traçar as perspectivas futuras dos novos Estados americanos, mediante a elaboração de um projeto político que vinculava à destruição da antiga ordem a estruturação de uma nova, da qual surgiria a Hispano-América, ligada “Por [...] uma só origem e língua, mesmos costumes e uma única religião [...]”<sup>42</sup>. Seus projetos de unidade hispano-americana, delineados desde o início de sua vida pública e tão bem expostos na *Carta da Jamaica*, de 1815, pressupunham a formação de uma confederação, que, unindo o centro e o sul do continente, mais do que uma tentativa de unificação das repúblicas hemisféricas, funcionaria como um impedimento à eclosão da anarquia<sup>43</sup>, que poderia fragmentar a herança geográfica deixada pelo antigo domínio espanhol.

Funcionando como pano-de-fundo para o delineamento do interamericanismo, as concepções de Bolívar acabavam por limitar a noção de América, na medida em que excluía desse conjunto os dois maiores países do Continente – Estados Unidos e Brasil. Isolada no interior

---

<sup>41</sup> SANTOS, L.C.V.G. As várias Américas: visões do século XIX.. **Estudos de História**, v.10, n. 01, p.11-28, 2003.

<sup>42</sup> BOLÍVAR, S. **Escritos políticos**. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 72.

<sup>43</sup> De conformidade com as considerações de SILVA, G. A.; GONÇALVES, N. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2005. p.5, entende-se por anarquia a condição social caracterizada pela ausência de autoridades capazes de impor ou sancionar normas legais ou regras sociais.

do continente, a unidade hispano-americana de Bolívar, contrapunha-se à de Monroe, que, ampliando a noção continental, favorecia a legitimação dos interesses norte-americanos de liderança hemisférica, que se faziam mais claros nas últimas décadas do século XIX, quando a Doutrina Monroe ganharia novas interpretações, sendo comumente interpretada como ponto de partida do movimento Pan-americano que se corporificaria no início do século XX.

Efetivamente, após permanecer esquecida anos a fio, a Doutrina Monroe seria recuperada em diferentes momentos, ganhando conotações distintas de conformidade com os interesses do governo norte-americano, o que é perceptível pela reafirmação feita pelo presidente James Polk <sup>44</sup> à mensagem de James Monroe de 1823, no contexto da anexação do Texas, pelo Corolário Olney, de 1895, formulado durante a participação dos Estados Unidos na negociação de fronteiras entre a Venezuela e a Guiana Inglesa, e pelo Corolário Roosevelt, de 1904, que deram à mensagem um sentido fundamentalmente expansionista, sustentando, assim, as pretensões norte-americanas na América Latina. Coincidindo com o estágio em que o capitalismo havia chegado naquele país, essas novas leituras do monroísmo consideravam unilateralmente essa parte do continente como área destinada a integrar seu sistema de poder, ao justificar intervenções nos países da região mediante a retomada do conceito de proteção hemisférica, com que reivindicavam, mais do que zelar pela ordem e pela paz de seus vizinhos por meio de uma ação de polícia internacional, viabilizar a concretização de seus objetivos essencialmente econômicos:

Nossos interesses e os de nossos vizinhos do sul são em realidade os mesmos. Eles possuem grandes riquezas naturais, e se dentro de seus limites o reino da lei e da justiça é alcançado, então é certo que a prosperidade virá junto. Enquanto obedecerem assim às leis primárias da sociedade civilizada podem eles ficar tranquilos e certos de que serão por nós tratados num clima de simpatia cordial e proveitosa. Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou sua fraqueza para executar a justiça em casa e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Mensagem do Presidente Polk ao Congresso – 2 de dezembro de 1845. In: MORRIS, op. cit., p.138-139.

<sup>45</sup> Corolário Roosevelt, 6 de dezembro de 1904, p. 184. In: MORRIS, op. cit., p. 184-186.

Se com a Doutrina Monroe a tônica recaía no aspecto político, vedando o continente a conquista européia, ao passo em que o franqueava a conquista norte-americana, com essas novas leituras, sobretudo, com o Corolário Roosevelt de 6 de dezembro de 1904, o monroísmo ganhava um caráter declaradamente econômico, embora em alguns momentos tenham entrado em jogo interesses geopolíticos <sup>46</sup>, tais foram os casos da independência de Cuba, da intervenção em São Domingos, da anexação das ilhas do Pacífico e da construção do canal do Panamá, que por serem pontos estratégicos importantes no cruzamento de navios de carga possibilitariam o estabelecimento de bases militares, bem como de uma zona de segurança norte-americana.

Consolidando-se como um movimento tentacular em face das anexações e tentativas de ampliação da influência norte-americana em torno das regiões vizinhas, o Pan-Americanismo contou, ainda, com a realização de uma série de Conferências Internacionais Americanas que lhe deram corpo e consistência, favorecendo assim sua manutenção, cabendo esclarecer que, embora fossem realizadas sob o amparo dos Estados Unidos, essas iniciativas de integração hemisférica não eram novidade no cenário político da época, posto que, no período que medeia os anos de 1826 à 1889, os Estados latino-americanos, motivados por problemas imediatos, organizaram uma série de conclaves que tinham por objetivo oferecer um espaço de interlocução e discussão das principais questões que os inquietavam. Tais encontros tiveram no Congresso do Panamá seu “mito fundador”.

Organizado por Bolívar, com o fito de revitalizar a união dos povos do continente em face da fragilidade dos vínculos que os ligavam, o Congresso do Panamá realizou-se entre os dias 22 de junho e 15 de julho de 1826, com a participação de delegações do México, da Guatemala, do Peru, da Colômbia, da Holanda e da Grã-Bretanha, por conta dos vínculos

---

<sup>46</sup> BUENO, 2003, op. cit., p. 43.

comerciais e das possessões que ainda mantinham na América Latina <sup>47</sup>, porém, sem a presença dos Estados Unidos, que não se fizeram representar oficialmente em virtude do falecimento de seu delegado Richard C. Anderson, e do Brasil, que não partilhava dos planos bolivarianos de integração hemisférica, e por haver sabido que dentre os projetos delineados pelo libertador havia um que visava contrapor-se à sobrevivência da Monarquia brasileira.

Projetado inicialmente como um evento em que só participassem nações centro e sul-americanas, esse congresso vinha ao encontro de seu intuito de fortalecer o conjunto hispano-americano em face do conflituado quadro deixado pelas guerras de independência e pela falta de consenso decorrente da atuação desagregadora dos regionalismos oligárquicos:

É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação com um único vínculo que ligue suas partes entre si com o todo. Por ter uma só origem e língua, mesmos costumes e uma única religião, deveria ter um único governo que confederasse os diferentes Estados que venham a formar-se; mas não é possível, porque climas distintos, situações adversas, interesses opostos, índoles dessemelhantes dividem a América. Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto foi para os gregos! Tomara que algum dia tenhamos a sorte de instalar ali um augusto congresso de representantes das repúblicas, reinos e impérios para tratar e discutir os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do Mundo. Essa espécie de corporação poderá ter lugar em alguma época feliz de nossa regeneração [...]. <sup>48</sup>

Embora Simon Bolívar acreditasse na importância de eventos semelhantes ao Congresso do Panamá para consolidação do poder do corpo político hispano-americano, os resultados do Congresso não foram animadores. Pelo contrário, limitaram-se à assinatura por parte dos países representados (México, Guatemala, Peru e Colômbia) de um, não muito claro, “Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua”, que, no entanto, não foi ratificado. Não obstante tivesse servido de estímulo a realização de reuniões posteriores semelhantes, os inexpressivos resultados do evento por ele organizado levou-o a afirmar que:

---

<sup>47</sup> BUENO, C. Da *pax-britânica* à hegemonia norte – americana: o integracionismo nas conferências internacionais americanas (1826-1906). **Estudos Históricos**, Marília, n. 20, p. 231-250, 1997.

<sup>48</sup> BOLIVAR, op. cit., p. 72.

O Congresso do Panamá, instituição admirável se tivesse mais eficácia, não é[ra] outra coisa senão aquele louco grego que pretendia dirigir de uma rocha os navios que passavam. Seu poder será uma sombra e seus decretos, conselho; nada mais<sup>49</sup>.

Na seqüência do Congresso do Panamá outros eventos se realizaram, dentre os quais, o 1º Congresso de Lima (1847), o de Santiago e Washington (1856), o 2º Congresso de Lima (1864) e a Conferência de Washington (1889), quando as iniciativas de integração hemisférica passam definitivamente para os Estados Unidos, até então delas ausentes. Essa foi uma alteração importante, pois enquanto as primeiras reuniões objetivavam discutir e resolver questões de natureza jurídica e política, as que se seguiram à Conferência de Washington, tiveram caráter predominantemente econômico, sendo instrumentalizadas a serviço dos interesses comerciais e financeiros norte-americanos.

Ocorrendo entre os dias 2 de outubro de 1889 à 19 de abril de 1890, a Conferência de Washington marcou o fim da retração norte-americana na América Latina<sup>50</sup>, consoante as formulações do Pan-americanismo. No contexto em que o avanço na industrialização requeria investimentos no plano externo, o secretário de Estado James Blaine convocava todas as nações do hemisfério, com exceção do Canadá, com o fito de ampliar o intercâmbio comercial, o que fica claro pela agenda do evento que abarcava assuntos variados que iam desde medidas tendentes a promover a prosperidade dos Estados americanos à estruturação de uma união pan-americana de comércio, além de questões ligadas às comunicações portuárias, à formação de uma união aduaneira, às questões de pesos e medidas, de direitos de invenção, de moeda comum e arbitramento.

À maneira do Congresso do Panamá a Conferência de Washington teve poucos resultados práticos em face da rejeição, por parte das delegações latino-americanas, à maior parte dos projetos apresentados, dentre os quais, a proposta de uma união aduaneira, nos

---

<sup>49</sup> BOLÍVAR. apud, SORIANO, G. Introdução. In: BOLIVAR, op. cit., p.32. (destaque nosso).

<sup>50</sup> BUENO, 1997, op. cit., p.234.

moldes da realizada pela Alemanha (Zollverein) no início do século<sup>51</sup>, que propiciou sérias discussões, posto que se fosse aceita poderia comprometer as possibilidades de industrialização, significando, ainda, perda de preciosos lucros para a América Latina. No entanto, desse encontro resultou a aceitação da proposta de criação de uma associação internacional permanente das repúblicas do continente – União das Repúblicas Americanas, efetivada em 14 de abril de 1890, destinada a reunir e repassar dados referentes ao comércio, da qual sairiam as bases para a estruturação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Assim, motivados pelas inúmeras transformações pelas quais sua economia passava desde o final da década de 1860, e respaldados pela bandeira do Pan-americanismo, os Estados Unidos procuraram envolver a América Latina como um todo. Nesse sentido as Conferências Internacionais Americanas serviram a esse propósito, funcionando como intérpretes dos interesses empresariais norte-americanos e dando o tom que deveria caracterizar o relacionamento entre as nações do continente no contexto de consolidação de uma nova ordem mundial, na qual os Estados Unidos ocupavam papel central.

### **1.3 A política externa brasileira na passagem da Monarquia para a República**

Na passagem da hegemonia britânica para a norte-americana, o Brasil não ficaria indiferente às transformações ocorridas no cenário político mundial, transitando, por assim dizer, por entre os dois imperialismos<sup>52</sup>, não sendo de se admirar tal fato ao se considerar que “nas relações internacionais de um país em desenvolvimento, normalmente privilegia-se seu

---

<sup>51</sup> União das alfândegas dos Estados alemães com o fito de favorecer suas exportações. Estabelecida no início do século XIX (1833) essa união de caráter essencialmente econômico atingiu seu auge em 1870 favorecendo a consolidação da Alemanha como Estado unificado. De acordo com BUENO, 1975, op. cit., p.28.

<sup>52</sup> Aqui entendido como política de expansão territorial e imposição do poder (ou da influência) de um Estado sobre outros Estados, aos quais passa a impor suas leis e seu total domínio, de acordo com SILVA; GONÇALVES, op. cit., p.107.

relacionamento com os países capitalistas centrais e mais precisamente com a potência capitalista hegemônica”<sup>53</sup>. Do Império à República o eixo da política externa brasileira se deslocaria paulatinamente da órbita britânica para a norte-americana, finalizando uma tendência secular, cujas origens remontavam a um período anterior à sua emancipação diante da tutela portuguesa.

Durante quase toda a vigência do regime monárquico, as relações internacionais do Brasil passariam por momentos de turbulência e calmaria, tendo como principal característica o alinhamento com a Europa, sobretudo com a Grã-Bretanha, constituindo um quadro que só começaria a mudar no Segundo Reinado (1840-1889) quando a consolidação nacional acarretaria o amadurecimento da política externa brasileira. Definida nos quadros do sistema internacional da época e influenciada por fatores estruturais e históricos, dentre os quais o jogo de forças do cenário internacional e os múltiplos interesses dos Estados dominantes, a inserção do continente americano ao sistema vigente, o enquadramento luso-brasileiro à área de influência inglesa e o legado colonial, a política externa imperial incorporaria interesses tão distintos que iriam da busca do reconhecimento da independência à elaboração de uma política de afirmação e de prestígio nacionais<sup>54</sup>.

No caso do Brasil, a predominante aproximação com a coroa britânica devia-se em grande medida às relações comerciais e financeiras existentes entre os dois países, que em princípio mediadas pela metrópole portuguesa, seguiriam inalteradas no período subsequente à Independência. Esse precoce enquadramento lusitano à moldura britânica datava da primeira metade do século XVIII, quando as duas coroas estabeleceram uma aliança, corporificada na assinatura do Tratado de Methuen, de 1703, que tanto definiu as relações diplomáticas e

---

<sup>53</sup> BUENO, C. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 14.

<sup>54</sup> CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: BUENO, C. ; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

comerciais entre os dois países, quanto a situação de dominação e dependência que se estenderia ao Brasil com a vinda da família real portuguesa, em 1808.

A transposição da corte lusitana para o Rio de Janeiro, no contexto da expansão continental napoleônica, representou para o país um momento de prosperidade política, cultural, econômica e diplomática, até então distante, ao passo em que colocou abaixo um importante sistema português de lucros (com os fretes marítimos, importação de produtos coloniais e exportação de produtos estrangeiros para as colônias)<sup>55</sup>, ao franquear os portos às nações amigas e assinar tratados de comércio com nações européias. Principal beneficiária desse processo, a Inglaterra ampliou em muito seu poderio econômico e também sua ascendência sobre o Brasil, que viu sua economia atrelar-se cada vez mais à economia britânica, em face das concessões feitas pelos representantes da dinastia dos Bragança.

Estendendo-se para além do 7 de setembro de 1822, as relações entre Brasil e Inglaterra, longe de serem finalizadas, deixaram à mostra o destaque que a Europa teria no tocante às relações internacionais do país que, nos instáveis primeiros tempos de vida independente, decorrente da tumultuada acomodação das forças que se haviam unido em função da emancipação política, “negociou” o reconhecimento da independência brasileira, assinando, em contrapartida, tratados comerciais com países europeus, que além de serem prejudiciais à economia nacional por equipararem, no plano jurídico, nações que em termos práticos eram profundamente desiguais, exerceriam pesada influência às decisões de política externa, até a segunda metade do século, quando, finalmente, seriam revogados.

Possuindo um caráter essencialmente político, essa “diplomacia do reconhecimento” assentava-se na tentativa de se assegurar um espaço de atuação específico, ainda que secundário e limitado, ao nascente Estado, num cenário restrito aos grandes atores europeus, e

---

<sup>55</sup> COSTA, E.V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

num momento em que a desorganização da estrutura colonial não resultara na construção de uma nova ordem social, econômica e conseqüentemente de relações internacionais, sustentada em outras bases que não aquelas provenientes do estatuto anterior. Natural que fosse assim, pois “Para uma nação fraca como o Brasil, num mundo de poucos agentes internacionais, [como] o do século XIX, porém de vínculos sempre mais intensos entre as nações, abrir espaço era uma dificuldade gigantesca [...]”.<sup>56</sup>

Num ambiente interno difícil, marcado pelas guerras de independência, o Imperador, legatário da herança política portuguesa, enxergava a relevância da solidificação dos vínculos com a Europa “[...] com olhos de um príncipe europeu [...] [orientando], naturalmente [...] sua política externa nesse sentido”<sup>57</sup>, muito embora procurasse se ocupar, ao lado da política de reconhecimento, de outras incumbências não menos importantes, como a das relações bilaterais com as nações platinas, interessantes ao país pelas questões econômicas que envolviam, com os Estados Unidos, que a esse tempo tinham grande interesse na América Latina, e com algumas colônias africanas, o mesmo não se dando com os vizinhos situados no Pacífico, com os quais as relações foram inexpressivas.<sup>58</sup>

Pendendo, em princípio, ora para a Europa, ora para a América, embora nesse aspecto as relações diplomáticas ao longo de todo o Império tenham se dado com avanços e recuos, nos moldes de um “diálogo intermitente”, exceto na região platina que mereceu atenção prioritária, o país alimentou propósitos de estabelecer uma aliança defensiva e ofensiva frente a possíveis iniciativas de recolonização européia, expressos nas Missões Correia da Câmara (1822) e Silvestre Rebelo (1824), enviadas, a primeira ao Chile, Argentina, Paraguai, Entre Rios e Santa Fé, e a segunda aos Estados Unidos. Contudo, essa dualidade inicial não

---

<sup>56</sup> CERVO, A.L. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção, Temas Brasileiros, 21).p15.

<sup>57</sup> SANTOS, L.C.V.G., **O império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: UFPR, 2002. p. 40.

<sup>58</sup> SANTOS, 2002, op. cit., p.23. (destaque nosso).

impediu a consolidação do que foi o traço marcante da diplomacia brasileira no regime monárquico – o alinhamento com a Europa.

Atentando, pois, mais para as relações diplomáticas com o Velho Mundo, posto que formalmente a ele subordinado, o Brasil adotou reservada atitude em relação às tentativas de cooperação hemisférica, encetadas pelos países da região, contribuindo para isso o clima de prevenções e reservas que seus vizinhos tinham para com ele, por ser o último representante da Monarquia no continente, e a própria estrutura de seu regime político, que pressupunha uma identificação com os quadros do Antigo Regime europeu<sup>59</sup>.

Nessa linha de atuação, a política externa brasileira permaneceria até o início dos anos 1840, quando motivada pela consolidação do Estado brasileiro e pelas pressões que ocorreram no âmbito do Parlamento (principal foro de estudos e debates dos problemas nacionais)<sup>60</sup> que concorreram para o fim do chamado “sistema de tratados” do início do século, seria reorientada no sentido de priorizar as questões de desenvolvimento e crescimento econômico, no plano interno, e de afirmação e prestígio político, no plano internacional. Envolvendo uma percepção mais dilatada dos interesses do país, essa nova diretriz primava pela redefinição das metas nacionais, que agora buscavam desenvolver uma política mais enérgica, na qual nem sempre os intuitos externos seriam atendidos.

Nesse sentido, o país passou a conferir atenção especial aos assuntos nacionais, tais quais o da solução do problema do tráfico de escravos e o conseqüente equacionamento da questão da mão-de-obra que deveria substituí-lo, o da sustentação do território nacional, mediante a adoção de uma política de fronteiras e o da tentativa de controle comercial, por meio da autonomia alfandegária. Como conseqüência estimulou a contratação de imigrantes, estabeleceu uma política própria para a resolução dos

---

<sup>59</sup> SANTOS, L.C.V.G. **O Brasil entre a América e a Europa**. O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Unesp, 2004. p. 27.

<sup>60</sup> CERVO, 1981, op. cit., p. 13.

problemas lindeiros e encabeçou projetos de industrialização com que pretendia estimular o desenvolvimento do país.

Desse modo, a estabilização alcançada pelo Império e as alterações promovidas nas diretrizes de sua política externa em decorrência da revogação do sistema de tratados no período posterior a Independência permitiu ao país desenvolver uma política regional hegemônica pautada pelo estabelecimento de acordos e alianças com as nações platinas e também pela eclosão de conflitos, quando não, de guerras com seus vizinhos.

No rol dessas alterações, as relações com a Inglaterra, não obstante as relevantes trocas comerciais existentes entre os dois países, passaram por revezes por conta da supressão do tráfico de escravos e da revogação dos tratados do início do século que, ao possibilitarem a ampliação da margem de autonomia brasileira, diminuíram consideravelmente a influência política britânica nos assuntos internos do país. Em contrapartida, esboçou-se uma tendência de maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos, alimentada pelo comércio bilateral crescente e com saldos favoráveis ao Brasil e materializada na política própria desenvolvida por D. Pedro II, cujo prestígio contribuía para fazer respeitado e mais conhecido o Brasil.

Conquanto já se achasse posta ao final do Segundo Reinado, essa vertente só se consolidaria com o regime republicano, cuja implantação iria promover uma significativa alteração na postura internacional brasileira. Com efeito, logo após o 15 de novembro de 1889, a política externa brasileira pautou-se pela busca de um relacionamento diferenciado com os países do continente, na tentativa de finalizar o longo ciclo de isolamento em que o país tinha vivido até então, por ser o único a manter as instituições monárquicas e relações mais estreitas com a Europa. Se nas concepções imperiais o Velho Mundo, e nele a Inglaterra, aparecia como a matriz civilizadora e o modelo político-econômico por excelência, nas concepções republicanas os Estados Unidos aparecerão como a grande fonte de inspiração:

No plano simbólico, o abandono do constitucionalismo monárquico representava a ruptura com a Europa e a adoção do sistema republicano traduzia-se como a reconciliação com a América. No imaginário da época, americanismo e republicanismo formavam almas gêmeas, um par geográfico indissociável: não é fortuito que o novo regime tenha recebido o reconhecimento imediato das repúblicas hemisféricas, tardando algum tempo o gesto das monarquias européias.<sup>61</sup>

Buscada em oposição às diretrizes imperiais, essa nova postura diplomática expressou-se tanto nos debates que ganharam campo no Legislativo nacional no que se referia à criação, manutenção ou supressão de legações e consulados, quanto às críticas que se dirigiram à diplomacia imperial, que primavam pela proposta senão da completa ruptura com a tradição monárquica, pelo menos de gradativa substituição de seus antigos quadros por outros identificados com as diretrizes vigentes, delineando, assim, um claro processo de “republicanização” do serviço diplomático brasileiro. Nesse sentido, ancorado na retórica da solidariedade americana, o governo brasileiro criou legações em países vizinhos, dentre eles, Colômbia e Equador, suprimiu a legação do México, ao passo em que manteve as representações na Grã-Bretanha, na França, nos Estados Unidos, na Argentina, no Uruguai, em Portugal, na Alemanha e na Itália<sup>62</sup>.

Além disso, ainda nessa linha de ruptura com o passado, alterou a conduta brasileira na Conferência de Washington, que se achava em curso desde o dia 2 de outubro de 1889 (encerrando-se a 19 de abril de 1890), mediante a redefinição das diretrizes repassadas aos representantes imperiais, diretrizes essas que se pautavam pela não aceitação do arbitramento perpétuo em questões de fronteira, por parte dos Estados Unidos, um dos temas do evento. Aceitando apenas o arbitramento facultativo, o Brasil imperial adotou posição singular no cenário regional por considerar que, no estágio em que se encontrava, este país pretendia não só estender sua influência ao restante da América, mas também estabelecer um protetorado na área. Realizada no contexto em que a República fora instaurada, essa conferência ensejou ao governo republicano

---

<sup>61</sup> MAGNOLI, op. cit., p. 205.

<sup>62</sup> BUENO, 1995, op. cit., p.65-69.

inaugurar a nova fase em que a política externa entraria desde então, pois substituindo a representação brasileira enviada pelo Império, a delegação republicana, chefiada por Salvador de Mendonça, em 1890, reinterpreto as instruções, votando com a maioria a favor de que o governo norte-americano atuasse como árbitro perpétuo.

Concomitantemente, a vertente americanista da diplomacia brasileira refletiu-se também na retribuição por parte do governo brasileiro à acolhida que o novo regime tivera na Argentina, em função da qual o Governo Provisório enviou representantes à região do Rio da Prata com o intuito de solucionar antigas pendências lindeiras, referentes à zona de Palmas ou Missões, datadas do início dos anos 1880, quando Brasil e Argentina iniciaram negociações em torno do território litigioso. Desdobradas na assinatura de um acordo, em 1888, pelo qual se estabeleceu que a questão seria submetida a arbitramento, essas negociações, entraram numa nova fase, que culminou na negociação, por Quintino Bocaiúva, do Tratado de Palmas, que dividia o território entre os dois países. Assinado em 1890 por Deodoro da Fonseca, esse tratado foi, porém, anulado, em agosto do mesmo ano pela Assembléia Constituinte, por colocar em risco parte do território nacional, voltando-se, assim, à situação anterior.

Passada essa fase de entusiasmos republicanos, as relações com os países vizinhos retomariam seu antigo curso, optando o Brasil por acompanhá-los, passo a passo, mantendo uma atitude eqüidistante em relação a eles com o fito de contrabalançar sua influência no cenário regional<sup>63</sup>, ao tempo em que procurou uma aproximação mais intensa com os Estados Unidos, buscada com duplo objetivo – o de fortalecer a posição brasileira frente às investidas imperialistas européias e também como respaldo para a viabilização de seus projetos, indiciando que a diplomacia brasileira começava a abandonar a postura idealista de seus primeiros tempos, adotada

---

<sup>63</sup> BUENO, C. Do idealismo ao realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902). **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, n.12, p71-82, jul./dez.,1990.

em virtude do pouco conhecimento que os novos representantes políticos tinham do poder, para pautar-se por uma postura mais realista, consoante a dinâmica internacional do momento <sup>64</sup>.

Enquanto as relações brasileiras com os demais países latino-americanos pautavam-se por um certo distanciamento, em relação aos Estados Unidos era diferente, pois o que se observava era a paulatina influência norte-americana no país, o que é perceptível pela negociação de um Convênio Aduaneiro com os Estados Unidos (que vigorou de 1891 a 1894, tendo sido anteriormente recusado pelo Império) e a intervenção direta das forças navais norte-americanas na Revolta da Armada de 1893, decidindo o conflito a favor do governo brasileiro <sup>65</sup>.

Desde a ascensão de Floriano Peixoto, o país viu agravadas as crises políticas dos primeiros tempos do regime republicano, que teve como característica o militarismo e a rivalidade entre a Marinha e o Exército, cedendo campo ao desenvolvimento da revolta contra o governo legal. Iniciada em 6 de dezembro de 1893, sob a liderança do almirante Custódio José de Melo, em nome da pureza dos ideais republicanos, essa revolta acabou por adquirir conotação monarquista por conta da aproximação dos revoltosos Gaspar da Silveira Martins e Luiz Felipe Saldanha da Gama, revolucionários monarquistas, repercutindo negativamente no plano externo. Em face desse quadro, forças navais estrangeiras (norte-americana, francesa, britânica e portuguesa) procuraram intermediar a situação, que se não solucionada colocaria em risco não apenas a capital federal, mas também a manutenção de seus investimentos no país.

Contando com o apoio das autoridades legais, que procuravam improvisar uma nova esquadra, já que a antiga estava rebelada, essa intervenção, contudo, não foi suficiente para

---

<sup>64</sup> De maneira bastante simples pode-se dizer que tanto a concepção idealista quanto a realista tem por princípio básico a idéia de que em virtude da inexistência de um poder supraestatal as relações internacionais processam-se num meio anárquico – o cenário internacional, cuja característica principal é o estado latente de predisposição ao confronto e as guerras. Contudo, enquanto para os primeiros este estado de anarquia e de confrontos de interesses pode ser superado pela ação política humana no sentido de gerar interações pacíficas e estáveis, para os demais a única maneira de se reverter esse quadro é alcançar um equilíbrio de poder, que não exclui o estabelecimento de alianças e coalizões flexíveis. Para uma melhor definição ver PECEQUILO, op. cit., p. 115-149.

<sup>65</sup> BUENO, C. A diplomacia da “consolidação”: a intervenção estrangeira na Revolta da Armada. **História**, São Paulo, v.3, p33-52, 1984.

resolver o problema, que se agravou com o bloqueio imposto por Saldanha da Gama ao funcionamento da alfândega, levando o governo brasileiro, então representado por Salvador de Mendonça, ministro do Brasil em Washington, a recorrer ao apoio norte-americano. Este se efetivou mediante nova intervenção, que acabou por obrigar os revoltosos a estenderem aos navios de outros países a autorização para o embarque e o desembarque de mercadorias, colocando, assim, fim à revolta, assegurando não só a vitória de Floriano, mas também o aumento de sua influência sobre as questões nacionais.

A inflexão ocorrida na política externa brasileira na passagem do Império para a República despertou, desde seu início, severas críticas, elaboradas ora por monarquistas, ora por republicanos desiludidos, posto que nem todos se mostraram favoráveis à aproximação entre Brasil e Estados Unidos, nem ao desenvolvimento do Pan-americanismo. No conjunto dessas críticas destacaram-se não só as que Miguel Lemos e Teixeira Mendes, dirigiram ao projeto constitucional republicano, de inspiração norte-americana, mas também as que Rui Barbosa dirigiu à negociação do convênio aduaneiro com os Estados Unidos, em 1891<sup>66</sup>. Mas se essas críticas serviram para pontuar a discordância de certos grupos no que dizia respeito à aproximação com os Estados Unidos, não foram as mais expressivas. Outras críticas também viriam à tona recaindo ainda mais no processo de americanização das relações internacionais do país, que ainda se achava em curso, e teriam como seu principal representante o monarquista combatente Eduardo Prado.

Defensor do regime deposto Eduardo Prado atuou como combatente da República mediante a elaboração de artigos publicados na *Revista de Portugal*, que ganharam grande expressão, sendo, posteriormente publicados no volume *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Contudo, sua crítica mais radical ganhou expressão na elaboração do livro *A ilusão americana*, publicado em 1893, no contexto de eclosão da Revolta da Armada no Rio de

---

<sup>66</sup> BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de História. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.

Janeiro e da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, no qual, conduzindo sua análise em dois eixos específicos – o da crítica à República e à política externa norte-americana, combateu veementemente os novos rumos que o país pretendia impor à sua própria política externa tanto no que dizia respeito às suas relações com os vizinhos latino-americanos, quanto no tocante às relações com os Estados Unidos.

Nesse sentido, procurou demonstrar que em virtude das diferenças que existiam entre o Brasil e os países hispano-americanos, diferenças essas de natureza cultural, lingüística, racial, histórica e institucional, os ideais de fraternidade americana não se sustentariam, inviabilizando, desse modo, o projeto brasileiro de maior aproximação com seus vizinhos, ao passo em que procurou denunciar as pretensões pouco lisonjeiras dos Estados Unidos para com a América Latina<sup>67</sup>, perceptível por sua atuação no México e na América Central. Por conta disso, seu livro ganhou grande destaque, chegando mesmo a ser recolhido pela polícia florianista pouco tempo depois de sua publicação, sendo posteriormente publicado em Paris (1896), e no Brasil, durante os anos de 1902, 1933, 1957 e 1980.

Secundando Eduardo Prado, Joaquim Nabuco também se posicionou contrariamente à essa aproximação maior com a América que com a Europa, passando a criticar, em face do restabelecimento da liberdade de imprensa, a atuação norte-americana na resolução do problema da Armada (1893-1894), mediante a publicação de artigos para a imprensa, especificamente para o *Jornal do Comércio*, que depois foram publicados no volume – *A intervenção estrangeira na revolta de 1893*. De acordo com suas reflexões, a atuação estrangeira realizada em favor de Floriano, longe de se apoiar na defesa dos interesses humanitários, conforme se pregava, ocorreu com o fito de proteger os interesses comerciais

---

<sup>67</sup> OLIVEIRA, L.L. A ilusão americana. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete nos trópicos. São Paulo: SENAC, v.1, 2001.

estrangeiros e a atividade que se desenvolvia no porto carioca<sup>68</sup>, configurando-se num sério arranhão à soberania nacional.

Desse modo, considerou que se ao governo assistia o direito de defender os interesses nacionais, não lhe cabia abrir mão do princípio de não intervenção, que cedia campo à que outras intervenções se realizassem, tendo sido, portanto, melhor que transigisse com o adversário a recorrer ao auxílio das potências estrangeiras. Partindo do princípio de que o governo, fragilizado pelas crises internas, reconhecia o direito dessas mesmas potências coagirem a esquadra revoltosa, essa atitude cedia terreno à sua própria coação, que seria o primeiro passo para o estabelecimento do protetorado.

A despeito dessas críticas, a política externa brasileira continuou a se dirigir nesse sentido consolidando a diretriz inaugurada com a implantação da República, muito embora nesse período a retórica idealista da solidariedade americana que até então havia dado o tom das relações internacionais do Brasil tivesse cedido lugar a uma postura mais realista.

Ocorre que o país que surgia nessa nova fase, marcado em seus primeiros tempos por convulsões internas decorrentes do quadro de desarranjo político-econômico, requeria um equacionamento diferenciado de suas relações com os países hemisféricos, que contribuísse para a consolidação de suas instituições, que fosse capaz de afirmar suas fronteiras e que lhe possibilitasse enfrentar as novas exigências comerciais e financeiras promovidas pela dinâmica da nova ordem mundial e também por sua nova situação política. Além disso, a dura realidade do poder com todas as ameaças decorrentes do imperialismo europeu colocava para o Brasil a necessidade de se respaldar internamente a fim de coibir possíveis investidas estrangeiras, como deixaram claro a ocupação britânica na Ilha da Trindade, realizada com o fito de garantir a infra-estrutura para a rede de cabos telegráficos entre a Europa e a América do Sul e a instalação do *Bolivian Syndicate*, consórcio de capitalistas norte-americanos

---

<sup>68</sup> NABUCO, J. **A intervenção estrangeira na revolta de 1893**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

estabelecido em 11/07/1901, por concessão boliviana, no território contestado do Acre, com o fito de explorar as riquezas naturais da região.

Assim, ao cabo da primeira década republicana a política externa brasileira inaugurada com a República estava consolidada. O país deslocara realmente o eixo de suas relações exteriores do continente europeu para o americano. O principal responsável pelo aprimoramento desse processo foi José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco (1845-1912).

#### **1.4 Rio Branco e a política externa brasileira**

Considerado o pai da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, tornou-se o principal expoente do processo de consolidação da política externa brasileira inaugurada pelo regime republicano. Continuador das tradições diplomáticas imperiais em virtude de sua sólida formação européia, monarquista e conservadora, procurou não apenas renovar as concepções e paradigmas da política externa brasileira, mas também garantir para o Brasil a conquista de um espaço específico no cenário internacional. Talvez por isso sua gestão a frente do Ministério das Relações exteriores tenha se revestido de um brilho específico, que acabou por deixar "na penumbra os chanceleres que se lhe seguiram" <sup>69</sup>.

Jornalista, geógrafo, historiador e diplomata, nasceu no Rio de Janeiro em 6 de abril de 1845 <sup>70</sup>. Filho do Visconde do Rio Branco, antigo professor de Matemática da Escola da Marinha, e uma das mais importantes personalidades políticas do Segundo Reinado, e de Teresa de Figueiredo Paranhos, estudou inicialmente no Colégio Pedro II, após o que graduou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1866, ao tempo em que ingressava no

---

<sup>69</sup> BUENO, 2003, op. cit., p.23.

<sup>70</sup> LINS, A. **Rio Branco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. (Brasiliana, 325).

*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, em virtude de seu precoce interesse pelos estudos históricos e geográficos<sup>71</sup>.

Ainda jovem atuou como professor de História e Corografia em seu antigo colégio, na cadeira que fora ocupada por Joaquim Manuel de Macedo, e também como funcionário da Promotoria Pública de Nova Friburgo, em fins de 1868, cargos que seriam abandonados em função de seu ingresso na política como deputado conservador por Mato Grosso (1869). No ano seguinte, acompanhou seu pai na chamada Missão Paranhos ao Rio da Prata, cujo fito era acompanhar as negociações de paz entre os Aliados e o Paraguai, na qual exerceu o papel de secretário, que, aliás, lhe desvendou alguns aspectos do difícil jogo diplomático, levando-o a interessar-se por essa área.

Com efeito, retornando ao Brasil, Rio Branco, após dedicar-se algum tempo ao jornalismo, mediante a colaboração para o jornal abolicionista *A Nação*, desenvolvido paralelamente à carreira política, candidatou-se ao cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool, que passaria a ocupar em 1876, após sucessivas recusas do Imperador. Nomeado pelo Barão de Cotegipe durante a regência da Princesa Isabel, deixou o país que só tornaria a rever vinte e seis anos depois.

Nos dezessete anos que se seguiram ao seu ingresso na carreira diplomática desempenhou a função de cônsul-geral do Brasil em Liverpool (1876-1893), a de delegado do Brasil na Exposição Internacional de São Petersburgo (1884) e a de superintendente geral da emigração européia para o Brasil (1891 e 1893). Nesse período, elaborou novos estudos referentes à História Nacional, dentre os quais, a *Memória* apresentada na exposição russa, o *Esquisse de l'histoire du Brésil*, para o *Le Brésil* de Sant'Anna Nery, as contribuições para a

---

<sup>71</sup> Seus primeiros estudos históricos foram elaborados durante sua permanência na Academia, dentre os quais, destacaram-se um artigo sobre Luís Barroso Pereira publicado na *Revista Popular* em 1861, os *Episódios da Guerra do Prata (1825-1828) – apontamentos históricos*, publicados em 1864 na *Revista Mensal do Instituto Científico*, o *Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo*, e o trabalho *Limites do Brasil*, publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, respectivamente em 1868 e 1866.

*Grande Encyclopédie* de Lavasseur e para o *Jornal do Brasil*, no qual publicou as *Efemérides Brasileiras*, além de haver reunido anotações referentes à *História da Guerra da Tríplice Aliança*, de Schneider.

Desse posto acompanhou a implantação da República, que o levou a pensar a abandonar a carreira por fidelidade as concepções políticas abraçadas. Contudo, instado pelo Imperador exilado com que mantinha relações, permaneceu no exercício de sua função, colocando-se a disposição do regime republicano, embora nos bastidores houvesse participado da atividade combatente de Eduardo Prado e de Joaquim Nabuco, por considerar que a República colocaria em risco a ordem, a liberdade e a unidade nacional favorecendo o surgimento do caudilhismo, das pequenas tiranias, das ditaduras e das guerras civis.

Os longos anos passados no consulado de Liverpool deram-lhe não apenas a possibilidade de acompanhar com amplitude de vistas os jogos diplomáticos do momento e as características do Sistema Internacional da passagem do século XIX para o XX, mas também a de alçar degraus maiores que o conduziram à chancelaria brasileira no início dos anos 1900. Seus amplos conhecimentos históricos, geográficos e diplomáticos levaram-no a atuar como ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, no contencioso de limites com a Argentina na questão de Palmas (1893-1895), na Suíça, no contencioso com a Guiana Francesa pelo território do Amapá (1898-1900 e na Alemanha, com o fito de dissuadir os banqueiros alemães de participarem do *Bolivian Syndicate*, recentemente instalado.

As vitórias obtidas no serviço diplomático por conta da resolução de problemas lindeiros, tornou-o uma figura popular nos meios cultos nacionais, abrindo caminho para que chegasse ao Ministério das Relações Exteriores em 1902 mediante a aceitação do convite feito pelo Presidente eleito Rodrigues Alves. Iniciada num período em que a diplomacia ainda era apanágio dos grandes homens públicos, dos representantes políticos mais expressivos, sua

carreira atingiria seu apogeu consagrando-o definitivamente na história do país como o guardião das fronteiras nacionais.

No Itamaraty sua atuação teve por característica essencial a combinação da tradição realista proveniente da diplomacia imperial com a renovação das concepções e paradigmas da política externa brasileira<sup>72</sup>, mediante a qual procurou assegurar uma margem maior de atuação para o país, bem como conquistar um espaço específico para o Brasil no cenário regional, o que ficou claro nas tentativas de se reverter o quadro de idealismo exacerbado que havia vigorado até então nos assuntos de política externa, bem como na formulação de novas políticas e estratégias com que pretendia adaptar as relações exteriores do país as novas condições do sistema internacional.

Conduzindo sua política externa numa dupla vertente – no eixo das relações assimétricas, balizado pelas relações bilaterais com países que apresentavam um diferencial significativo de poder (no caso, os Estados Unidos e países europeus), e no eixo das relações simétricas, com países que apresentavam categorias de poder semelhantes (no caso as relações com os países latino-americanos)<sup>73</sup>, procurou estreitar relações com a potência do norte por compreender o destacado lugar que esta passava a ocupar no sistema internacional.

Percebida como condição essencial a ampliação dos recursos de poder da nação brasileira, a aproximação com os Estados Unidos foi buscada ora em função das demandas de mercado, já que este país era o maior consumidor do café nacional, ora como respaldo ao desenvolvimento de sua política regional, refletindo-se no alinhamento à postura norte-americana em face do bloqueio imposto pela Inglaterra e pela Alemanha às alfândegas venezuelanas (1903), no pronto reconhecimento a “República” do Panamá, na negociação de um decreto presidencial concedendo redução de 20% sobre os direitos de importação para

---

<sup>72</sup> MAGNOLI, op. cit., p. 208.

<sup>73</sup> RICUPERO, R. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996. p.37-60.

alguns artigos de interesse para os Estados Unidos (1904), e na aceitação dos termos do Corolário Roosevelt, de 6 de dezembro, que, marcando o início da política do *Big Stick*, formalizou a supremacia desse país no cenário latino-americano.

Por conta disso, associou-se ao Pan-americanismo, então concebido como um movimento de cooperação continental conduzido pelos Estados Unidos, cujas bases repousavam em princípios gerais como a paz, a cordialidade e a promoção comercial entre os países hemisféricos. Essa estratégia de aproximação com a potência norte-americana que ancorava-se na idéia de que a América era constituída por três partes distintas, a saber, os Estados Unidos, a Hispano-América e o Brasil, pautava-se pela tentativa de se consolidar a posição brasileira no cenário regional, numa linha em que o Brasil acabaria por se tornar um interlocutor privilegiado entre os Estados Unidos e o restante do continente.

A postura adotada no tocante à aproximação com os Estados Unidos recebeu pesadas críticas de seus contemporâneos, que, no plano interno e externo, acusaram-no de imperialista, e de apoiar tacitamente a política do *Big Stick*, o que o fez defender-se, mediante a publicação de artigo, sob o pseudônimo de John Penn, no *Jornal do Comércio*<sup>74</sup>, em que procurou discorrer sobre a anterioridade dessa política, colocada como uma pretensa tradição diplomática imperial.

Desse modo, justificou que a aproximação entre os dois países não era novidade se se considerar o rápido reconhecimento norte-americano à independência brasileira, a acolhida calorosa dada pelos Estados Unidos a D. Pedro II quando de sua visita à América em 1876, o pioneirismo brasileiro no processo de reconhecimento da Doutrina Monroe, o pronto reconhecimento norte-americano à república recém implantada e as similaridades históricas apresentadas pelos dois países no que se referia ao fato de serem os maiores países do

---

<sup>74</sup> PENN, J. O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo. In: **REVISTA AMERICANA**: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual: 1909-1919. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. p.119-140.

continente, isolados dos demais pela ausência de familiaridade lingüística, cultural, histórica e geográfica.

Muito embora a aproximação com os Estados Unidos tenha se configurado num dos pilares mais importantes de sua gestão, esta diretriz não implicava no estabelecimento de alianças formais rígidas que pudessem colocar em risco o desenvolvimento do país, tão pouco em rupturas traumáticas com a Europa, de cuja cultura os países hemisférios continuavam sendo herdeiros<sup>75</sup>. Pelo contrário, a tática adotada para a ampliação da margem de manobra diplomática e prestígio brasileiro requeria não só a manutenção de vínculos com a Europa, mas também o estabelecimento de relações com os demais países hemisférios, sem que isto significasse uma aproximação pura e simples com o restante da América, como ocorrera nos primeiros anos do regime republicano.

Conhecedor dos riscos que poderiam advir para o país da associação que comumente se fazia entre regimes republicanos e instabilidade econômica, política e social, procurou sempre que possível diferenciá-lo no contexto regional, mediante a adoção de posturas e a formulação de políticas que deixaram a mostra a especial atenção conferida a dimensão simbólica do poder, sucedendo-se daí o fato de ter valorizado a propaganda como instrumento necessário a ampliação do prestígio nacional<sup>76</sup>.

Alimentada pela percepção comum as elites imperiais de que as repúblicas latino-americanas representavam a anarquia e a fragmentação nacional, essa política refletiu-se na elevação da legação brasileira à categoria de embaixada (1905), na realização do III Congresso Científico Latino-Americano (1905), na criação do primeiro Cardinalato latino-americano (1905), na realização da III Conferência Internacional Americana (1906) e na defesa enfática do rearmamento naval brasileiro, bem como refletiu-se na contraposição as

---

<sup>75</sup> Discursos de abertura e de encerramento da Terceira Conferência Internacional americana, In: LINS, op. cit., p.515-518.

<sup>76</sup> BUENO, 2003, op. cit., p. 143.

iniciativas dos países vizinhos de formação de um bloco que pudesse fazer frente aos Estados Unidos.

Não obstante, procurou desenvolver uma política regional de maior aproximação com os países vizinhos, sobretudo, com a Argentina e com o Chile, com os quais disputava o controle do equilíbrio de poder no segmento sul do continente. A visão realista das relações internacionais, na qual ancorava sua política, levou-o não só a procurar respaldar a soberania nacional na ampliação dos recursos de poder materiais ou simbólicos que o país possuía, mas também ao entendimento de que no seguimento sul a influência brasileira deveria ser compartilhada, a fim de afastar eventuais possibilidades de Argentina e Chile exercerem um papel de liderança nas republicas hispano-americanas com as quais o país tinha pendências.

Além da política de maior aproximação com os Estados Unidos e com os países hemisféricos, Rio Branco cuidou também da consolidação das fronteiras nacionais. Impondo seus argumentos nas questões de litígios fronteiriços com a Bolívia (1903), com o Peru (1904-1909), com a Guiana Inglesa (1904), com a Venezuela (1905), com a Guiana Holandesa (1906), com a Colômbia (1907) e com o Uruguai (1909), alcançando com essa política um brilhante êxito, que acabou por transformar o Brasil na primeira nação sul-americana<sup>77</sup>.

Desenvolvida com peculiar traço de continuidade e de coerência, essa diretriz de política externa continuou a influenciar a diplomacia brasileira mesmo depois de seu falecimento, em 10 de fevereiro de 1912, que, longe de interromper as diretrizes de política externa por ele inauguradas, cedeu campo para que seus sucessores, embora com algumas variações, seguissem a mesma linha de atuação, tanto no que se referia às relações exteriores do Brasil com a América Latina, quanto no que dizia respeito às relações com os Estados Unidos.

---

<sup>77</sup> BURNS, B. Rio Branco e sua política externa. **Revista de História**, São Paulo, n. 58, p.367-381, 1964.

Apesar das tentativas brasileiras de aproximação com os Estados Unidos terem sido unilaterais, configuraram-se como o momento em que a diplomacia nacional se voltou plenamente para o Pan-americanismo.

## **CAPÍTULO 2 JOAQUIM NABUCO E OLIVEIRA LIMA.**

*Os indivíduos dão-se bem quando “tudo os une e nada os separa”: às nações é que, mesmo assim, nem sempre acontece porque existem correntes subterrâneas de afinidade e, sobretudo, de antipatias. Entre Southwell Gardens, onde eu residia na Legação, e Cornwall Gardens, onde Nabuco se estabeleceu, só havia a esse tempo uma corrente de simpatia (LIMA, 1937, p.243-244).*

## 2.1 Joaquim Nabuco – um monarquista a serviço da República

Olhei a vida nas diversas épocas através de vidros diferentes: primeiro no ardor da mocidade, o prazer, a embriaguez de viver, a ambição da popularidade, a emoção da cena, o esforço e a recompensa da luta por fazer homens livres (todos esses eram vidros de aumento)...; mais tarde, como contraste, a nostalgia do nosso passado e a sedução crescente de nossa natureza, o retraimento do mundo e a doçura do lar, os túmulos dos amigos e os berços dos filhos (todos esses são ainda prismas); mas em despedida ao Criador, espero ainda olhá-la através dos vidros de Epíteto, do puro cristal sem refração: a admiração e o puro reconhecimento<sup>78</sup>.

Com essa passagem Joaquim Nabuco encerrava sua autobiografia, ao passo em que, simbolicamente, finalizava a fase de ostracismo político em que tinha vivido desde a implantação da República, não sendo de se admirar que ao registrá-la na última página de seu livro *Minha Formação*, tenha, não só alinhado diferentes aspectos de sua trajetória pessoal, mas também manifestado as esperanças que depositava na etapa que se iniciava com seu retorno ao cenário político brasileiro. Efetivamente, aos 51 anos, após vivenciar os anos de destaque político do Segundo Reinado e os de “retraimento forçado” da primeira década republicana, fazia um certo sentido esperar um pouco mais do período que se iniciava na passagem do século XIX para o XX.

Figura destacada no campo político e intelectual brasileiro, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, nasceu no Recife a 19 de agosto de 1849<sup>79</sup>, no seio de uma família ligada à elite senhorial pernambucana. Quarto filho de um renomado jurista passou os primeiros anos de sua vida no torrão natal, no Engenho Massangana, em companhia de seus padrinhos Ana Rosa Falcão de Carvalho e Joaquim Aurélio de Carvalho, posto que seu pai, recém-eleito deputado por aquela província, dirigiu-se para a Corte, com os demais membros de sua família, pouco tempo depois do seu nascimento.

---

<sup>78</sup> NABUCO, J. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957. p.258. (destaque do autor)

<sup>79</sup> NABUCO, C. **A vida de Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros, 92).

Com o falecimento de sua madrinha, em 1858, transferiu-se para o Rio de Janeiro, aos oito anos de idade, onde passou a viver junto de seus pais – José Thomaz Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto, e de seus irmãos Sizenando, Vítor e Rita, na residência que se tornaria um dos mais importantes salões do Segundo Reinado<sup>80</sup>, em virtude das prestigiosas recepções que seus pais habitualmente ofereciam a importantes representantes da elite imperial. Nesse ambiente familiar, marcado não apenas pelo refinamento dos gestos e maneiras, mas também pela grande proximidade com as questões políticas, deu continuidade a seus estudos elementares ingressando no renomado Colégio Pedro II, no qual pôde iniciar-se nos assuntos históricos e literários, que, juntamente com os de natureza política, sempre lhe mereceriam especial atenção.

Educado nos termos de uma sociedade refinada calcada no modelo europeu, Joaquim Nabuco, findos os anos de internato (1860-1865), seguiu para a cidade de São Paulo iniciando, a exemplo do que habitualmente sucedia aos membros da elite imperial brasileira, sua formação acadêmica. Nessa cidade, em que conviveu com amigos que ocupariam cargos destacados no mundo das letras e da política do país, dentre os quais Castro Alves, Rui Barbosa, Afonso Pena e Rodrigues Alves, elaborou seu primeiro trabalho de natureza histórica, um folheto dedicado a Francisco Marcondes Homem de Melo, seu antigo professor de História Universal no Colégio Pedro II, ao passo em que se iniciou no jornalismo mediante a produção de artigos para o jornal acadêmico *O Ipiranga* e também para a *Tribuna Liberal*, pequena folha, por ele fundada com o objetivo de criticar acontecimentos candentes no momento.

Nesse período de definições profissionais, intelectuais e também políticas, Nabuco ampliou seus conhecimentos mediante a leitura de autores alemães e franceses, que contribuiriam para a formação de seu pensamento social e histórico, e de constitucionalistas

---

<sup>80</sup> NEEDELL, J. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

britânicos, dentre os quais, Macaulay e Bageot<sup>81</sup>, que o aproximariam do modelo parlamentar inglês, levando-o a hesitar entre a Monarquia e a República. No rol dos demais autores lidos nesse período, destacaram-se os ensaístas e literatos franceses, Chateaubriand, Taine e Renan; os historiadores alemães, Mommsen, Ranke e Curtius e o pensador suíço Burckhardt .

Em 1868 transferiu-se para o Recife com o fito de concluir seu curso de Direito. Na província natal, participou ativamente das reuniões promovidas pelos correligionários do Partido Liberal Pernambucano, que o aproximariam de Domingos de Souza Leão, o Barão de Vila Bela, importante chefe político, cuja atuação seria decisiva para seu ingresso no parlamento em 1879, ao passo em que se envolveu com a temática da escravidão, perceptível pela defesa, perante o júri, de um escravo acusado de homicídio, bem como pela elaboração seu primeiro livro, *A Escravidão*, que só seria publicado postumamente, em 1988.

Concluídos seus estudos jurídicos em novembro de 1870, retornou ao Rio de Janeiro, iniciando logo em seguida sua atuação profissional no escritório paterno, que era um dos mais procurados na Corte. Contudo, a auspiciosa carreira iniciada com o apoio de seu pai não se estendeu por muito tempo, pois, em virtude de incompatibilidades com a função e com parte de sua própria clientela, abandonou a carreira na qual se diplomara, procurando firmar-se no jornalismo e na literatura, com os quais se familiarizara desde os tempos da Academia.

Nesse período tornou-se colaborador do jornal *A Reforma*, principal reduto dos liberais na imprensa da época, onde, nos três anos que se seguiram à conclusão de seus estudos acadêmicos (1870-1873) publicou artigos de cunho filosófico, literário e político, que resultariam na publicação do folheto *O Partido Ultramontano* e dos opúsculos *Camões e os Lusíadas* e *Le Droit au Meurtre*. No jornalismo sustentou-se até meados de 1873, quando, de posse dos recursos auferidos com a venda dos bens deixados por sua madrinha, empreendeu sua primeira viagem à Europa.

---

<sup>81</sup> NABUCO, 1957, op. cit., p.18-19.

Durante sua permanência na Europa, que durou quase um ano (de agosto de 1873 a setembro de 1874), Nabuco deu vazão a seus interesses literários, que ganharam forma e expressão no volume de versos e poesias *Amour et Dieu* e no *Diário* que passou a manter desde então, no qual registrou todos os passos de sua rotina cultural no continente europeu, ao passo em que consolidou seu posicionamento político. Motivado pelo que pudera observar na Inglaterra acabou por se definir pela forma monárquica que se lhe afigurou “um governo mais direto e imediatamente do povo do que a república”<sup>82</sup>.

Retornando ao Brasil retomou a atividade jornalística com a criação de um periódico, *A Época*, e com a colaboração para o Jornal *O Globo*, um dos mais importantes da capital imperial. Nesse jornal, destacou-se não apenas por sua atuação como publicista, mas também pelos embates intelectuais travados durante o ano de 1875 com o romancista José de Alencar, a quem criticava por não reconhecer em sua obra as tão propaladas qualidades literárias. Exercida com destaque, ao tempo em que começava a consolidar uma reputação de dândi nos círculos de Petrópolis e da Corte pelas refinadas maneiras e gosto apurado no trajar, essa atuação jornalística não se estendeu por muito tempo, em virtude do seu ingresso no serviço diplomático um ano depois, em 1876 .

No serviço diplomático Nabuco, sob a chefia de Antônio Pedro de Carvalho Borges, atuou como segundo secretário da legação do Brasil em Washington ao tempo em que as relações entre Brasil e Estados Unidos entravam numa fase mais auspiciosa em virtude do comércio do café e da política de maior aproximação adotada pelo imperador Pedro II<sup>83</sup>. Esboçada nesse período, a política de aproximação entre os dois países ganharia novos impulsos com a implantação da República inaugurando uma fase em que paulatinamente as relações exteriores do Brasil veriam seu eixo deslocar-se da Europa para a América.

---

<sup>82</sup> NABUCO, 1957, op. cit., p.31.

<sup>83</sup> BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

No plano interno os Estados Unidos experimentavam um período de grande crescimento econômico decorrente dos avanços da industrialização, que tanto promovia alterações internas com a introdução da malha ferroviária e o surgimento dos grandes monopólios, quanto externas com a adoção de novas diretrizes que permitissem garantir o acesso de seus produtos e de seus capitais no exterior. Em franca expansão capitalista, aquele país caminhava a passos rápidos para o círculo das grandes potências, sendo talvez por essa razão que sua especificidade tenha chamado a atenção de Nabuco.

Habitado com o panorama europeu do qual lhe advinham todas as suas referências – artísticas, culturais, políticas e sociais, o jovem diplomata impressionou-se com o quadro observado na América do Norte, um quadro por assim dizer distinto de tudo quanto tinha conhecido até então no que dizia respeito ao progresso material e ao avanço tecnológico. Essa admiração inicial levou-o a considerar que os Estados Unidos eram um país singular<sup>84</sup>, no qual o desenvolvimento material e os expressivos recursos econômicos acabavam por engendrar novas formas de relacionamentos sociais e diferentes expressões políticas. Contudo, fosse pelo legado deixado por sua vivência anterior, a viagem ao Velho Mundo, fosse pela educação recebida, que via a Europa como matriz civilizadora, acabou por considerar que, com exceção do aspecto econômico, as demais características dessa sociedade eram inferiores às européias

[...] os Estados Unidos são de uma extremidade a outra um país para se visitar e conhecer. É ele, talvez, o país onde melhor se pode estudar a civilização material, onde o poder dinâmico ao serviço do homem parece maior e ao alcance de cada um. Em certo sentido, pode-se dizer dele que é uma torre de Babel bem sucedida. Na ordem intelectual e moral, porém compreendendo a arte, os Estados Unidos não tem o que mostrar, e certa ordem de cultura, toda cultura superior quase, não precisa para ser perfeita e completa de adquirir nenhum contingente americano<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> NABUCO, J. **Diários**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2005. v.1, p.140.

<sup>85</sup> NABUCO, 1957, op. cit., p.144.

Não obstante tivesse se impressionado com o avanço material e o progresso tecnológico norte-americano elaborou, nesse período, algumas reflexões críticas em que considerou que a dinâmica social materialista excessivamente pragmática tinha conseqüências que não poderiam ser desconsideradas, tais eram, a consolidação da crença na superioridade dos Estados Unidos em relação aos demais países, e o descaso para com os cidadãos de outras nacionalidades, sobretudo, os latino-americanos.

Além das reflexões elaboradas sobre o país que visitava pela primeira vez, registradas em seu *Diário*, Nabuco aproveitou a permanência nos Estados Unidos para a elaboração de mais um livro, um drama sobre a guerra franco-prussiana de 1870, que seria publicado sob o título de *L' Option*. Desejoso de retornar a Europa, já que a permanência nos Estados Unidos não o agradava muito, por considerá-lo um país destituído de ideais, solicitou remoção para a Inglaterra, no que foi atendido em junho de 1877<sup>86</sup>. Deixando os Estados Unidos, onde pudera conviver com Salvador de Mendonça, com Saldanha da Gama e com José Carlos Rodrigues, então proprietário do jornal *O Novo Mundo*, Nabuco instalou-se em Londres, após breve viagem pelo Canadá.

Na Inglaterra atuou junto ao Barão de Penedo, cujas relações com personalidades ilustres do universo político-cultural britânico conferia a legação do Brasil em Londres um prestígio social ímpar. Muito embora a permanência em Londres o agradasse pelos contatos estabelecidos com as relações de seu chefe, e a carreira diplomática lhe parecesse a ideal por lhe permitir dedicar-se a literatura, Nabuco desfrutou pouco tempo do estilo de vida que encontrou nesse país. A morte de seu pai, ocorrida em março de 1878, obstaculizou seus planos compelindo-o a retornar ao Brasil, onde encontraria o clima propício para seu ingresso na disputada carreira política em decorrência não só da subida dos liberais ao poder com a

---

<sup>86</sup> VIANNA FILHO, L. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Martins, 1973.

ascensão do Ministério Sinimbu, mas também dos acordos estabelecidos anteriormente entre seu pai e o Barão de Vila Bela.

Favorecido pelas circunstâncias Nabuco, após retornar ao Brasil, ingressou no Parlamento em 1879, dando início a uma fase em que a política ocuparia papel central em sua vida. Ficava para trás a fase literário-jornalística iniciada em 1873, por ele definida como fase de diletantismo intelectual. Na conjuntura final dos anos 1870 sua vida seguiria um curso bem mais agitado do que nos anos anteriores, em que questionaria e combateria com veemência um dos pilares de sustentação da Monarquia – o trabalho escravo. Nos dez anos que se seguiriam ao seu ingresso na carreira política (1879-1889) o literato viajado cederia lugar ao abolicionista intransigente, ao longo de uma trajetória de altos e baixos, que deixaria gradativamente seu nome gravado na história do país.

Durante seu primeiro mandato sua atuação no Parlamento consistiu na defesa das eleições diretas e da liberdade religiosa, que se achavam em discussão nos meios políticos, por conta da proposta de reforma do sistema eleitoral brasileiro encabeçada pelo Ministério Sinimbu, que defendia as eleições diretas desde que fosse preservado o critério censitário ao direito de voto. Fiel à sua formação liberal, Nabuco colocou-se em posição oposta a de seu partido, passando a defender o sufrágio universal em nome do princípio de legitimidade, por considerar que ao partido cabia ampliar o direito de voto e não restringi-lo <sup>87</sup>.

Além disso, sua discordância para com as propostas e atuações dos representantes liberais girou em torno da omissão em relação ao trabalho escravo. No contexto em que o Parlamento procurava solucionar o problema mediante a substituição dos escravos por imigrantes chineses – *coolies*, já que o tráfico havia sido proibido, tanto se opôs a contratação desses trabalhadores, quanto encabeçou projetos ligados à abolição, propondo a emancipação gradual com acordos sobre prazos e indenizações.

---

<sup>87</sup> NOGUEIRA, M. A. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco. A monarquia e a república. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

Articulando sua trajetória no eixo das lutas pela emancipação, criou a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* e também um pequeno jornal – *O Abolicionismo*, que contou com o apoio e a participação de um grupo de amigos favoráveis à causa, dentre os quais, Sancho de Barros Pimentel, Joaquim Serra, José Mariano, Marcolino Moura, André Rebouças e Gusmão Lobo. A propaganda realizada fora do Parlamento teve continuidade na viagem que fizera a Europa no final de 1880, com o fito de travar contato com associações anti-escravistas de Lisboa, Madri, Londres e Paris.

A oposição ao Ministério Sinimbu acabou por isolá-lo no seio do partido inviabilizando sua reeleição em 1881. Por conta disso, encerrando seu primeiro mandato (1879-1880), Nabuco dirigiu-se a Londres, onde, com o auxílio do Barão de Penedo, tornou-se correspondente de dois jornais, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e o *La Razón*, de Montevideú, bem como passou a atuar como consultor jurídico de companhias inglesas proprietárias dos engenhos centrais em Pernambuco, interessadas em realizar maiores investimentos no Brasil. Nessa cidade, realizou pesquisas no Museu Britânico e na Biblioteca do reformador Cobden, em Brighton, que lhe permitiram amadurecer idéias sobre a temática da Escravidão, idéias essas que evoluíram para a elaboração de uma teoria da abolição total sem indenização, claramente expressa no livro *O Abolicionismo*.

Nesse longo e inflamado ensaio elaborado durante sua permanência em Londres, Nabuco não só ultrapassou os limites das primeiras reflexões sobre essa temática, mas também elaborou um rigoroso esquema analítico embasado nas concepções democráticas liberais, no qual analisando a sociedade imperial e seus fundamentos (a escravidão e a propriedade privada) introduziu propostas reformistas voltadas ao progresso e ao desenvolvimento do país. Em linhas gerais considerava que a questão fundamental para a democracia brasileira não era a Monarquia e sim a escravidão, que ao ocupar o cerne do organismo social acarretava a degradação nacional levando o país ao atraso, deformando suas

instituições e atrofiando seu desenvolvimento, sucedendo-se daí a necessidade de ser combatida <sup>88</sup>.

Em meados de 1884 retornou ao Brasil, no contexto em que a ascensão do Gabinete Dantas, o primeiro a se propor encarar frente a frente o problema do trabalho escravo, abria uma nova fase nas campanhas em prol da abolição. Desde então todas as suas atividades seriam absorvidas no vórtice do movimento abolicionista, que passaria a liderar mediante a realização de campanhas públicas, *meetings* e conferências, que o projetariam definitivamente no cenário público nacional <sup>89</sup>. Nesse agitado período, em que cumpriria seu segundo mandato como deputado por Pernambuco (1884-1885) sua militância política giraria em torno da defesa da abolição e da federação.

Paralelamente à atuação no movimento que avançava arregimentando apoio popular Nabuco, antevendo o esgotamento da causa abolicionista, direcionou – se para a defesa da autonomia das províncias, por entender que o centralismo acarretava a atrofia e a decadência nacional. Partia do princípio de que as províncias eram distintas umas das outras tanto por suas condições históricas, sociais e geográficas, quanto pelas condições políticas. Tais diferenças somadas as enormes distancias que as separavam e a diversidade de interesses que pairavam entre elas, colocavam a necessidade de promover sua autonomia, por ser esta a única forma de assegurar o livre usufruto dos recursos provinciais.

Na política Nabuco permaneceu até o início de 1886, quando, após ser derrotado nas eleições desse ano, retomou a atividade jornalística, mediante a colaboração para o jornal *O País*, no qual publicou artigos que seriam posteriormente reunidos nos opúsculos – *Propaganda Liberal*, *O erro do imperador*, *O eclipse do abolicionismo*, *Eleições liberais*, *Eleições conservadoras* e *Escravos*. Nesse ano, envolvido nas campanhas abolicionistas,

---

<sup>88</sup> SANDES, N. F. A nação redimida: o abolicionismo de Joaquim Nabuco. **Estudos de História**, Franca, v.10, n.1, p.131-140, 2003.

<sup>89</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

agora conduzidas pela imprensa, participou, a pedido da *Anti Slavery Society*, da Associação de Direito Internacional, que se reunia em Londres.

Em 1887, reelegeu-se deputado pelo Recife, iniciando, na conjuntura política dos anos finais do Segundo Reinado, seu terceiro mandato (1887-1888), durante o qual solucionado o problema da abolição, retomou o projeto da federação e passou a defender a reforma da Monarquia. Nesse último aspecto, considerava que não obstante o regime monárquico fosse uma forma superior de governo, sua sobrevivência dependia da correção de algumas distorções – o centralismo, o poder pessoal, a manipulação eleitoral e o falso parlamentarismo. Tais projetos, conquanto interessantes, não contaram com o apoio do partido liberal, posto que este se encontrava quase que inteiramente voltado para a defesa dos ideais republicanos.

Moderado em sua plataforma por não questionar os fundamentos da ordem econômica, o movimento republicano começava a espalhar-se pelos mais diferentes setores sociais, sendo combatido apenas por um monarquismo proveniente de grupos isolados, o que levou Nabuco a retrair-se um tanto mais das atividades políticas a ponto de pensar em abandonar a carreira. Em face do paulatino fortalecimento das atividades republicanas, rompeu com o partido, ao passo em que encerrou sua colaboração para o *País*, a esse tempo envolvidos com o movimento em questão<sup>90</sup>.

O fim das campanhas abolicionistas havia eclipsado sua carreira, fazendo-o mergulhar numa fase nostálgica de sua vida em que se limitaria a acompanhar a ordem dos fatos. Aos quarenta anos restava-lhe procurar outro gênero de atividades, já que a colaboração com a República parecia-lhe impossível por acreditar ser este um regime que colocaria abaixo a continuidade do processo de formação da nacionalidade iniciado com a Monarquia. No contexto em que a Monarquia completamente enfraquecida cedia lugar a República Nabuco optou por refugiar-se em sua vida privada, onde nos dez anos que se seguiriam (1889-1899) permaneceria em companhia de sua

---

<sup>90</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Quintino Bocaiúva, Praia do Flamengo, 22/06/1888. In: **Cartas**, v.1, p.172

esposa Evelina Nabuco, com quem se casara as vésperas do 15 de novembro, e de seus filhos, entregue ao projeto de recontar a trajetória do regime deposto.

Proclamada a República, Nabuco, após frustradas tentativas de se estabelecer como consultor jurídico em Londres (1890 e 1891), retornou ao Rio de Janeiro passando a trabalhar como correspondente do *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, no qual publicou os opúsculos *Agradecimento aos Pernambucanos*, *Resposta as mensagens de Nazaré e do Recife* e *Porque continuo a ser monarquista*, em que reafirmou suas convicções políticas, ao tempo em que, reconvertido ao catolicismo, iniciou a redação de um livro – *Foi Volue*, em que narraria sua reconciliação com a fé católica abandonada na Academia.

A militância partidária e o doutrinamento político da última década do Segundo Reinado cediam lugar, agora, a um período em que se dedicaria totalmente aos embates intelectuais. Nessa fase um novo monarquista surgiria – o crítico ardoroso do passado cederia lugar ao defensor do presente. Sob a ótica das decepções sofridas pela implantação da República, a Monarquia paternalista anteriormente criticada passaria a ser vista como o período áureo da civilização brasileira, o que o levaria nos primeiros anos do regime republicano a supervalorizar as dificuldades decorrentes de sua implantação, e a tecer reflexões bastante pessimistas em que não poucas vezes lamentaria o fato do Brasil ter se "sulamericanizado depressa" :

Estamos no redemoinho republicano da América. Somos um cadáver girando no sorvedouro da anarquia. Em tal estado devemos abandonar a sociedade ao seu destino ou fundar uma nova pátria no estrangeiro, os que têm filhos ? Se nada pode salvar a nação, é preciso lutar para elevar socialmente a minoria, a parte moral da sociedade. A pátria é uma escolha que Deus fez por nós. Neste século, o imigrante tem alterado um tanto o velho princípio. Nas raças sentimentais e idealistas não dispomos assim do patrimônio dos nossos filhos. Temos, pois, que ficar brasileiros, vendo o Brasil tornar-se uma Venezuela, um México, uma Argentina, um Chile; propriedade do déspota do dia. È como se o mundo voltasse a ser fetichista ou canibal! Mas por isso mesmo que foi nosso destino nascer neste período, nos séculos futuros a América Latina há de ser civilizada ou não ser latina [...] <sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.35. (grifo do autor).

Nessa linha de reflexões, apoiou, embora não de maneira tão veemente, as críticas que os setores monarquistas dirigiam ao regime implantado. A instabilidade econômica, política e social, justificava a crença na inviabilidade do regime e a continuidade da oposição, que no seu caso referiu-se não apenas ao tipo de regime político adotado pelo país, mas também a exacerbação americanista promovida pelos setores republicanos e que passara a permear as diretrizes de política externa, como bem evidenciaram seus escritos sobre os agitados acontecimentos de 1893-1894.

Desde sua implantação a República havia procurado imprimir novos rumos as relações exteriores do Brasil, direcionando-as um tanto mais para o contexto hemisférico. Mais do que a aproximação com os países latino-americanos, o governo republicano priorizou o aprofundamento das relações com os Estados Unidos, despertando críticas, dentre as quais destacaram-se as de Eduardo Prado no livro *A Ilusão Americana*, em que, contando com o apoio de Nabuco, denunciava a crescente influência norte-americana e a postura brasileira de perigosa imitação das instituições americanas, que denotavam o abandono das tradições europeístas da diplomacia brasileira:

A *Ilusão Americana*, o livro de Eduardo Prado, que eu tantas vezes lhe disse que ia escrever, o que será? O meu era antes - *A Perda de um Continente*. Expus-lhe, porém, por vezes as linhas gerais e disse-lhe que desejava que alguém o fizesse. É um gênero de propaganda em que há muito o que fazer.<sup>92</sup>

No contexto em que se pregava a aproximação entre Brasil e Estados Unidos Nabuco demonstrou a pouca simpatia que nutria por esse país e pela associação que o governo republicano pretendia fazer, manifestando suas idéias a respeito dessa questão em dois livros específicos – *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* e em *Balmaceda*, ambos de 1895, resultantes da reunião de artigos produzidos para o *Jornal do Comercio* e para a *Revista Brasileira*, com que passou a colaborar nesse período.

---

<sup>92</sup>NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.88. (grifo do autor).

No primeiro deles explorou o auxílio americano como sendo uma ingerência nos negócios estrangeiros, a manifestação da maneira pela qual um Estado projetaria sobre o outro a sombra do protetorado, ao passo em que no segundo, tomando a política chilena como pretexto para se analisar a América Latina e a questão brasileira aberta pela implantação da República, demonstrou sua reação anti-americanista ao discorrer acerca da inviabilidade da aproximação entre países que em sua essência eram profundamente desiguais. Nesse último aspecto, defendia a idéia de que a aproximação com os países hemisféricos, mormente com os Estados Unidos, nos moldes em que era pregada, não se sustentava, por conta das diferenças geográficas, materiais, políticas e culturais.

Sua leitura se casava perfeitamente com a leitura elaborada pela Monarquia, que associava o Império Brasileiro à consolidação da ordem e da unidade nacional – "saliência de terra firme numa onda revolta e ensangüentada", e as repúblicas latino-americanas à fragmentação nacional e a emergência do caudilhismo. A visão negativa que fazia da América Latina e do regime republicano fornecia-lhe os elementos para demonstrar a ineficácia da política da solidariedade americana por conta da desigualdade entre as partes interessadas, isto é, entre os Estados Unidos e o restante do continente:

Mesmo como esfera de influência a América Latina não conviria aos Estados Unidos. Os estadistas americanos sabem que os Protetorados só produziram uma nova espécie de carpet-baggers, - praga cuja natureza compreende bem quem sabe o que foi durante a conquista de Grant, a invasão dos Estados do Sul pelos aventureiros políticos do Norte. Antes do carpet-bagger viria preparar-lhe a entrada o flibusteiro, e a América do Sul ficaria coberta de um enxame de especuladores da pior classe, os quais dentro dos seus "sacos de tapete" trariam os germens de uma profunda corrupção que havia mais tarde de se estender ao Lobby do Congresso<sup>93</sup>.

Ao estabelecer que nem mesmo como esfera de influência a América Latina serviria aos Estados Unidos por trazer em si elementos que poderiam acarretar a deterioração da raça norte-americana, Nabuco introduzia a idéia da superioridade anglo-saxônica em relação ao

---

<sup>93</sup> NABUCO, J. **Balmaceda** . Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895. p.215. (grifo do autor).

restante da América. Nesse sentido, dissociava a idéia que se fazia nos meios republicanos de que o progresso latino-americano se daria por meio da aproximação com as potências do momento, mormente com os Estados Unidos. A seu ver, o desenvolvimento dos países latino-americanos passava pela tentativa de se encontrar um caminho próprio sustentado na integração regional e na formação de uma opinião pública capaz de estimular seu progresso:

A solução do problema tem que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços ou registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em todos os países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura européia e que podem formar a Liga Liberal do Continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, senão mesmo de vexame. Não é somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo. O efeito de um governo moralizado é ilimitado, e de modo indireto, universal<sup>94</sup>.

Desse modo, evitando participar dos entusiasmos republicanos, dedicou-se com mais afinco às atividades intelectuais, dentre elas, a elaboração da biografia paterna, cujos primeiros capítulos começaram a ser divulgados nas rodas do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, às quais se incorporou nesse contexto, 1896, além da colaboração para a *Revista Brasileira* e para o *Jornal do Comércio*, para os quais enviaria artigos autobiográficos que seriam posteriormente reunidos no volume *Minha formação*.

Nesse período, com a consolidação das instituições republicanas, a diminuição do autoritarismo decorrente do lento afastamento dos representantes jacobinos dos cargos representativos, suas críticas à República arrefeceram, já que diminuía os argumentos para a oposição. Optando pelo combate literário recusou-se participar da direção de órgãos monarquistas como o jornal *Liberdade*, com que os correligionários pretendiam dar voz ao partido que se reorganizava. Como não poderia deixar de ser, as relações com os grandes

---

<sup>94</sup> NABUCO, 1895, op. cit., p.215-216.

representantes da monarquia sofreu abalos, resultando na exclusão de seu nome da lista de signatários do *manifesto A Nação Brasileira*, que marcava o retorno do partido.

Mais otimista quanto às condições da política interna do país <sup>95</sup>, que sob o patrocínio de Campos Sales parecia reverter o quadro de desarranjo de seus primeiros tempos, iniciou colaboração para o jornal *Comércio de São Paulo*, fundado por Eduardo Prado no final de 1895. Mas se no plano interno as questões se lhe pareciam mais claras e o panorama mais animador, o mesmo não se dava no tocante aos assuntos de política externa, cujo quadro internacional que se desenrolava com a emergência dos Estados Unidos como nova potência mundial parecia, senão colocar em risco o desenvolvimento das demais nações do continente, pelo menos conformar um novo sistema de poder:

Infelizmente sou dos que estão convencidos de que nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a Nicarágua; que nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington, e que só poderemos valer, ter vida própria, intelectualmente, se produzirmos alguns brilhantes espíritos que elevem nossa literatura acima das contingências da absorção ou da eliminação política e material<sup>96</sup>.

Desarmado para enfrentar essa questão, posto que até então, em virtude dos longos anos de dedicação aos embates intelectuais, à militância partidária e ao doutrinamento político, as questões de política externa e de diplomacia, propriamente dita, haviam ocupado papel marginal em sua atividade intelectual e política, evitou fazer coro às vozes que se mostravam favoráveis à aproximação com os Estados Unidos, limitando-se a analisar as mudanças que se operavam no cenário externo modificando a tônica das relações internacionais.

Na passagem do século XIX para o XX, quando completava seus cinquenta anos numa vida de total entrega aos livros e poucas perspectivas de futuro, o destino acenou-lhe com a possibilidade de retornar à diplomacia, mediante a aceitação do convite do Presidente Campos

---

<sup>95</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Sousa Correa, Rio de Janeiro, 26/07/1898. In: **Cartas**. v.1, p.284.

<sup>96</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Magalhães de Azeredo. Rio de Janeiro, 14/02/1899. In: **Cartas**. v.2, p.5.

Sales para que advogasse os interesses brasileiros na questão de limites com a Guiana Inglesa, que colocava em jogo a disputa entre Brasil e Inglaterra por uma extensa área que ia das nascentes do Rio Tacutu às nascentes do Rio Cotingo, na Bacia Amazônica<sup>97</sup>.

Na necessidade que tinha de estabilizar-se financeiramente<sup>98</sup>, Nabuco aceitou, não sem relutar, servir ao regime anteriormente criticado, embora sua alegação fosse a de que o fazia em nome da pátria – uma causa suprapartidária. Completava-se a década monarquista. Daí para a frente a Monarquia deixaria de ocupar o centro de suas atenções. Novas causas viriam, dentre elas a da defesa do Pan-americanismo, imprimir novos rumos a sua trajetória. Tal qual ocorrera no início da República com o abolicionista intransigente, o monarquista errante também ficaria no passado, cedendo lugar para que entrasse em cena o advogado do Brasil.

Nesse período, atendendo à tendência cosmopolita de sua formação, Nabuco transferiu-se, em março de 1899, para Londres, onde, com o auxílio de Rio Branco, então transformado numa espécie de conselheiro diplomático<sup>99</sup>, passaria a advogar os interesses do Brasil. Na Europa permaneceria até 1904, quando seria conduzido à embaixada de Washington nos Estados Unidos.

Depois do longo período de reclusão em que vivera quase que a primeira década republicana inteira, a diplomacia, mais do que um simples serviço público, oferecia a Nabuco a chance de se reconciliar com os destinos políticos do país, sem que isso significasse maiores comprometimentos com sua política interna, com a qual não concordava totalmente. Ao mesmo tempo oferecia-lhe a possibilidade de iniciar uma nova etapa existencial, que lhe facultaria efetivamente desfrutar do reconhecimento e da admiração de seus pares – sentimentos com que ele mesmo desejava enxergar a vida desde então.

---

<sup>97</sup> RODRIGUES, L. A. (Org.). **Uma história diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

<sup>98</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Arthur de Souza Corrêa. Rio de Janeiro, 20/04/1898. In: **Cartas**. v.2, p.280.

<sup>99</sup> GOMES, A. C. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos num triângulo de cartas. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.9-31, 2004.

## 2.2 Oliveira Lima – um intelectual nas fronteiras da história e da diplomacia

Se para muitos intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do XX, a implantação da República significou uma alteração no itinerário pessoal e o afastamento das funções políticas, para outros representou o início de uma carreira promissora, tal foi o caso de Oliveira Lima.

Contemporâneo de Joaquim Nabuco, de quem se tornou amigo nos últimos anos do século XIX, Manoel de Oliveira Lima também nasceu no Recife a 25 de dezembro de 1867. Filho caçula de um modesto comerciante português ligado ao comércio do açúcar<sup>100</sup> - Luís de Oliveira Lima, e de uma senhora urbana originária do Recife, Maria Benedita de Miranda Lima, viveu os primeiros seis anos de sua vida no Brasil, transferindo-se, logo em seguida, para a Europa, num contexto em que os problemas de saúde de seu pai, somados às hostilidades anti-lusitanas que repercutiam no Recife por conta da predominância portuguesa no comércio local, dificultavam a permanência de sua família na região em que nascera.

Transferindo-se para Portugal em 1873, onde passaria a maior parte de sua infância e juventude, estabeleceu-se com seus pais em Lisboa. Nessa cidade iniciou seus estudos elementares no Colégio dos Lazaristas - um ambiente fortemente marcado pela observância às práticas religiosas, em que socializou-se nos padrões europeus de conduta ao passo em que, instruindo-se sob a severa vigilância dos padres, cedo se revelou avesso às matemáticas e às ciências naturais<sup>101</sup>, confirmando uma tendência que persistiria nos anos seguintes, quando seguiria para o Liceu Nacional, em cujos quadros complementaria sua formação.

Concluídos seus estudos iniciais no ano de 1880, dirigiu-se ao Liceu Nacional onde realizou o curso de preparatórios (1881-1884), que antecederia seus estudos acadêmicos. Nesse período, iniciou-se no jornalismo estudantil, mediante a elaboração de artigos para o

---

<sup>100</sup> GOUVEA, F. C. **Oliveira Lima**: uma biografia. Recife: IAHP, 1979.

<sup>101</sup> LIMA, M. O. **Memórias** (estas minhas reminiscências...). Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

*Correio do Brasil*, revista por ele idealizada com o fito de divulgar acontecimentos nacionais. A atividade jornalística desenvolvida nesse contexto, conquanto incipiente, possibilitou-lhe não apenas dar vazão aos seus interesses intelectuais, voltados, agora, para a carreira de escritor, mas também travar contato com personalidades destacadas na política, dentre elas, Joaquim Nabuco, a quem vira pela primeira vez em 1881 na Câmara dos Deputados de Lisboa.

Importa lembrar que nesse ano em que Oliveira Lima ingressava no Liceu Nacional, Joaquim Nabuco encerrava seu primeiro mandato político (1879-1880), cujo foco central fora seu envolvimento com a causa abolicionista, que o levaria a Portugal com o fito de contatar instituições abolicionistas locais. Do contato com estas instituições, resultou a realização de homenagens em plenário, em sessão solene a qual Oliveira Lima compareceu em companhia de seu cunhado Araújo Beltrão, adido de primeira classe em Lisboa e favorável à causa da abolição<sup>102</sup>. Desde esse encontro, Oliveira Lima passou a admirar Nabuco, que em virtude de sua eloquência o impressionou vivamente a ponto de lhe dedicar um artigo, publicado na seção *Perfis Biográficos*, da revista *Correio do Brasil*, em que demonstrou a admiração e o reconhecimento que passara a nutrir por seu ilustre conterrâneo:

Joaquim Nabuco! Quem não conhece no Brasil esse mancebo tão justamente célebre pelas suas nobres e avançadas idéias? Quem não conhece em todo o Império o atual chefe do partido abolicionista, desse partido tão generoso que pugnou, pugna e pugnará sempre até vencer, pela nobilíssima idéia da emancipação dos míseros escravos. O nome de Joaquim Nabuco, o talentoso advogado e inspirado tribuno, simpático a todos os brasileiros e mesmo estrangeiros, que conhecem um pouco a história moderna do Brasil, e que antevêm o porvir brilhantíssimo da antiga colônia de Santa Cruz.<sup>103</sup>

Impressionado com o talento do jovem escritor, que “apesar de muito novo, já mostra[va] conhecer todas as artes da profissão” jornalística, Joaquim Nabuco, exilado em Londres, onde começava a amargar suas primeiras decepções com a carreira política, escreveu

---

<sup>102</sup> LIMA, 1937, op. cit., p.199 e 202.

<sup>103</sup> “Joaquim Nabuco”. *Correio do Brasil*, Revista Mensal – Lisboa, 28/09/1882, ano 1, n.4. apud, GOUVEA, op. cit., p.81.

quase que prontamente ao jovem escritor, não só agradecendo as palavras que lhe foram dirigidas, mas também incentivando-o a continuar com a interessante iniciativa de informar aos brasileiros residentes na Europa sobre o que sucedia no cenário nacional:

Acham-me para político moço demais; o que dirão, porém, quando virem que o meu biógrafo é um jornalista da sua idade? O seu juízo a meu respeito é apenas uma tradução da sua simpatia. Mal sabia eu que, no menino que me dava todas as notícias da última hora, estava um botão de jornalista a desabrochar a toda pressa voltado para o sol da pátria <sup>104</sup>.

Justificando sua permanência na Inglaterra como sendo nada mais nada menos do que a tentativa de “ganhar a vida” num meio mais favorável ao emprego e ao desenvolvimento das próprias faculdades, já que no Brasil todas as esferas se achavam permeadas pela escravidão, a carta de Nabuco, ao que parece, causou grande contentamento a Oliveira Lima, levando-o posteriormente a afirmar em sua autobiografia, tê-la lido e relido “com desvanecimento [...] na sua bela caligrafia” <sup>105</sup>, o que era muito natural ao se considerar que para um jovem que timidamente começava a despontar no mundo das letras, o apreço e a deferência de um personagem como Nabuco, que já desfrutava de alguma projeção no cenário nacional, era algo que não poderia ser menosprezado.

Envolvido com o jornalismo Oliveira Lima permaneceu no Liceu Nacional até 1883, quando, findo o curso de preparatórios, matriculou-se no Curso Superior de Letras de Lisboa, preferido ao tradicional Curso de Direito de Coimbra, iniciando sua formação acadêmica sob a supervisão de mestres ilustres, muitos deles membros da Geração portuguesa de 1870, que lhe facultaria desfrutar de uma ampla formação, da qual sairia, em 1888, duplamente habilitado em História e Literatura <sup>106</sup>. Nesse período conviveu com um grupo destacado de intelectuais, dentre eles, Consiglieri Pedroso, Jaime Moniz, Vasconcelos Abreu, Adolfo Coelho, Souza Lobo, Teófilo Braga e Oliveira Martins, ao passo em que participou

---

<sup>104</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Brighton, 14/10/1882. In: **Cartas**. v.1, p.75.

<sup>105</sup> LIMA, 1937, op. cit., p.177.

<sup>106</sup> MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

ativamente das rodas de sociabilidade literária e política da época, que abarcavam desde os leilões de livros, os antiquários, os teatros, até as seções parlamentares, às quais comparecia motivado não tanto por questões políticas, mas pelo gosto da oratória.

Na Academia deu continuidade à redação do *Correio do Brasil*, agora, com o apoio de professores e amigos do Curso Superior de Letras, dentre os quais Manuel de Vilas-Boas, Adolfo Coelho e Vasconcelos de Abreu, ampliando suas atividades literárias com a participação em congressos literários, com a colaboração para o *Jornal do Recife*, para o qual passou a enviar notícias de Portugal, e com a correspondência para o *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP)*, do qual se tornara sócio correspondente, com o auxílio de seu tio, Quintino de Miranda, presidente do Instituto, em 1885, quando contava seus dezoito anos. Nesse instituto ocuparia posteriormente, em virtude de sua produção historiográfica, o posto de sócio honorário e também o de benemérito, respectivamente em 1904 e 1917.

A esse tempo, dispondo de recursos financeiros, realizou viagens de férias à Inglaterra, onde residia seu cunhado Araújo Beltrão, então secretário da Legação do Brasil em Londres, e à França, onde conheceu o escritor Eduardo Prado, que complementaram sua formação intelectual, ensejando-lhe ampliar seus conhecimentos e sua visão de mundo, permitindo-lhe retornar a Portugal fortemente impressionado com a vida artística e literária francesa, em parte conhecida pelas leituras feitas, ainda na faculdade, de autores como Víctor Hugo, Chateaubriand, Balzac e Flaubert, e também da vida inglesa, não obstante discordasse das diretrizes de política externa britânica, que lhe parecia demasiadamente egoísta.

Atuante no jornalismo e fortemente interessado nas pesquisas históricas, aproximou-se, em 1887, do historiador Oliveira Martins, que dirigia o jornal *O Repórter*, que lhe ensejou não apenas divulgar suas idéias sobre a abolição no Brasil, temática que interessava ao historiador e ao estudante universitário, quanto reaproximar-se de Joaquim Nabuco que, de passagem por Lisboa, onde fora recepcionado por um grupo de abolicionistas portugueses,

dentre eles Oliveira Martins, a quem conhecia desde 1881, o procurou com o fito de que sua permanência Europa e os contatos estabelecidos com os partidários da abolição fossem divulgados no *Jornal do Recife*<sup>107</sup>, ao tempo em que disputava eleições por sua província natal.

Habilitado a transitar pelos terrenos da alta sociedade, em virtude da educação recebida, das viagens feitas e dos contatos estabelecidos com representantes das elites portuguesa e brasileira, Oliveira Lima concluiu seu curso em 1888, ano em que estabeleceu relações com o Barão do Rio Branco, que interessado em realizar pesquisas e conseguir publicações em Lisboa, o procurou, por indicação de Araújo Beltrão, dando início a uma relação de proximidade que, não obstante a grande diferença de idade, cerca de vinte e dois anos, se sustentaria por alguns anos em virtude dos interesses comuns na área do conhecimento histórico e das pesquisas arquivísticas<sup>108</sup>.

Recém-formado em Letras viveu por mais algum tempo em Portugal, após o que, em virtude do falecimento de seu pai em 1890, retornou ao Brasil, onde o aguardava a resolução de interesses familiares e de assuntos referentes à sucessão paterna. No país natal dirigiu-se inicialmente a Pernambuco, onde residia seu irmão Luís, e depois ao Rio de Janeiro, locais em que se aproximou de políticos destacados, muitos deles membros da primeira Constituinte republicana e de proprietários de periódicos importantes, tais quais: José Higinio Duarte Pereira, João Barbalho, o Barão de Lucena, o Conde de São Salvador de Matosinhos, o Visconde de Cabo Frio e o então Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, que o auxiliaram a ingressar, nesse mesmo ano, no corpo diplomático nacional.

Nomeado para o cargo de segundo secretário da legação do Brasil em Lisboa, em novembro de 1890, num contexto em que a diplomacia republicana passava a se conduzir sob

---

<sup>107</sup> LIMA, 1937, op. cit., p. 177.

<sup>108</sup> ALMEIDA, P. R. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República – um intelectual com as idéias fora do lugar ou com as propostas fora da época?. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.121-137, 2004.

a bandeira da solidariedade americana, isto é, da defesa da aproximação, cada vez maior, com os demais países do continente, inclusive com os Estados Unidos, retornou a Pernambuco, onde não só se aproximou de pernambucanos ilustres – Otávio Tarquínio de Souza, Artur Orlando, Joaquim de Souza Leão e Ulysses Viana, mas também de Flora Cavalcanti de Albuquerque, com quem se casaria no ano seguinte.

Ingressando no corpo diplomático brasileiro aos vinte e três anos, Oliveira Lima voltou para Portugal passando a atuar na legação de Lisboa no sentido de desfazer o clima de prevenções gerado pelos monarquistas insatisfeitos com os rumos tomados pelo país. Identificado com o regime implantado, logo, com as diretrizes ministeriais, que solicitavam à representação brasileira que continuasse “a desmentir boatos alarmantes espalhados em toda Europa acerca da restauração e perturbação da ordem no Brasil”<sup>109</sup>, ampliou sua atuação jornalística iniciando colaboração para o *Jornal do Brasil*, do qual se tornou correspondente a convite de Sancho de Barros Pimentel.

Contrabalançando as severas críticas que Eduardo Prado veiculava na *Revista de Portugal*, sob o pseudônimo Frederico de S., com o apoio de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, a quem o jovem diplomata costumava freqüentar no intuito de receber informações políticas, realizou, paralelamente ao serviço diplomático, pesquisas na capital lusitana, que lhe permitiram coletar documentação com que pretendia elaborar um livro sobre a história de Pernambuco e outro sobre a literatura colonial brasileira, que, no entanto, só seriam concluídos na Alemanha, para onde seguiria no verão de 1892, em virtude de desentendimentos entre o governo português e o Ministro do Brasil em Lisboa, seu cunhado Araújo Beltrão, ao qual se achava pessoalmente vinculado.

Desde então, História e Diplomacia andaram lado a lado, a primeira respaldando o exercício da segunda, e esta oferecendo condições para o desenvolvimento dos trabalhos

---

<sup>109</sup> Cabograma encaminhado ao representante do Brasil em Lisboa, datado de 11 de novembro de 1891 e assinado por Justo Leite Chermont. apud, GOUVEA, op. cit., p.205.

históricos, numa associação perfeita, entendida não apenas como algo natural, mas, sobretudo, proveitoso, e que se tornaria ainda mais acentuada nos anos seguintes. Nesse sentido, ampliando sua formação cosmopolita, partiu para a Alemanha, aproveitando o trajeto para conhecer a Áustria, a Suíça, a Bélgica e a Holanda, após o que, instalado com sua esposa em Berlim, no apartamento da Kannonierstrasse, enviou para o *Jornal do Recife* as impressões colhidas nos países visitados.

Nessa legação, que era uma das mais importantes representações mantidas pelo Brasil, em virtude dos vultosos investimentos realizados no país e das trocas comerciais significativas, realizou serviços diplomáticos essencialmente burocráticos, que lhe permitiram dedicar-se um tanto mais às pesquisas e à produção jornalística, duas de suas grandes paixões, não sendo por outra razão que nos três anos passados na capital alemã elaborou seus primeiros livros - *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* e *Aspectos da literatura colonial portuguesa*, que publicados em Leipzig em 1895, não apenas impulsionaram favoravelmente sua carreira de historiador, mas também começaram a projetá-lo nos círculos intelectuais brasileiros, por haverem sido amplamente divulgados no cenário nacional, no qual já dispunha de alguns expressivos contatos.

Revelando-se um intelectual de primeira linha, mediante a sintonização entre seus dois ofícios, além, claro, da atividade jornalística, que não foi abandonada, posicionou-se nesse contexto, sobre temas importantes no momento, dentre eles o das relações exteriores, mostrando-se, nesse sentido, em posição conflitante às diretrizes diplomáticas brasileiras, no que dizia respeito à aproximação com os Estados Unidos ou com a Europa, demonstrando não haver ainda completado sua adesão à política externa inaugurada pela República, o que se faria apenas nos anos seguintes quando novas experiências no serviço diplomático lhe facultariam acompanhar mais de perto as alterações que se processavam no cenário internacional:

Em face da Europa, ciosa de suas tradições porque delas timbra em fazer o seu brasão; esvaída no melhor do seu sangue pelas guerras, e em boa parte da sua atividade pela imigração, enervada pelo militarismo arrogante e pelas repetidas paredes operárias, sacudida pelas discussões de prometedores programas políticos, ergue-se o colosso pletórico da América Setentrional, insolente da sua riqueza, - crescente ao ponto de por ela sofrer o país crises de superabundância – absorvente em sua produção variegada; fundindo povos diversíssimos no cadinho de uma unidade de interesse, que não de afeição; delirando na sua febre industrial. Não aspiremos, nós que poderemos ser uma das grandes nacionalidades do futuro, seguir humildemente, quer uma, quer outra <sup>110</sup>.

Encontrando dificuldades para adaptar-se à vida na Alemanha, que o agradara de certa forma por lhe facultar acompanhar a dinâmica de um país que experimentava uma fase de grande desenvolvimento e ao mesmo tempo dedicar-se à sua produção intelectual, solicitou ao governo brasileiro remoção para Lisboa, onde pretendia estabelecer-se com sua esposa. Contudo, em face da negativa ministerial, que obstaculizou seus projetos, retornou ao Brasil, após conseguir licença do serviço diplomático, onde permaneceu entre julho de 1895 e março de 1896, aguardando as tramitações diplomáticas do governo Prudente de Moraes, que pretendia enviá-lo ao Peru.

Na capital republicana ingressou, com o auxílio de amigos influentes, dentre eles, José Higino Duarte da Costa, em agremiações intelectuais importantes como o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ao passo em que iniciou colaboração para a *Revista Brasileira*, mantida por José Veríssimo, a quem conhecia desde seus doze anos, cujo grupo, reunido habitualmente na Rua do Ouvidor, lhe asseguraria um lugar destacado no “reduto dos imortais”, a *Academia Brasileira de Letras*, na qual ocuparia a cadeira de número 40, antes mesmo de outros intelectuais importantes, dentre eles, Assis Brasil, Fontoura Xavier e o próprio Barão do Rio Branco.

O ingresso nesses importantes círculos de sociabilidade intelectual brasileira, nos quais Nabuco também figurava, facultou-lhe não apenas ampliar contatos, mas também consolidar seu nome no campo intelectual da Primeira República, na medida em que lhe

---

<sup>110</sup> LIMA, M. O. **Pernambuco. Seu desenvolvimento histórico.** p. 317. apud. MALATIAN, op. cit., p.96.

assegurou um certo tipo de relacionamento político que lhe seria útil em momentos distintos de sua trajetória, que a esse tempo já contava em seu currículo com a produção de dois livros de interesse para a história nacional – *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* e *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, de um ensaio sobre os *Sept Ans de Republique au Brésil*, (publicado durante sua permanência nos Estados Unidos), além de um expressivo número de artigos para a imprensa, isto é, para o *Jornal do Recife*, *Jornal do Brasil* e *Revista Brasileira*.

Após esses meses passados no Brasil, Oliveira Lima seguiu para os Estados Unidos, país no qual serviria como secretário de legação, sob a chefia de Salvador de Mendonça, durante os anos de 1896 e 1899. No trajeto que incluiu breve passagem por Portugal e pela França, aproximou-se de José Carlos Rodrigues, articulando colaboração para o *Jornal do Comércio*, para o qual enviaria nos próximos anos suas impressões sobre a sociedade norte-americana, ao tempo em que publicou na *Nouvelle Revue* parisiense um balanço dos sete anos da República, uma tarefa nada fácil se se considerar que esse período englobou os difíceis episódios da Revolução Federalista, da Revolta da Armada e da Guerra de Canudos.

Publicado sob o título de *Sept ans de Republique au Brésil*, funcionou não apenas como um veículo para a divulgação de suas idéias sobre o regime vigente, mas também como texto de combate à propaganda anti-republicana, e como um reforço à sua permanência no seio da diplomacia. A defesa elaborada por Lima, se por um lado reforçou seu posicionamento pró-República, sustentando-o por mais tempo no serviço diplomático, por outro despertou a reação de alguns representantes da oposição, tal foi o caso de Joaquim Nabuco, que mencionado, favoravelmente, na revista francesa apressou-se em manifestar o teor das idéias que o animavam em relação ao regime vigente:

Infelizmente o seu espírito sofre do mal oposto ao que me atacou, o seu otimismo é tão doentio como o meu pessimismo, ainda que sua doença seja mais alegre e divertida do que a minha. A república é a liquidação nacional. O mais que os republicanos podem dizer é que a decadência irremediável em que entramos, tão irremediável como a do Peru ou da Espanha não é uma questão de instrução, mas de raça. Isto talvez eu admitisse, acrescentando porém, que as instituições influem também, a monarquia como freio e a república como impulsor.<sup>111</sup>

Retomado num momento em que ocupavam posições distintas no campo das idéias políticas, o contato estabelecido de maneira intermitente nos anos finais do século XIX, longe de encerrar-se com a réplica de Nabuco deixou à mostra a proeminência intelectual de que este dispunha no rol das relações afetivas mantidas por Oliveira Lima, que sem esconder a admiração e o reconhecimento que nutria pelo célebre monarquista, cuja “experiência, honestidade e ilustração” poderiam ser muito úteis à República caso aceitasse a ordem dos fatos, elaborou a sua tréplica:

Não estou longe de sua crença de que os nossos males são uma questão de raça, mais do que de instituições; embora não admita a segunda parte da proposição de que a monarquia opera como freio e a república como impulsor da decadência. P haver decadência é força ter havido esplendor e o Império, por mais q se recomende, não pode ter sido o esplendor. Este ainda há de vir. Como? Quando? Não sei. Confio, contudo, no futuro do nosso Brasil, posto que não advinhe a direção e condições de sua evolução q apenas se anuncia. Do que padecemos é de atraso moral, intelectual, político e material<sup>112</sup>.

Além das idéias políticas sobre a Monarquia e sobre a República a correspondência trocada entre os dois trouxe à baila um outro tema que começava a permear suas reflexões no momento – o do papel que os Estados Unidos ocupavam no continente, que se para Nabuco ainda não era muito claro, para Oliveira Lima assumia ares paradigmáticos, por se lhe afigurar como um modelo de civilização e de progresso material, “um belo exemplo a seguir em muitos pontos”, conforme passou a considerar desde que se mudou para esse país, cujo quadro de desenvolvimento material e avanço tecnológico o levou a elaborar artigos sobre os mais diferentes aspectos da sociedade norte-americana, que inicialmente veiculados pelo

<sup>111</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 28/11/ 1896/ FJN.

<sup>112</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Washington, 19/01/ 1897/ FJN.

*Jornal do Comércio* e pela *Revista Brasileira*, entre 1896 e 1899, seriam posteriormente reunidos no livro – *Nos Estados Unidos. Impressões políticas e sociais*, sendo bem aceito pelos seus pares.

Redigidos num contexto em que os Estados Unidos passavam por um momento de grande desenvolvimento econômico, e em que sua política externa adquiria um cunho declaradamente expansionista, tais artigos primavam pela exaltação da cultura, da política, da intelectualidade e das instituições norte-americanas, bem como pela percepção do atraso dos demais países do continente, dentre eles, o Brasil, inserindo-se na produção historiográfica do período que procurava não apenas discorrer sobre as relações entre as duas Américas, mas também sobre as possibilidades de se reverter o conturbado quadro latino-americano <sup>113</sup>.

Nesse sentido, sua leitura não apenas considerou os Estados Unidos como o ordenamento político e institucional por excelência, mas também a América Anglo-Saxônica e a América Latina como sendo partes distintas de um mesmo continente, tanto pelas diferenças econômicas e tecnológicas existentes entre uma e outra, quanto pelas diferenças geográficas e raciais, que faziam da primeira um conjunto destituído de recursos adequados ao progresso, e da segunda uma parte potencialmente destinada a figurar no rol das grandes potências do momento:

O Brasil forma entretanto um corpo anêmico e fraco, porque gerado por uma raça açodada, com uma vontade mais ardente do que tenaz, de fé proselítica e ganância tumultuosa, que desembarcava sôfrega por alcançar num momento a conversão em massa do gentio e a riqueza fabulosa dos sonhos medievais. Os Estados Unidos formam pelo contrário o produto forte, próspero, admirável, de uma raça mais nova, mais cheia de seiva, menos pejada de antiguidade e de tradições, e que consigo levava o senso positivo da vida <sup>114</sup>.

Explicadas em função das características raciais e da especificidade do processo colonizador de um e outro, as diferenças entre mundo ibérico e anglo-saxão não impediam,

---

<sup>113</sup> SANTOS, F. M. A querela dos heróis: liderança política e *ethos* americano em Oliveira Lima e José Enrique Rodó. *História*. São Paulo, v.22, p.79-98, 2003.

<sup>114</sup> LIMA, M. O. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: Brockhaus, 1899. p.56.

contudo, o estabelecimento de relações entre os mesmos. Pelo contrário, não obstante a especificidade a eles inerentes, ambos apareciam como economias complementares, exercendo o primeiro o papel de fornecedor de produtos primários e o segundo o de produtos industrializados, numa via de mão dupla em que o predominante papel exercido pelos Estados Unidos justificava-se como sendo uma conseqüência natural do estágio elevado de seu desenvolvimento e também da fragilidade de seus vizinhos latino-americanos.

Nessa linha, a associação ao Pan-americanismo nos moldes propostos anteriormente por Bolívar<sup>115</sup>, isto é, nos moldes de uma união entre os países continentais com o fito de solucionar questões comerciais e de arbitramento, aparecia como o caminho adequado ao progresso latino-americano, o que o levou a persistir na consideração da Doutrina Monroe como proteção hemisférica, e não como recurso intervencionista, legitimando, nesse sentido, as anexações realizadas na América Central como conseqüência natural de seu progresso e não como pretensões ao estabelecimento de um protetorado.

Ancorado nessa visão, que acabou por sintonizá-lo com os rumos tomados pela chancelaria brasileira, permaneceu em Washington até o final de 1899, quando por conta de desentendimentos, não muito explicados, com Assis Brasil, que passara a substituir seu antigo chefe Salvador de Mendonça, foi removido para Londres, onde, no início do ano seguinte, passou a ocupar o cargo de Segundo Secretário de legação sendo promovido, menos de três meses depois de sua chegada ao novo posto, ao cargo de Encarregado de Negócios, em decorrência do falecimento inesperado de seu chefe e amigo, o Ministro Souza Correa.

Assumindo a encarregatura de negócios, repassou ao governo brasileiro informações sobre as negociações de fronteira com a Guiana Inglesa, atuando no sentido de convencê-lo a resolver a questão pela via da negociação direta e não do arbitramento, como pretendia o governo britânico, retomando, em virtude disso, o contato epistolar com Nabuco, a quem

---

<sup>115</sup> LIMA, 1899, op. cit., p.381.

informou<sup>116</sup>, bem como ao Ministério das Relações Exteriores, do quanto seu nome era bem cotado entre os representantes ingleses no que dizia respeito à chefia da legação, no que se antecipou às pretensões governamentais, não obstante pairassem algumas reservas quanto aos escrúpulos monárquicos do antigo líder abolicionista:

Temos tido imenso desejo de aproveitar o Nabuco para a vaga do Correa.[escrevia Campos Sales a José Carlos Rodrigues] V. sabe quanto o considero e quais as minhas simpatias por ele. Acho que ninguém ocupará com tanta vantagem esse lugar de tão múltiplos interesses para nós. Há só uma coisa, que me embaraça um pouco e V. poderá concorrer para que isso desapareça. Terá ele dificuldade em se manifestar de um modo positivo pela República, em vez de ser pela Pátria, como tem declarado até hoje? Não é esta uma questão sem valor. O plenipotenciário deve estar identificado com a política do governo da República, deve ser solidário com ela no fundo e na forma, até porque a insistência na outra fórmula poderia parecer que, no conceito dele, a República não representa bem, essa não é a genuína representação dos interesses da Pátria.<sup>117</sup>

Revelada num momento em que o antigo líder abolicionista mal havia encerrado o período de isolamento político em que tinha vivido até então, a demonstração de simpatia de Oliveira Lima se não contribuiu para a designação imediata de Nabuco, serviu pelo menos para que os tênues vínculos estabelecidos em Lisboa começassem a se consolidar, pois sensibilizado com o apreço recebido, seu interlocutor passou a responder na mesma chave de afetividade<sup>118</sup>, trocando informações não apenas sobre o serviço diplomático, mas também sobre suas pretensões de formar em Londres “um grupo de amigos e camaradas de letras [...] de dar inveja ao de José Veríssimo”<sup>119</sup>, o que realmente se verificou quando lá se estabeleceu definitivamente em julho de 1900.

Além das funções diplomáticas desempenhadas na legação, Oliveira Lima entregou-se com mais afinco às pesquisas históricas realizadas no Museu Britânico, onde ia com o intuito de coletar documentos para si e para seus amigos dentre os quais Eduardo Prado e Capistrano

---

<sup>116</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Londres, 01/04/1900/FJN.

<sup>117</sup> Carta de Campos Sales a José Carlos Rodrigues, 03/06/1900.(grifo do autor). apud, VIANNA FILHO, op. cit., p.300.

<sup>118</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Londres, 05/05/1900/FJN.

<sup>119</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, St-Germain-en-Laye, 24/05/1900/FJN.

de Abreu, que lhe permitiram não só revisar e atualizar o *Catálogo de manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, que seria publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, mas também dar continuidade a elaboração de seus trabalhos históricos, sobretudo os de história diplomática. Facilitada pelo seu ofício diplomático, pela grande proximidade com os arquivos europeus, sobretudo os das chancelarias, e também pela paixão bibliófila que o levava a visitar os famosos livreiros ingleses e a participar dos reputados leilões britânicos, sua produção historiográfica revelou-se a esse tempo amadurecida em relação a seus primeiros trabalhos, tanto pela forma na utilização da documentação, quanto pela da abordagem<sup>120</sup>.

Das pesquisas realizadas durante sua permanência em Londres resultaram a publicação de mais dois livros – *O descobrimento do Brasil* e *O reconhecimento do Império*, que não só lhe abriram as portas de editoras importantes como a Garnier, com ampla distribuição nos mercados espanhóis e franceses, mas também ampliaram seus contatos e sua reputação de intelectual destacado, atuante nas fronteiras da história e da diplomacia. A fusão desses dois ofícios adquiriu profunda importância em seu percurso pessoal por haver possibilitado a realização de sua obra de história e também sua inserção em espaços sociais importantes no cenário republicano, que passariam funcionar, se assim se pode dizer, como mediadores para a expressão de suas idéias e para a divulgação de seu trabalho.

### **2.3 Entre Southwell e Cornwall Gardens – o fortalecimento de uma amizade**

Seguindo percursos sociais distintos, tanto Joaquim Nabuco, quanto Oliveira Lima se tornaram proeminentes no universo intelectual republicano, o primeiro pela incansável atividade jornalística e literária levadas a efeito ao longo dos primeiros anos da República,

---

<sup>120</sup> MALATIAN, op. cit., p. 142-143.

que vieram preencher os vazios deixados pelo abandono das atividades políticas, e o segundo por sua atuação na burocracia estatal e pela produção historiográfica, que lhe franquearam as portas dos principais cenáculos literários da época. Nesse período, não obstante as especificidades do percurso, as diferenças de idade e as divergentes concepções políticas, levaram adiante as relações timidamente iniciadas em Lisboa, permitindo que estas evoluíssem para uma relação de amizade que se estenderia até o ano de 1906.

Com efeito, desde que se conheceram em 1882, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima mantiveram um relacionamento circunstancial, pautado por encontros esporádicos, mediado por uma correspondência esparsa, que denotava a convicção de Lima sobre uma possível superioridade intelectual de Nabuco, considerando-o como uma espécie de “tutor”, quiçá como um modelo a ser seguido nas atividades que tinha em mente desenvolver, o que é perceptível pelo tom de admiração e de respeito com que se dirigia ao ilustre conterrâneo, em troca da reservada cordialidade com que este o tratava.

Conduzidas dessa maneira ao longo da primeira década republicana, as relações entre os dois pernambucanos fortaleceram-se na passagem do século XIX para o XX, pelo ensejo que tiveram de iniciar uma convivência mais estreita durante as negociações em torno da questão de limites com a Guiana Inglesa em que ambos estavam pessoalmente envolvidos. A reaproximação promovida pelo serviço diplomático e também pela morte do ministro Souza Correa, em princípio limitada à troca de informações sobre o andamento das negociações com o governo inglês, acentuou-se ainda mais depois que Nabuco passou a residir definitivamente em Londres, em julho de 1900, por haver assumido a chefia da legação em que Oliveira Lima desempenhava a função de Encarregado de Negócios.

Desde então, iniciou-se para o Encarregado de Negócios e para o Chefe da Missão Especial uma convivência agradável, pautada não apenas pelo cumprimento de protocolos, mas também pelo compartilhamento de uma rotina cultural, que ia desde a realização de

recepções familiares até a participação nos famosos leilões *Sotheby* e *Ashburton*, e as visitas aos antiquários londrinos, *Maggs*, *Edwards* e *Quaritch*, com que alimentavam as paixões intelectuais, dentre elas, o gosto pela literatura e pelos estudos históricos <sup>121</sup>.

Em virtude dessa convivência ensejada pela permanência na capital inglesa, a corrente de simpatia iniciada nos anos finais do século XIX promoveu o fortalecimento das relações estabelecidas entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, que evoluíram para o que se poderia chamar de uma amizade intelectual, que longe de se encerrar nos anos seguintes, em face das movimentações diplomáticas que os conduziram a localidades distintas, se sustentaria graças ao contato epistolar que passariam a manter regularmente por iniciativa de Lima, desde que este, designado para o cargo de Encarregado de Negócios na legação de Tóquio, deixou a representação do Brasil em Londres, com destino ao Oriente, no início de 1901, podendo-se, desse modo, dizer que se até então se correspondiam, foi num curto verão passado na capital inglesa que se tornaram realmente amigos.

Transferido para o Japão, Oliveira Lima deixou a Inglaterra com grande pesar não apenas por se ver afastado do convívio intelectual que a permanência na legação de Londres lhe ensejava, mas também por se ver afastado do cenário favorável à continuidade de sua produção historiográfica, retomando, por isso mesmo o contato epistolar abandonado anteriormente, mediante o qual deixou à mostra seu interesse em investir na manutenção dos vínculos estabelecidos, que se estendiam, agora, às respectivas famílias, bem como a resistência em ter que se mudar para tão distante posto, que as desencontradas informações de amigos tornavam ainda menos animador.

Por essa razão, durante todo o percurso que o conduziria a Tóquio, que incluiu passagens por Paris, Madri, Biarritz, Lourdes e Lisboa, onde tratou de rever amigos e familiares, bem como de ultimar negócios pendentes no Velho Mundo, além dos quarenta dias

---

<sup>121</sup> GOUVEA, op. cit., p. 356.

passados em pleno mar, a bordo de um luxuoso vapor alemão, o *Kiantschon*, escreveu a Nabuco, transmitindo-lhe não apenas seu desejo de permanecer na Europa e de atuar num “campo mais laborioso e mais remunerador que o Japão”<sup>122</sup>, mas também suas impressões sobre os mais variados assuntos.

Espécie de “diário de bordo” no qual registrava as impressões colhidas ao longo do percurso<sup>123</sup>, as cartas desse período funcionaram como o veículo adequado não só à expansão do “eu”, mas também à demarcação das relações afetivas e da identidade intelectual com que desejava ser lembrado, o que é perceptível pelas menções às visitas feitas a amigos ilustres residentes na Europa e às leituras realizadas a bordo do *Kiantschon*, em que lamentava não haver levado Camões, autor muito apreciado por Nabuco<sup>124</sup>. Envolvido na leitura de seus livros e na apreciação dos diferentes cenários com que se deparou no transcorrer da viagem, dentre os quais, algumas cidades chinesas, nas quais aportara vez que outra, enviando à família Nabuco postais e fotografias, carinhosamente selecionados por sua esposa Flora, Oliveira Lima seduziu-se gradativamente pelo Japão<sup>125</sup>, fato que não o impediu de reafirmar a amizade que passara efetivamente a nutrir pelo grupo de Londres:

Escuso repetir lhe o sentimento de saudade com q parti de Londres saudade da terra e sobretudo dos amigos. A atmosfera de carinho em q vivi desde o tempo do Correa foi tão diferente da q me circundava em Washington, depois da saída do Salvador, que pelo contraste e por si mesma foi um bálsamo p.<sup>a</sup> nosso coração. Grato e obrigado pela parte q lhe toca, e q é grande<sup>126</sup>.

No Japão suas concepções sobre seu novo posto modificaram-se profundamente, primeiro pelo impacto causado pelas paisagens japonesas, que lhe pareceram encantadoras, depois pela possibilidade que tivera de conhecer de perto um país que caminhava no sentido de transformar-se numa nova potência mundial, o que era perceptível pela política

---

<sup>122</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Gênes, 13/05/1901/FJN.

<sup>123</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Paris, 03/04/1901/FJN.

<sup>124</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Barcelona, 06/05/1901/FJN.

<sup>125</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Tóquio, 24/06/1901/FJN.

<sup>126</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Paris, 26/03/1901/FJN.

expansionista dirigida à Ásia, que lhe facultaram alterar suas impressões sobre o serviço diplomático, mais ainda sobre as diretrizes que a diplomacia deveria seguir que, nesses tempos de expansionismos e ampliação das relações internacionais, deveria pautar-se por uma linha comercial. No exercício de sua função, atuou no repasse de informações ao governo brasileiro no que dizia respeito às relações com este país, que, a esse tempo, assumiam proporções significativas por conta do estabelecimento de correntes comerciais e imigratórias <sup>127</sup> de grande interesse para o Brasil, e como não poderia deixar de ser, descobriu meios de dar continuidade às atividades historiográficas, abandonadas desde que deixara a Inglaterra.

Assim, desde sua chegada ao Japão, a correspondência com Nabuco primou não só pelos relatos sobre sua rotina profissional, predominantes na correspondência, mas também pelas descrições que passou a fazer sobre as principais características desse país, que, com seus encantos e com seu avanço, o motivou a realizar maiores investimentos na carreira de historiador, já que a rotina na legação lhe permitia dispor de tempo para tanto, iniciando a elaboração de um livro de impressões, que se constituiria numa das poucas obras escritas por autores brasileiros. “Sempre com um olho no livro” <sup>128</sup>, que passou a escrever, e outro no serviço diplomático que lhe cabia desempenhar, comportou-se como um observador dos assuntos nacionais e estrangeiros, mediante a leitura dos relatos que lhe chegavam dos jornais e da correspondência enviada por amigos, dentre eles Nabuco, que, conquanto não escrevesse muito, sempre que o fazia demonstrava o contentamento que as notícias do Japão lhe causavam, bem como à sua família <sup>129</sup>.

Importa notar que enquanto Lima dirigia-se ao Oriente, Nabuco assumia em caráter definitivo o posto de Ministro Plenipotenciário deixado vago pela morte de Souza Correia, iniciando uma fase de trabalhos exaustivos de redação das Memórias relativas às defesas de

---

<sup>127</sup> MALATIAN, op. cit., p. 155.

<sup>128</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Tóquio, 24/11/1901/FJN.

<sup>129</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Southampton 06/06/1902/FJN.

fronteira (que chegariam a 18 volumes), que demandava um cotidiano de pesquisas, traduções, leituras, impressões, encadernações, além da análise minuciosa de documentos textuais e mapas, realizados com o auxílio de Rio Branco, transformado numa espécie de “conselheiro” diplomático, durante o período em que se achava na Suíça atuando nas negociações entre Brasil e França pela região do Amapá, que serviriam para sustentar a defesa, o que talvez explique o fato de não ser tão freqüente nem tão detalhista na correspondência, quanto Lima era.

Do ponto de vista das concepções pessoais de Nabuco sobre os assuntos de política externa, sobretudo, sobre o papel dos Estados Unidos no cenário mundial, a permanência no posto de Londres foi decisiva para o início da redefinição das mesmas, na medida em que lhe facultou acompanhar mais de perto as investidas imperialistas européias em relação à Ásia e à África, e o descaso com que estas mesmas potências tratavam as nações latino-americanas, lembradas apenas pelas revoluções e desarranjos internos. Exercendo a função de chefe de uma das missões que era uma das menos expressivas num imenso corpo diplomático, passou a adotar um posicionamento mais crítico em relação à política externa dos países europeus, conseqüentemente mais simpático à política externa norte-americana. A publicação de sua autobiografia nesse contexto (1900) deixou claro essa alteração, que, não obstante ainda não significava sua adesão ao monroísmo<sup>130</sup>.

Caudatário da cultura européia na qual tinha se formado, condenava os primeiros sinais de abandono das tradições europeístas da diplomacia brasileira, contudo, percebia que as alterações que se davam no cenário mundial impunham a necessidade de se elaborar reflexões sobre as mesmas. Nesse sentido, na visão retrospectiva elaborada nesse contexto, embora não modificasse de todo seu posicionamento, considerou que se o papel dos Estados Unidos na História, isto é, suas contribuições para a civilização ainda eram a mais absoluta

---

<sup>130</sup> NOGUEIRA, op. cit., p.203.

incógnita, era forçado pelas circunstâncias a considerar que seu dinamismo e seu progresso material sugeriam grandes inovações futuras. A seu ver o país que havia se tornado o mais forte, o mais rico e o mais aparelhado do mundo, tinha “pela força das coisas”, que ligar o seu destino ao destino das demais nações, o que não excluiria a possibilidade de surgirem conflitos entre “o militarismo europeu” e a “democracia desarmada norte-americana” (conceitos que subsistiram posteriormente na base de seu Pan-americanismo)<sup>131</sup>.

Considerou também que indubitavelmente os Estados Unidos se constituíam num corpo único no continente americano, não apenas por seu avanço técnico e progresso material, mas também por seu “fundo anglo-saxão”, o que contribuía para a consolidação da crença na sua superioridade em relação aos demais, no que concordava com a leitura elaborada por Oliveira Lima no seu livro sobre os Estados Unidos <sup>132</sup>.

Nesse sentido, as cartas enviadas por Nabuco, além de discorrerem sobre sua vida na Europa, assumiam ares predominantemente diplomáticos, em virtude dos relatos sobre sua vida cotidiana permeada de compromissos sociais, afazeres burocráticos e pesquisas exaustivas em torno da elaboração da primeira memória sobre a defesa dos direitos brasileiros ao território contestado. Girando em torno do cotidiano diplomático de Nabuco na questão da Missão Especial, que ao cabo do ano de 1901, concluíra a negociação do tratado de arbitramento e da escolha do árbitro - Vítor Emanuel III, Rei da Itália, a correspondência prosseguiu no ano seguinte ganhando outras conotações e trazendo à baila outros temas, como o das eleições ao posto de “imortal” na *Academia Brasileira de Letras* <sup>133</sup>.

Além disso, dois outros temas ganharam relevo na correspondência desse ano, o das movimentações diplomáticas previstas para o fim da gestão Campos Sales e o da indicação de

---

<sup>131</sup> NABUCO, 1957, op. cit., p.151.

<sup>132</sup> SILVEIRA, H. G. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**: facetas de uma paradigma de americanização das relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

<sup>133</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Miyanooshita, 16/02/1902/FJN.

Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, que agradou tanto a Oliveira Lima, quanto a Joaquim Nabuco <sup>134</sup>, embora tivesse causado receios ao próprio Barão. Esse, convidado por Rodrigues Alves, em julho de 1902, a assumir a Chancelaria brasileira, mostrou-se, a princípio, hesitante não só pela longa vida de reatamento, passada entre seus livros, mapas e papéis, mas, sobretudo, pela deterioração da questão do Acre <sup>135</sup>.

Originalmente pertencente à Bolívia, pelos acordos do tratado de limites assinados com o Brasil no regime monárquico (1867), que fixavam as fronteiras entre os dois países na confluência dos rios Beni e Mamoré, o território acreano tornou-se importante para o governo brasileiro no final do século XIX, quando um grande número de sertanistas nordestinos, motivados pela seca de 1877 passaram a emigrar para a região amazônica em virtude de seu fácil acesso e também da abundância da matéria-prima para a fabricação da borracha – a *hevea brasiliensis* <sup>136</sup>. Em face do grande número de brasileiros na região, o governo boliviano reagiu estabelecendo, em 1899, uma aduana em Puerto Alonso, com o fito de assegurar sua soberania na área. Para tanto, recorreu ao apoio norte-americano em troca de concessões aduaneiras e territoriais. Expresso na viagem clandestina da canhoneira *Wilmington*, de Belém até Iquitos (um grave incidente diplomático), esse apoio resultou na conflagração do território do Acre, que passou a ser disputado pelos dois países e também pelo Peru.

Nos anos que se seguiram, esta questão se viu ainda mais agravada, pois na impossibilidade de impor sua autoridade na região, o governo boliviano arrendou-a (1901) por 30 anos a um consórcio de capitalistas norte-americanos – o *Bolivian Syndicate*, que passaria a dispor de poderes normalmente pertencentes ao Estado, como, por exemplo, a responsabilidade pelo governo civil e pela administração. Desenvolvida no contexto em que

---

<sup>134</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Miyanoshta, 13/03/1902/FJN.

<sup>135</sup> LINS, A **Rio Branco**. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasileira, 325).

<sup>136</sup> BUENO, C. A **política externa brasileira**: os anos de apogeu (1902-1918). São Paulo Paz e Terra, 2003.

Rio Branco era convidado a assumir o ministério, essa questão configurou-se num dos fatores que o levaram a não aceitar de imediato a chefia da Chancelaria Brasileira. Desse modo, de julho de 1902, quando recebera o convite de Rodrigues Alves, a setembro, quando resolveu aceitar, Rio Branco mostrou-se hesitante, a ponto não só de recusar o cargo que lhe era oferecido, mas de indicar Nabuco para o mesmo por considerá-lo possuidor de qualidades expressivas para o desempenho da função.

Se no tocante à nomeação de Rio Branco, as impressões eram positivas, no que dizia respeito às movimentações diplomáticas desse ano as impressões não eram das melhores, pois ao tempo em que se cogitava colocar o Barão à frente do Itamaraty, pensava-se na designação de Oliveira Lima para legação do Peru, que no emaranhado das negociações do Acre havia se tornado demasiadamente importante para o Brasil. A presença de peruanos na região do Alto Juruá, que penetravam no território brasileiro para explorar o látex das seringueiras, cedia terreno a disputas territoriais, exacerbando as divergências entre o governo peruano e o brasileiro, necessitando, por isso mesmo, de uma atenção especial<sup>137</sup>.

Além disso, as possibilidades de sua ida ao Peru ligavam-se às novas diretrizes do Ministério da Relações Exteriores, que propunham a alternância entre cargos na Europa e na América do Sul, já que a necessidade de resolução das fronteiras brasileiras se faziam prementes<sup>138</sup>. A possibilidade de ter que atuar num país latino-americano, que se lhe afigurava nocivo à atividade intelectual, desgostava-o enormemente, levando-o a recorrer a amigos influentes, dentre eles José Carlos Rodrigues e Joaquim Nabuco, com o fito de assegurar sua nomeação para algum cargo na Europa ou nos Estados Unidos, onde sonhava ser ministro: “Minha grande ambição seria, com efeito, de ser ministro nos Estados Unidos, onde julgo q

---

<sup>137</sup> RODRIGUES, op. cit., p. 258-260.

<sup>138</sup> MALATIAN, op. cit., p. 167.

poderia tornar-me de utilidade. Enfim, o melhor da festa é esperar por ela, e é o que faço: esperar <sup>139</sup>.

Emprestando enorme importância à correspondência com seu ilustre conterrâneo, talvez por sabê-lo ligado a amigos influentes, era positivo na manifestação de seus objetivos, participando-lhe, não poucas vezes, de suas intenções em ocupar postos maiores, nos quais pudesse não só se destacar, mas se dedicar a escrever história, tarefa na qual se sobressaiu ainda mais depois que concluiu o seu livro – *No Japão – impressões da terra e da gente*, e que realizou conferências no *Monday Club* de Tóquio.

Nabuco, por sua vez, intensificando sua rotina de trabalho, que o levou a diferentes localidades européias, com o fito de complementar pesquisas, ficando, por isso mesmo, a chefia da legação entregue aos cuidados de um Encarregado de Negócios, além de corresponder-se com Lima, parabenizava Rio Branco pela vitória alcançada com sua nomeação, aproveitando o ensejo para sugerir um projeto de política externa que lhe parecia demasiadamente importante, o da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, indicando sua adesão ao Pan-americanismo:

Eu sou um forte monroísta, como lhe disse, e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse Ministro do Exterior e o Presidente o consentisse caminharia firme nesse sentido, e em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, deveria talvez pensar você em fazer-me colaborador seu naquela política (unindo as duas legações de Londres e de Washington é o que deverá ser, porque é uma só política, hoje a Inglaterra sendo a mais norte-americana das nações, mas tanto não proponho porque a novidade é para estudar), mandando-me a Washington sondar o terreno <sup>140</sup>.

Esboçada em sua autobiografia, a tendência pró-americana de Nabuco mostrava-se, agora, claramente definida consolidando o posicionamento adotado desde meados do ano anterior, quando, na chefia da legação de Londres, passara a considerar que “se não fosse o

<sup>139</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Ikaó, 21/07/1902/FJN.

<sup>140</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, Londres, 07/09/1902. In: **Cartas**. v.2, p132. (grifo do autor).

espantalho norte-americano”, a Europa, com certeza, já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África <sup>141</sup>.

Muito embora a maneira pela qual essa reorientação tenha se dado não seja muito clara, é possível perceber que esta fazia parte do processo de “adesão” à República, que o levou a analisar mais detidamente as mudanças operadas na política externa brasileira <sup>142</sup>. Mas se até então, sua preocupação a esse respeito era marginal, carecendo de análises mais profundas, daí para frente seria diferente – a idéia de que era necessário transpor o eixo da política externa nacional deslocando-o da Inglaterra para os Estados Unidos ocuparia papel quase central em suas reflexões conduzindo-o a uma adesão cada vez maior ao Pan-americanismo. Ao tomar partido de uma amizade mais profunda entre Brasil e Estados Unidos tinha por princípio a idéia que este país caminhava paulatinamente para se incorporar ao círculo das grandes potências mundiais, delineando uma nova fase nas relações com os países latino-americanos. Desse modo, cabia ao Brasil desenhar uma nova política externa, que lhe valeria a maior das marinhas e dos exércitos.

A explicitação de suas idéias, mais do que demonstrar suas preocupações a esse respeito, colocaram em jogo interesses pessoais que se casavam perfeitamente com os de Oliveira Lima, que, a esse tempo, ainda era um monroísta, em consonância com o posicionamento adotado durante sua permanência na legação de Washington (1896-1899), quando passou a considerar a preponderância norte-americana no continente como decorrência do seu progresso material, bem como a defender o monroísmo por considerá-lo ainda fiel ao propósito da mensagem de 1823 <sup>143</sup>. Suas revisões a respeito dessa temática só viriam posteriormente no bojo das contrariedades experimentadas durante a gestão Rio Branco, que o levariam a adotar uma proposta diferenciada daquela que se achava em curso.

---

<sup>141</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.231.

<sup>142</sup> NOGUEIRA, op. cit., p.203 e 207.

<sup>143</sup> MALATIAN, op. cit., p.126.

Interesses pessoais à parte, a correspondência entre os dois diplomatas prosseguiu versando ora sobre as impressões de Nabuco quanto às notícias que lhe chegavam sobre as remoções previstas para esse ano, ora sobre sua saúde, que não andava muito boa em virtude da surdez que o acometera quando visitava os lagos escoceses, Lomond e Katrine, (antecipando-se ao aparecimento da arteriosclerose que o vitimaria mais tarde), ora sobre as expectativas de Lima quanto às movimentações que se achavam em curso, denotando um clima de ansiedade que se faria ainda maior em face de sua nomeação para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Peru, levada a efeito em 14 novembro de 1902.

Em face das decisões governamentais referentes à sua carreira diplomática, Oliveira Lima, tanto quanto Joaquim Nabuco, alimentou esperanças quanto ao novo Ministro das Relações Exteriores, acreditando que este pudesse modificar as deliberações anteriores, o que não se verificou, pois tomando posse de seu posto, em dezembro desse ano, Rio Branco telegrafou-lhe confirmando sua nomeação, bem como comunicando-lhe sobre a urgência de sua partida para o posto, já que se achava em pauta a resolução de problemas graves para o país.

Assumindo o Ministério, Rio Branco imprimiria uma nova postura na condução dos assuntos internacionais, que se pautaria mais pelo atendimento às prioridades estabelecidas durante sua gestão que aos interesses pessoais dos diplomatas, o que dificultaria um tanto mais o atendimento das pretensões de Oliveira Lima quanto aos postos na Europa ou nos Estados Unidos. Continuador das tradições imperiais, não obstante fosse suficientemente flexível para perceber a nova ordem das coisas, procuraria conduzir o país não só no sentido de alcançar um espaço próprio no cenário latino-americano, mas também no de completar a configuração definitiva do território, sucedendo-se daí a manutenção da remoção de Oliveira Lima para o Peru.

Contrariado, Oliveira Lima partiu do Japão em 06 de março 1903, com destino à Europa, iniciando uma longa remoção que o incompatibilizaria definitivamente com o novo chefe da casa, seu antigo amigo de pesquisas históricas, e ao contrário do que acontecera durante sua viagem de ida ao Oriente, silenciou sobre as impressões formuladas no caminho de volta para o Velho Mundo, onde desembarcou no final de abril, iniciando as disposições pouco animadoras com que retornava. Desembarcando em Gênova, encontrou-se com Nabuco que, instalado em Roma desde fevereiro em virtude da apresentação das credenciais e da primeira Memória da defesa brasileira ao árbitro, viajara até essa cidade só para recebê-lo, guardando do encontro a seguinte impressão:

Chegam os Oliveiras Limas do Japão. Acho-o frio e talvez reservado comigo. Diz-me que desconfiou por lhe não ter eu escrito desde setembro. Suponho que não gostou de lhe ter eu dito que teria votado no Assis Brasil. Foi uma grande surpresa para mim, que cheguei a pensar em ir vê-los em Nápoles. Dona Flora, porém, essa propôs a ele virem a Roma me ver <sup>144</sup>.

Atribuídas às divergências no tocante às eleições da *Academia Brasileira de Letras*, as reservas de Lima deviam-se, por certo, à sua nova situação funcional, e talvez ao fato de acreditar que estando próximo do chanceler, já que eram muito amigos, Nabuco poderia ter evitado, ou quiçá intercedido, na questão de sua ida ao Peru, e embora tivessem causado alguma preocupação a Nabuco, não o impediram de interceder junto a Rio Branco em favor de Oliveira Lima, que se mostrava desejoso de assumir missão em terras européias, que lhe permitissem “escrever história com um fim prático” <sup>145</sup>:

O Oliveira Lima passou por Gênova onde estivemos juntos. Vem muito cansado da travessia, tem que fazer nova para ir receber suas ordens, e está com grande medo de ser forçado depois do Japão a ir para o Peru. Eu prometi-lhe que escreveria a V. para telegrafar-lhe uma palavra para Madri sobre suas verdadeiras intenções quanto a ele. Suponho, com efeito, que V. só o fará empreender essa nova viagem aos antípodas se precisar absolutamente dele em Lima por causa das complicações do Acre. Como sei o conceito que V. faz dele, penso que V. não o mandará para tão longe senão por força maior um dos mais hábeis auxiliares de que V. pode dispor em nosso Corpo Diplomático <sup>146</sup>.

<sup>144</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.277. (grifo do autor).

<sup>145</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, 20/04/1902/FJN.

<sup>146</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco. Gênova, 21/04/1903. apud, MALATIAN, op. cit., p.168,169.

Manifestada num momento pessoal delicado a intercessão de Nabuco em seu favor de nada valeu, pois Rio Branco, mantendo-se firme na nova linha de política externa que pretendia implantar no Itamaraty, telegrafou-lhe não só lembrando-lhe da urgência de sua chegada ao Rio de Janeiro, onde o aguardavam instruções, bem como do fato de não haver outros cargos na Europa de que dispor tão cedo em seu favor:

Em 17 de janeiro dirigi a Vossa Excelência telegrama dizendo que no interesse do Brasil convinha viesse com urgência assumir seu novo cargo no Peru e que estimava por aqui passasse para receber instruções questões Peru Bolívia. São passados quatro meses e não sei ainda quando Vossa Excelência poderá estar no posto que lhe foi assinalado ou se poderá chegar a tempo de intervir nas graves questões pendentes cuja negociação vai brevemente começar com a chegada dos enviados do Peru e da Bolívia. Rogo-lhe portanto que me declare pelo telégrafo se o seu estado de saúde ou outras razões lhe não permitem acudir ao apelo do governo, para que este possa providenciar com urgência expedindo já daqui outro ministro e devo prevenir Vossa Excelência que a não ser essa não terá o Governo tão cedo outra legação em que possa utilizar os seus serviços <sup>147</sup>.

Dirigida a Oliveira Lima, num contexto em que este, em face da intercessão de Nabuco, demorava-se um pouco mais na Europa por acreditar que sua remoção para Lima, por ele ironicamente chamada, numa menção aos passos da crucificação de Cristo, de “andar de Herodes para Pilatos”, seria revertida com sua designação para “terras cultas e não pelos confins da terra” <sup>148</sup>, a mensagem telegráfica de seu novo chefe causou-lhe profundas decepções. Incapaz de conformar-se com a ordem dos fatos, adotou verdadeira animosidade para com o chanceler, dando margem para que um tom de perene indignação, bem como de críticas ásperas começasse a ganhar corpo na correspondência pessoal, remetendo ao passado o tom afetuoso que persistira até então:

Pela correspondência telegráfica que junto lhe remeto em cópia, verá as disposições benévolas de nosso chanceler. Creio que a sua carta (q. nem por isso menos lhe agradeço, e muito) foi contraproducente, imaginando ele que eu me recusava a ir ao Peru, o que jamais lhe disse. Não ter

<sup>147</sup> Telegrama de Rio Branco a Oliveira Lima. Petrópolis, 13/05/1903. Reproduzido em Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Madri, 20/05/1903/FJN.

<sup>148</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco. A bordo do Hamburg – Amerika Linie, 20/04/1903/FJN.

vontade de lá ir, de aceitar o que o Rego Barros desdenhou e o Mamede rejeitou, é outra coisa, e no íntimo da consciência, se as ovações lha não toldaram de todo, ele me deve dar razão <sup>149</sup>.

As manifestações de Lima dirigidas a Nabuco num tom tão distinto do que caracterizara a correspondência até então, receberam pronta resposta de seu interlocutor, que conhecendo muito bem ao Barão, homem, que, não obstante fosse seu amigo, considerava fugir “das mãos de todos” <sup>150</sup>, bem como a delicadeza da questão do Acre, então disputado pela Bolívia, pelo Peru e pelo Brasil, e as dificuldades de seu conterrâneo em superar as divergências, procurou temporizar, não sem antes adverti-lo de que num país como o Brasil, em que a opinião pública era escassa, dividida em grupos pessoais, fácil, portanto, de ser desviada com simples boatos, era atitude pouco inteligente contrapor-se ao poder do dia:

O que vejo é que o Rio Branco dá grande importância à questão do Peru e como ele é da diplomacia ativa e imediata está nervoso com a falta de ministro no Peru da confiança dele e ele não suporta bem o estado de nervoso como o Sr também o não suporta. São os defeitos das grandes qualidades. O prazo que ele tem pelo acordo com a Bolívia é muito curto e vejo que tomará parte nas negociações o ministro do Peru. Os termos do telegrama mostram apenas a urgência que ele tem de dar uma solução sobre o caso da nona representação em Lima. A sua carta prescinde dessa urgência e da questão, vindo no telegrama uma descortesia pessoal, que absolutamente não existe. Evidentemente há outro modo de ler o telegrama. O seu não me parece o correto. É um apelo forte, mas é somente um apelo. Ele conhece seu mérito, e se tem favoritos, o Sr. É um dos primeiros. A sua infelicidade nesse caso é ser capaz <sup>151</sup>.

A advertência de Nabuco, se não se pode dizer que modificou suas disposições interiores, em termos práticos parece, em princípio, ter surtido algum efeito, pois Oliveira Lima, embora contrariado, dirigiu-se logo em seguida ao Brasil, onde se apresentou ao Barão, num encontro amigável no Itamaraty, em que discorreu sobre assuntos variados, menos sobre aquele que havia se constituído na principal causa das adversidades que começavam a pairar sobre sua carreira, até então promissora, e que de certa forma havia gerado, um clima de mal-estar entre ele e o advogado do Brasil na questão de limites com a Guiana Inglesa, o que o fez

<sup>149</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Madri, 20/05/1903/FJN.

<sup>150</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.263.

<sup>151</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima/27/05/1903. In: **Cartas**. v.2, p.164, 165.

apressar-se em desfazer o mal-entendido decorrente do telegrama de Rio Branco, que sem dúvida alguma submeteu a amizade construída entre Southwell e Cornwall Gardens a seus primeiros reveses:

Não quero deixar de responder-lhe já e já porq parece-me q não fui mto bem compreendido qd disse q sua carta ao Barão fora contraproducente. Já se sabe, agradeço-lhe de todo o coração e o q quis dizer foi q ela poderia tê-lo confirmado na impressão (q decerto ele tem) de q não me é agradável a perspectiva do Peru e de que procuro evitar novo exílio. [...] O telegrama dele pode ser em parte um apelo, mas não posso digerir a impertinência final. Não lhe pedi, nem tenciono pedir-lhe outra legação. O Olinto pretendeu promover-me contra meu desejo. Agradeço-lhe a intenção q não era, bem sei, de ser-me desagradável. O Rio Branco podia, sabendo do meu pouco desejo de ir ao Peru, ter arranjado as coisas melhor. [...] não quero furtar-me ao trabalho (não está no meu gênio), mas tampouco quero menosprezar-me, q é dar aos outros direitos de proceder igualm.te . Desculpe-me, meu prezado amigo, se de alguma forma o incomodei referindo-lhe o incidente, e p mostrar q não, escreva-me ainda p Lisboa [...] <sup>152</sup>.

Desde então, o diálogo entre Rio Branco e Oliveira Lima se tornaria mais difícil, senão impossível, em virtude não só da longa demora no retorno do Japão ao Brasil, que durou cerca de seis meses, mas de novos contratempos que surgiriam envolvendo o diplomata e seu chefe, contratempos esses que ganhariam novas conotações ultrapassando o estreito terreno dos conflitos pessoais, para chegar ao campo vasto das diferenças em política externa, não sem antes haver passado pelo cenário não menos espinhoso das divergências diplomáticas.

A ascensão de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, se por um lado marcou o início de uma nova fase na carreira diplomática de Oliveira Lima, que se caracterizaria pelos embates e conflitos públicos, por outro marcou um novo capítulo nas relações entre o diplomata e Joaquim Nabuco, que alçados à posições divergentes no seio da diplomacia, se afastariam paulatinamente no terreno das posições ideológicas e, sobretudo, no da afetividade.

---

<sup>152</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco/31/05/1903/FJN. (grifo do autor).

### **CAPÍTULO 3 O PAN-AMERICANISMO NA VISÃO DE JOAQUIM NABUCO E DE OLIVEIRA LIMA.**

*Quando o oceano se mete de permeio, as vidas se separam (NABUCO, 2005, p.77).*

*Joaquim Nabuco rompeu comigo por eu ser leal com ele. Henri Heine dizia de si: “Tenho cortado relações com muitos amigos úteis, em parte por minha própria culpa, em parte por culpa deles, e deste modo tenho angariado muitos adversários, tanto mais quanto caráter e talento não são perdoados se aquele que os possui não alcançar dos que estão numa esfera superior e dos que estão numa esfera inferior o perdão de tal crime mediante uma porção de mesquinhas e vilezas.” Não quero certamente ombrear pelo talento com uma das figuras mais representativas do romantismo; mas, mal comparado, posso aplicar a mim o seu dizer (LIMA, 1937, p.209).*

### 3.1 Os conflitos pessoais e as divergências diplomáticas

Quando Oliveira Lima desembarcou no Brasil em julho de 1903, num Rio de Janeiro que a *Belle Époque* começava a transformar<sup>153</sup>, já não era o historiador recém-formado, que no início da República dirigia-se à capital federal com o intuito de assegurar um lugar para si mesmo no serviço diplomático brasileiro. Pelo contrário, aos trinta e seis anos contava com uma obra expressiva, de temática variada que ia desde assuntos referentes à história nacional até outros essencialmente ligados à política externa e às impressões colhidas nos países visitados.

Desde sua inserção na diplomacia nacional, em 1890, sua trajetória pessoal, havia seguido um curso ascendente em que, em virtude de preciosos contatos estabelecidos com personalidades distintas da época e também da habilidosa união entre diferentes ofícios (o jornalístico, o diplomático e o historiográfico), conseguira não só viabilizar seus interesses, mas acima de tudo consagrar-se entre seus pares, assegurando o seu trânsito pelos mais importantes espaços de sociabilidade intelectual do período, dentre eles, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Academia Brasileira de Letras*.

Até aqui a interação entre história e diplomacia revelara-se demasiadamente importante para o desenvolvimento de sua produção histórica, sendo talvez por essa razão que a firmeza do Barão em não atender suas pretensões imediatas tenha alcançado repercussão tão negativa em sua vida. No momento em que sua atividade historiográfica projetava-se de maneira mais relevante no cenário brasileiro e que os seus desejos de continuar pesquisando e escrevendo história se faziam mais claros, os projetos de Rio Branco de enviá-lo ao Peru começavam a se chocar com suas pretensões cedendo terreno a eclosão de conflitos que se fariam mais intensos no período subsequente à sua chegada ao Rio de Janeiro.

---

<sup>153</sup> NEEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Desse modo, diante dos novos rumos que sua carreira diplomática começava a seguir, limitou-se, em princípio, a externar suas contrariedades na correspondência pessoal, um espaço, por assim dizer, resguardado do olhar público, no qual, em virtude disso, poderia manifestar-se sem se preocupar em quebrar protocolos ou ferir convenções. Por essa razão o contato epistolar mantido com Nabuco revelou-se, nesse período, um espaço particularmente importante para manifestações de suas idéias e para a explicitação de suas discordâncias, em que muitas vezes radicalizou opiniões, deixando claras as dificuldades que tinha de conformar-se à ordem dos fatos.

A crença de que Rio Branco não se eternizaria na pasta das Relações Exteriores<sup>154</sup>, tornava inconveniente um confronto direto com seu chefe, o que talvez tenha contribuído para que os primeiros tempos de sua permanência na capital federal tivessem sido empregados no atendimento de interesses intelectuais, que, em virtude dos longos anos de ausência do Brasil, haviam sido relegados a segundo plano, dentre eles, sua posse na ABL (afinal de contas fazia seis anos que figurava entre os “imortais”, sem, contudo, haver formalizado sua inserção no reduto dos literatos). Mas se nesse contexto não lhe convinha indispor-se diretamente com o Ministro, porque não fazê-lo nas entrelinhas?

Nesse sentido a *Academia Brasileira de Letras* funcionou como o espaço adequado à manifestação velada de suas contrariedades pessoais em relação ao Barão, sem que para isso precisasse engrossar a fileira dos “feudatários rebeldes”, conforme chamou Nabuco aos que faziam frente aos representantes políticos, então no poder. Na sessão realizada a 17 de julho de 1903, no Gabinete Português de Leitura, em que estiveram presentes além de amigos de Oliveira Lima, alguns conselheiros, desembargadores e cônsules estrangeiros, isso sem falar no Presidente da República e no Chefe da Casa Militar, o diplomata, numa bem medida peça

---

<sup>154</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Madri, 20/05/1903/FJN.

de sutilidade literária e também política - o *Elogio a Francisco Adolfo de Varnhagen*, o Visconde de Porto Seguro, lançou algumas críticas à figura do chanceler <sup>155</sup>.

Na leitura do elogio referente a seu patrono na *Academia Brasileira de Letras*, não apenas exaltou a figura daquele que havia se tornado um expoente da produção historiográfica brasileira, por conta de sua atuação intelectual levada à efeito juntamente com a atividade diplomática, que abarcou a realização de amplas pesquisas na Torre do Tombo, nos arquivos holandeses, austríacos, espanhóis e paraguaios, bem como inseriu todas as críticas que desejava dirigir ao Barão inicialmente no que dizia respeito à sua situação funcional delicada, depois no que se referia às diretrizes que este começava a impor na resolução das fronteiras nacionais, cujo marco foi a anexação do Acre ao território brasileiro.

Nesse primeiro aspecto, procurou demonstrar que o serviço diplomático e o ofício de historiador não eram tarefas excludentes, e sim complementares, como bem mostrava o caso de Varnhagen, utilizado para justificar a pertinência de suas pretensões de proceder da mesma forma, o que ficou claro depois que cotejou as características de sua personalidade e de seu percurso pessoal com o de seu patrono, enfatizando a independência intelectual, que tornava difícil a aceitação de ocorrências consideradas injustas, bem como as condições de sua infância, passada parte dela no Brasil, parte em Portugal, o precoce interesse pelos assuntos históricos predominantemente brasileiros e a associação entre serviço diplomático e produção historiográfica, entendida como sendo favorável ao desenvolvimento das atividades intelectuais:

A carreira diplomática, da qual [Varnhagen] percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição de sua História do Brasil, servindo-lhes aqueles de que não se aproveitou, para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespúcio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso

---

<sup>155</sup> MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

consócio Sr Barão do rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do Ministro austríaco no Rio de Janeiro... Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas, mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas<sup>156</sup>.

Além disso, lançou também críticas abertas à política de negociação das fronteiras nacionais, pela qual Rio Branco, desde sua entrada no Ministério, havia empenhado não apenas suas maiores forças, mas também os amplos conhecimentos adquiridos nos processos de arbitragens internacionais (questão de Palmas e do Amapá), em que destacara. No contexto em que o chanceler trabalhava intensamente nas difíceis negociações com a Bolívia, Oliveira Lima não se preocupava em tentar destituir dessa diretriz a importância de que ela se revestia.

Em face disso, os efeitos do discurso, não se fizeram tardar desencadeando manifestações de grupos favoráveis à Rio Branco. A cerimônia de sua posse na ABL, marcara seu ingresso no círculo dos opositores do Barão, fato que se tornaria ainda mais evidente com a colaboração para o *Correio da Manhã*, jornal de oposição ao Chanceler, em que passaria não só a discutir a diplomacia comercial como alternativa à diplomacia de fronteiras, mas também a atacar o projeto de reforma diplomática que Rio Branco pretendia realizar visando aumentar o número de funcionários, bem como garantir a melhoria dos vencimentos, já que a estrutura burocrática do Itamaraty ainda se assemelhava à da antiga Secretaria de Negócios Estrangeiros<sup>157</sup>.

Importa lembrar que nesse período, em virtude dos ajustes feitos com o *Bolivian Syndicate*, com que ficara acertado o pagamento de uma indenização de £ 114.000 pela renúncia ao estabelecimento do consócio, e das negociações preliminares com o governo boliviano, que previa a permuta de território com a Bolívia (isto é, a cessão de 3,2 mil quilômetros quadrados e a indenização de £ 2.000.000 – ouro, em troca de 19 mil quilômetros

---

<sup>156</sup> LIMA, M. O. Elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen, apud, ALMEIDA, P. R. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da república – um intelectual com as idéias fora do lugar ou com as propostas fora da época? p. 127. **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.121-137, 2004.

<sup>157</sup> LINS, A **Rio Branco**, São Paulo Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, 325), p.263-264.

quadrados), mediante a qual o Acre seria incorporado ao Brasil, Rio Branco sofria forte oposição por parte dos setores contrários às diretrizes governamentais<sup>158</sup>, deixando o clima propício para a explicitação das divergências de Oliveira Lima.

Externadas, em princípio, na correspondência pessoal, as críticas formuladas por Oliveira Lima no período subsequente à sua chegada ao Rio de Janeiro enquanto aguardava as instruções para dirigir-se ao Peru, acabaram por se tornar públicas, posto que diante do quadro de descontentamento e de críticas violentas que eram dirigidas ao Barão suas manifestações já não seriam isoladas, fazendo, portanto, algum sentido dar-lhes publicidade. Rompidas as reservas iniciais em face do que atribuía como perda de prestígio do chanceler<sup>159</sup>, juntou-se ao grupo dos opositores contando que seus artigos pudessem de alguma forma fazer “caminho”, ou seja, despertar o apoio de outros diplomatas simpáticos à suas idéias<sup>160</sup>.

Sem se importar de que esse fato o colocava em posições contrárias às tradições vigentes, ultrapassou os limites dos conflitos pessoais, passando a atuar num terreno bem mais espinhoso, o da diplomacia propriamente dita, se se considerar o teor das críticas veiculadas pelo *Correio da Manhã*, no qual, defendendo a idéia de que até então a diplomacia brasileira havia passado por reformas superficiais que haviam cuidado muito mais da classificação das legações e dos vencimentos que dos serviços propriamente ditos, chegou a propor uma reforma de caráter estrutural – a unificação das carreiras diplomáticas<sup>161</sup>.

Nos artigos produzidos nesse contexto, que seriam posteriormente reunidos no volume *Coisas Diplomáticas*, seu principal argumento era o de que o serviço diplomático se achava minado por um mal, que havia agravado-se com o novo regime, o mal dos privilégios (facultando a alguns atuar, embora sem condições para tanto, nos postos mais expressivos, ao

---

<sup>158</sup> BUENO, C. **A política externa da Primeira República**: os anos de apogeu (1912-1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

<sup>159</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 10/08/1903/FJN.

<sup>160</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 17/09/1903/FJN.

<sup>161</sup> ALMEIDA, P. R. op. cit., p. 128.

passo em que outros permaneciam presos as atividades meramente burocráticas). Esse mal, a seu ver, só seria solucionado mediante a fusão da carreira diplomática, do serviço de Secretaria de Estado e da carreira consular, a fim de que os candidatos a assumirem os cargos mais expressivos estivessem prontos para tanto, tendo transitado inicialmente pela secretaria, depois pelo consulado até chegar ao ministério, deixando, assim, de serem "nulidades revestidas de soberbos uniformes"<sup>162</sup>.

Na defesa da tese de que a estrutura da carreira precisava ser modificada e o serviço democratizado em regime de urgência arrolou como exemplo o consulado brasileiro de Liverpool, a seu ver um dos muitos cargos de repouso destinados a políticos ou homens de letras sequiosos por viverem no exterior:

Quando se precisou de um diplomata que fosse um erudito, para tomar conta das questões das Missões e do Amapá e arrancar a cobiças estrangeiras esses pedaços de pátria brasileira, foram buscá-lo ao consulado de Liverpool, forrado de livros de história. Quando se necessitou dar a um sucessor em Londres a uma cadeia de ministros fidalgos pelo entendimento e pelas maneiras, foram buscá-lo, não em outra legação, mas num retiro literário perfumado de monarquismo. Quando houve que mandar à Conferência do México, a expor e defender as mais formosas aspirações do direito internacional e da cultura americana, um jurisconsulto alimentado de sã filosofia, foram buscá-lo, não em uma chancelaria, mas no remanso do seu gabinete de trabalho, na convivência de publicistas alemães e dos constitucionalistas anglo-saxônicos<sup>163</sup>.

Críticas evidentes à figura do Barão, expoente da diplomacia imperial, as considerações de Oliveira Lima voltaram a questionar a política de fronteiras adotada pela chancelaria, pois mostrando-se claramente contrário à diretriz adotada, que primava pela ampliação do território nacional mediante a resolução do complicado problema do Acre, defendeu que a diplomacia brasileira deveria pautar-se não pelas questões territoriais e sim pelas mercantis, defesa essa que acabou por repercutir negativamente no Ministério.

<sup>162</sup> VERISSIMO, J Um diplomata da atualidade. p. 21. In: LIMA, M. O. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>163</sup> LIMA. apud, GOUVEA, F. C. **Oliveira Lima**: uma biografia. Recife: IAHP, 1979, p.564.

Os debates públicos levados a efeito nesse período, longe de reverterem o seu caso, contribuíram tão somente para o agravamento de sua situação na carreira, levando o Barão a marginalizá-lo nos quadros do Itamaraty, isto é, decidindo não enviá-lo ao Peru, sem, contudo, designá-lo para outro cargo, o que o fez aguardar meses a fio por instruções que nunca chegaram, acirrando ainda mais seu posicionamento crítico. Nos meses que se seguiram novas críticas vieram, dirigidas, agora, mais diretamente à negociação do Tratado de Petrópolis, que em vias de ser concluído considerava absurdo<sup>164</sup>, e também à postura brasileira diante do bloqueio naval que a Venezuela havia sofrido por imposição da Grã-Bretanha e da Alemanha, em 9 de dezembro de 1902.

Realizado, em dezembro de 1902, com o fito de salvaguardar os interesses dos investidores europeus, o bloqueio imposto pela Inglaterra, Alemanha e Itália às alfândegas venezuelanas, como pagamento das dívidas públicas desse país, despertou reações no cenário latino-americano, dentre as quais, a Doutrina Drago, mensagem elaborada pelo ex-ministro argentino Luís M. Drago, em que se manifestou contrário ao uso da força para a cobrança de dívidas, afirmando a incompatibilidade dessa política com a Doutrina Monroe. Instado pelo governo argentino a se manifestar sobre o caso, Rio Branco optou pelo alinhamento aos Estados Unidos evitando apoiar a formação de uma liga latina que fizesse frente à potência emergente<sup>165</sup>.

Nesse sentido, destacou-se o artigo *O Sr. Drago, o caso da Venezuela e a Doutrina Monroe*, publicado nas edições de 17 e 18 de novembro de 1903 do *Diário de Pernambuco*, e posteriormente incluído no volume *Pan-americanismo*, mediante o qual não só concordou com a defesa feita pelo ministro argentino em favor da situação venezuelana, mas também lançou nova crítica à política do Barão, política de gabinete, que teimava em não reconhecer

---

<sup>164</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 24/10/1903/FJN.

<sup>165</sup> BUENO, 2003, op. cit., p. 133.

que a diplomacia devesse ter por esfera bem demarcada advogar interesses diversos, sobretudo, interesses comerciais:

Estudos de gabinete...nós sabemos o querem as mais das vezes dizer no mundo diplomático. São palavras amenas sob a carestia da vida nos diferentes postos e os escandalosinhos do pequeno círculo social em que se move a carreira, ou meditações dispépticas toldadas pelo fumo dos charutos de Havana.<sup>166</sup>

Assim, entre as expectativas de que as negociações do Tratado de Petrópolis resultassem na queda da popularidade do “triunfador do Amapá e das Missões”, dado seu proceder para com ele<sup>167</sup>, passou o restante do ano de 1903, aproveitando também seu tempo para dar continuidade à sua tarefa de historiador, mediante a realização de pesquisas na biblioteca nacional e na Secretaria de Estado, com que retomou a redação de seu livro sobre D. João VI, além de haver publicado seu livro sobre o Japão e sobre a relação de manuscritos do Museu Britânico, aos quais se juntaria, no início de 1904, um outro trabalho – *O Secretário D’El Rei*, com que se iniciaria na literatura teatral brasileira.

Transformado numa “espécie de estranho no ninho do Itamaraty”<sup>168</sup>, Oliveira Lima continuou a corresponder-se com Nabuco, diminuindo, contudo, o teor das críticas, primeiro pelo fato de poder, agora, externá-las publicamente, depois por sabê-lo muito amigo de Rio Branco, tanto quanto o sabia, de certa forma, seu amigo, o que não impedia, de maneira alguma, seu interlocutor de aconselhá-lo a chegar a um *modus vivendi* com o Chanceler. Efetivamente, as cartas escritas por Nabuco, nesse período, tiveram por característica essencial a tentativa, senão de apagar, pelo menos de diminuir a animosidade que se interpusera entre o diplomata e seu superior hierárquico:

Senti muito que o Rio Branco o tivesse desgostado (inutilmente ainda mais), mas não tenho dúvida de que o fez sem pensar em magoá-lo. Foi uma infelicidade, porque ao sr deve-se sempre fazer contente, e não descontente, porque o seu espírito é dos que só produzem e direito na prosperidade, e não temos muitos da sua ordem. Mas suas cartas me causam pesar por ver que o

<sup>166</sup> LIMA, M. O. **Pan-americanismo** (Bolívar, Monroe, Roosevelt). Brasília, DF: Senado Federal, 1980, p29.

<sup>167</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 13/10/1903/FJN.

<sup>168</sup> GOMES, A. C. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre, p..56. In: GOMES, A. C. (Org.). **Escrita de si**: escrita da história, Rio de Janeiro: FGV, cap.2.

sr contraiu verdadeira animosidade contra o nosso amigo. Não se abandone a esse sentimento. Homens como o sr e ele devem ter sempre a solidariedade de sua própria culminância. É preciso relevarmos os procedimentos menos corretos para conosco daqueles com quem temos de cooperar no interesse do país, seja, como é o seu caso, na mesma carreira ou na mesma obra, isto é, na diplomacia e na história do Brasil. Aí está o meu sincero e leal sentimento<sup>169</sup>.

De Nice, onde se achava finalizando a redação da terceira Memória da defesa brasileira Nabuco escrevia a Oliveira Lima procurando não só apaziguar os ânimos, mas também estimulá-lo a superar as diferenças a benefício do país, e até de sua carreira, evitando, por isso mesmo, comentar assuntos nacionais, limitando-se apenas a conciliar e a elogiar seu talento para a elaboração de trabalhos históricos, afirmando que o país ganharia muito, tanto quanto ele ganharia atuando diretamente como ministro na América Espanhola.

Daí para frente, novos embates surgiriam dificultando ainda mais as precárias relações entre Oliveira Lima e Rio Branco. Mas se até então as críticas do primeiro se restringiam ao terreno dos conflitos pessoais e das divergências diplomáticas, caminhariam agora paulatinamente para a adoção de posições conflitantes em política externa, que o transformariam definitivamente num dos principais pólos de oposição da diplomacia brasileira durante a gestão de Rio Branco.

### **3.2 Os conflitos em política externa – as críticas ao Pan-americanismo**

A postura adotada por Oliveira Lima durante o ano de 1903 pesou consideravelmente nas decisões do Barão no tocante às remoções diplomáticas que diziam respeito à sua carreira. A morosidade no retorno do Japão ao Brasil, as críticas veladas na *Academia Brasileira de Letras*, as explícitas no *Correio da Manhã* e no *Diário de Pernambuco*, enfim, as manifestações dos conflitos pessoais e das divergências diplomáticas construíram um perfil

---

<sup>169</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Nice, 25/12/1903/FJN.

pouco favorável ao atendimento de suas pretensões quanto aos cargos na Europa, levando o chanceler a designá-lo, em contrapartida, para postos inferiores em significação diplomática.

Nesse período, o posto do Peru havia se tornado particularmente relevante no rol das representações mantidas pelo Brasil, em virtude das negociações encetadas com aquele país no sentido não só de tratar das pretensões peruanas à uma grande parte da Amazônia, mas também no de desfazer o quadro de descontentamento para com a decisão de Rio Branco de negociar separadamente com as partes. Nesse sentido, passada a fase crítica de negociações com a Bolívia em torno do território contestado do Acre, Rio Branco removeu-o para a legação de Caracas, acentuando ainda mais as contrariedades do diplomata dissidente, que chegou a pensar em colocar-se em disponibilidade, aguardando as mudanças administrativas de 1906, o que foi evitado com a intercessão de Nabuco<sup>170</sup>.

Tal qual Oliveira Lima, Nabuco também passava por um momento pessoal delicado em que os resultados da leitura do laudo arbitral sobre a questão de limites com a Guiana Inglesa, lido pelo Rei da Itália, Vítor Emanuel III, a 14 de junho de 1904, haviam dado parecer favorável às pretensões inglesas, colocando, assim, quase que a perder os longos anos de dedicação à elaboração da defesa dos interesses brasileiros (1899-1904), impondo-lhe, conseqüentemente, profunda decepção, não obstante no Brasil tivesse sido saudado como uma vitória<sup>171</sup>. Contudo, diferentemente de Lima, a situação delicada em que sua carreira havia mergulhado tinha seus dias contados, pois menos de uma semana depois dos resultados da questão pela qual tinha se empenhado, Rio Branco telegrafou-lhe oferecendo-lhe o cargo de Washington, que sabia ser de seu desejo ocupar:

---

<sup>170</sup> MALATIAN, op. cit., p.182.

<sup>171</sup> NABUCO, C. **A vida de Joaquim Nabuco**, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros, 92).

Esta manhã um terremoto, o telegrama de Rio Branco oferecendo-me Washington. Vou pensar muito antes de responder; pensa e reza, certo de que nenhum dever pode ser recusado. Lá está talvez o futuro dos nossos filhos. Eu sempre desejei educá-los lá [...] <sup>172</sup>.

A indicação de Nabuco para o disputado (e, outrora, pretendido pelos dois diplomatas) cargo de Washington, ao que parece, não apenas surpreendeu, mas também preocupou de alguma forma Oliveira Lima, que, fosse por alimentar pretensões semelhantes, fosse por se sentir preterido no delicado jogo das movimentações diplomáticas, procurou dissuadi-lo de aceitar o posto, mediante o apelo às razões sentimentais e à evocação dos agradáveis tempos de convivência em Londres, onde contava (caso sua permanência na diplomacia fosse dificultada) instalar-se com seus livros e suas *japoneries*:

A República tem pelo menos de bom que as tiranias não duram: cada quatro anos há mudança de pessoal e de orientação. Eis o que tinha de essencial a dizer-lhe, ficando o resto para quando nos encontrarmos, pois penso que o encontrarei em Londres e que o Rio Branco não conseguirá empurrá-lo para Washington, como parece estar maquinando, tendo dito ao Gastão da Cunha que era conveniente a ida do Snr para os Estados Unidos, por carecermos ali de um homem político e com as qualidades que o distinguem. Sentiria enormemente que isto se desse, pois para mim um dos maiores encantos da nossa estada em Londres seria a sua convivência <sup>173</sup>.

Surpresas à parte, o fato era que se para Rio Branco a ida de Nabuco a Washington era acontecimento importante, que se casava perfeitamente com suas pretensões de promover o estreitamento de vínculos comerciais, econômicos e diplomáticos com os Estados Unidos, para Lima vinha de encontro aos seus objetivos, acabando por confirmar as disposições pouco favoráveis do Chanceler a seu respeito, pois, enquanto esse o mandava às antípodas, cuidava de preparar o posto norte-americano para o antigo líder abolicionista, que ao assumi-lo, em maio de 1905, já o fazia na condição de Embaixador, o primeiro do Brasil.

Assim, desgostoso com os rumos que Rio Branco impunha à sua carreira, o diplomata pernambucano aceitou atuar na Venezuela, para onde seguiu em maio de 1905, após uma breve passagem por Pernambuco (de onde continuou a atacar o Barão, mediante a realização

<sup>172</sup> Trecho de carta a Evelina Nabuco. apud, NABUCO, 1958, op. cit., p.400.

<sup>173</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro, 15/08/1904/FJN.

de conferências e palestras no *Instituto Arqueológico do Recife*) e pela Europa, onde efetuou pesquisas para a composição de seu livro D. João VI.

Nesse país, atuou numa negociação amistosa de fronteiras entre a Venezuela e o Brasil, não obstante se queixasse continuamente de não haver recebido instruções para o desempenho de sua missão, da qual contava tirar partido para dar o “troco” ao Barão por havê-lo “premiado” com sua remoção para terras incultas, como então considerava. Questão antiga, datada de 1880, quando uma comissão mista cuidava de demarcar o território entre a nascente do Memachi e a do Serro Cupi, havia sido abandonada pelo governo venezuelano, que em 1890 resolveu contestar as pretensões brasileiras. Retomadas na gestão Rio Branco, estas negociações resultariam na assinatura de dois protocolos (em 9/12/1905) que dariam ganho de causa ao Brasil, confirmando suas pretensões ao território que ia desde o rio Negro até o Serro Cupi e a Serra de Roraima<sup>174</sup>.

Nesse período, fosse pelo descontentamento com as diretrizes diplomáticas implantadas por Rio Branco, fosse pela possibilidade que tivera de observar de perto as relações ineramericanas, aproximou-se das polêmicas em torno do Pan-americanismo, que ganhavam campo no cenário latino-americano, em virtude das ingerências estrangeiras observadas, o que ficou claro nos artigos que passou a escrever para o jornal *O Estado de São Paulo*, mediante os quais discorria, em princípio, sobre assuntos referentes à América Hispânica, que seriam depois reunidos no volume *Impressões da América Espanhola*.

Nesses artigos, embasado nas teorias evolucionistas da época, dentre elas, a de Buckle, Oliveira Lima, elaborou uma análise sobre o cenário latino-americano, não só distinguindo a América Portuguesa e Hispânica (constitutivas da América Latina), mas também a América Anglo-saxônica, que aparecia nesse último caso como uma raça vigorosa, dotada de recursos específicos (raciais, geográficos e climáticos), dos quais o restante do continente carecia<sup>175</sup>, o

---

<sup>174</sup> MALATIAN, op. cit., p.183-184.

<sup>175</sup> LIMA, M. O. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

que justificava seu predomínio sobre as demais partes da América, o que, no entanto, não lhes dava o direito de intervirem nos assuntos externos, como vinham fazendo nesse contexto.

Em contrapartida, a América Latina aparecia como uma região inferior, marcada pela instabilidade política, econômica e social, (traços ainda mais acentuados na parte de colonização espanhola) que a deixava vulnerável às investidas estrangeiras. Seu atraso encontrava explicação na predominância de negros e índios, em detrimento dos brancos, em sua população, o que não excluía a possibilidade de progresso dessa parte do Continente. Esse se faria com o auxílio da imigração européia.

Muito embora tais artigos indicassem suas preocupações no tocante a diretriz que a política externa norte-americana, sob a bandeira do Pan-americanismo, pretendia impor às suas relações com os países continentais, não se constituíram, em princípio, em pontos de conflito com o Barão, estes viriam noutros artigos, mormente nos que passaria a escrever depois da realização do *III Congresso Científico Latino Americano*, no Rio de Janeiro em 06 de agosto desse ano, que serviu de palco para manifestações de latino-americanismo e de Pan-americanismo, em que o Brasil mostrou-se favorável à segunda tendência<sup>176</sup>. A adesão brasileira ao Pan-americanismo daria ensejo a novas críticas.

No contexto em que a diplomacia brasileira aceitava os termos dessa política, os artigos escritos nesse período passaram a se constituir no principal ponto de contenção entre Oliveira Lima e o Chanceler, agregando às antigas divergências diplomáticas novos conflitos ideológicos, em que paulatinamente se mostraria interessado no desenvolvimento de uma política de maior aproximação do Brasil com a América Latina, em detrimento das relações do país com os Estados Unidos.

Nesses novos artigos, Oliveira Lima, tomando a guerra hispano-americana como ponto de partida para o intervencionismo norte-americano e os casos da Venezuela, Colômbia e São

---

<sup>176</sup> BUENO, 2003, op. cit., p. 347.

Domingos como exemplos dessa diretriz, distinguiu o caráter inicial da Doutrina Monroe daquele que o Corolário de 6 de dezembro de 1904 pretendia lhe impor, afirmando o fato dessa mensagem haver passado de recurso defensivo à “arma de subjugação, quiçá de domínio por anexações”. Além disso, considerou que se em seu início essa mensagem tinha um caráter defensivo, sua aplicação ainda assim era unilateral, visando tão somente ao atendimento das pretensões norte-americanas. Teoria de governo para uso particular de seu inventor, a Doutrina Monroe e suas respectivas releituras escondiam as pretensões norte-americanas ao estabelecimento do protetorado:

Os Estados Unidos queriam em tempo de Monroe, exatamente como agora, em tempo de Roosevelt, ser um acima de todos, e por isso fizeram constantemente ouvidos de mercador às reivindicações e acenos de camaradagem das suas irmãs latinas. É evidente que professavam atacar-lhes a soberania: nunca empregaram outra linguagem nem poderiam, razoavelmente, pensar em empreender outra contra o resto do continente guerras de conquista, como as que nos meados do século XIX intentaram com conhecido êxito contra o México, vizinho, que foi o bode expiatório dos primeiros brutais arrancos imperialistas do colosso<sup>177</sup>.

Agregando às antigas divergências diplomáticas novos conflitos ideológicos, Oliveira Lima revisava seu posicionamento aprofundando as considerações externadas no seu livro *Nos Estados Unidos*, deslocando suas reflexões da defesa da aproximação brasileira com este país para a da crítica dessa aproximação. Aderindo às críticas elaboradas pela Doutrina Drago de 1903 ao monroísmo, então considerado como um princípio abusivo por se reservar o direito de intervir nas repúblicas latino-americanas, preconizou que a aceitação tácita dos princípios do Pan-americanismo, implicava na abdicação “da soberania pela consagração do princípio de intervenção”<sup>178</sup>.

O rompimento com o monroísmo levou-o, nesse contexto, a defender o estreitamento de relações do Brasil com seus vizinhos latino-americanos nos moldes propostos, em 1826, por Simón Bolívar, cuja tônica recaía não só no objetivo de integralizar a autonomia

---

<sup>177</sup> LIMA, 1980, op. cit., p.39.

<sup>178</sup> Ibid., p.35.

americana, mas também no de congregar os meios necessários à resistência contra possíveis ameaças estrangeiras. Nesse sentido, defendeu a idéia de que os países latino-americanos deveriam zelar pela boa inteligência internacional, sem perder de vista a manutenção de sua própria soberania, o que em outras palavras significava trabalhar pela integração hemisférica sem a preponderância norte-americana, o que pressupunha a associação entre os princípios da Doutrina Monroe com os da Doutrina Drago.

A fusão entre as duas doutrinas, mais do que simbolizar a união do mundo anglo-saxônico com o latino-americano, funcionaria como um impedimento à ocupação e violação de territórios independentes, impedindo a transformação dos países hemisféricos em países tutelados ou interditos. Nessa visão, o Pan-americanismo apareceria dissociado do monroísmo, sendo concebido como a manifestação natural da cordialidade entre as nações, porém, sem laços formais ou compromissos especificados, e, sim com obrigações morais:

O pan-americanismo, na sua forma consciente e não somente numa modalidade instintiva, precedeu aliás a doutrina de Monroe como garantia protetora da liberdade americana. Como programa continental dispensa a generalização do monroísmo, que seria preciso arquitetar, oferecendo a vantagem prática de pertencer ao continente no seu conjunto e não exclusivamente aos Estados Unidos. Podemos qualificar o pan-americanismo de expressão purificada da doutrina de Monroe. [...] O pan-americanismo pode ser definido como a manifestação natural da cordialidade entre os diferentes membros políticos dum grupo de nações destinadas a formar uma sociedade sem laços legais, nem compromissos especificados, mas com obrigações morais, mais fortes precisamente porque são inspiradas por um senso comum de responsabilidade que se deriva dum sentimento compreensivo e salutar do dever humano<sup>179</sup>.

Contrapondo-se ao estabelecimento de uma aliança com os Estados Unidos, declarava-se partidário da aproximação com a Argentina e com os países latino-americanos, bem como da manutenção de vínculos com a Europa (com que os países continentais possuíam maior identidade de interesses, fossem eles financeiros, comerciais, ou intelectuais), a seu ver

---

<sup>179</sup> LIMA, M. O. O Brasil como potência americana. p.103-104. In: LIMA, M. O. **Aspectos da história e cultura do Brasil**. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.

medida adequada a contrabalançar a influência norte-americana<sup>180</sup>. A defesa de uma aproximação maior com a América Latina, bem como as críticas dirigidas à política do *Big Stick*, levou-o a diminuir as queixas à Nabuco sobre o estilo diplomático implantado pelo Barão. Agora que seu conterrâneo se tornara seu principal colaborador, já não fazia sentido proceder assim, não sendo por outra razão que preferia aproveitar suas “crises de azedume” em correspondência de outra espécie, a oficial, em que podia “fazer maldades sem receio de incomodar amigos”, a quem estimava<sup>181</sup>.

Desde seus primeiros tempos na Embaixada de Washington, Joaquim Nabuco passou a atuar não apenas no sentido de promover o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, mas também no de defender o Pan-americanismo, então concebido como a união americana para ajuda recíproca sob a natural ascendência norte-americana<sup>182</sup>. Causa derradeira de sua vida, tomada como o ponto de partida de uma nova era nacional, expressou-se logo de início no discurso de apresentação das credenciais de Embaixador ao Presidente norte-americano no qual não só reconheceu o papel proeminente dos Estados Unidos no cenário político mundial, bem como fez votos para que sua esfera de influência se estendesse à outras regiões, que não somente a América Latina:

O fato é que a posição deste país no mundo lhe faculta grandes iniciativas ainda nessa direção do comum ideal americano. Pela nossa parte veremos sempre toma-las com o mesmo interesse continental e a mesma segurança nacional que hoje. Todos os votos do Brasil são, com efeito, pelo aumento da imensa influência moral que os Estados Unidos exerceram sobre a marcha da civilização e que se traduz pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e de livre competição humana. Nós imaginamos esta influência ainda mais largamente benfazeja no futuro, não só para as duas Américas como para o mundo inteiro<sup>183</sup>.

---

<sup>180</sup> LIMA, 1980, op. cit., p.44.

<sup>181</sup> Carta de Flora de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Caracas, 19/08/1905/FJN.

<sup>182</sup> NOGUEIRA, M. A. **As desventuras do liberalismo**. Joaquim Nabuco. A Monarquia e a república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.206-207.

<sup>183</sup> Discurso pronunciado por ocasião da apresentação das credenciais de Embaixador do Brasil ao Presidente Roosevelt. 24/05/1905. In: COSTA, J. F. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p.72-73.

A defesa empreendida por Joaquim Nabuco ao Pan-americanismo, tinha por princípio a idéia de que na passagem do século XIX para o XX as alterações promovidas no cenário internacional haviam possibilitado a estruturação de um sistema internacional distinto do formado pela Europa, Ásia e África, em cujo centro os Estados Unidos figuravam como novo pólo de poder. Amalgamado pela retórica do Pan-americanismo<sup>184</sup>, este sistema internacional acarretara a constituição de uma “zona neutra de paz” em contraposição à “zona beligerante” européia<sup>185</sup>, num cenário internacional em que as grandes potências, apoiadas nos recursos de poder, exerceriam hierarquicamente seu domínio.

Nessa linha, aos países latino-americanos, restava como alternativas possíveis para a manutenção da soberania nacional o alinhamento com a potência emergente, os Estados Unidos, já que, a seu ver, a aproximação com a Europa imperialista conduziria inevitavelmente à recolonização. Esta visão levou-o a aceitar os termos do Corolário Roosevelt e da política do *Big Stick*, e a justificar as intervenções realizadas na América Latina como um desdobramento natural do crescimento econômico norte-americano, não implicando em riscos de anexação territorial ou em controle político.

Seu monroísmo não distinguia a reformulação imposta pelo Presidente Roosevelt à mensagem de 1823 e sequer considerava os perigos que poderiam advir, para a independência de ação das nações hemisféricas, da formalização da ascendência norte-americana sobre o restante do continente. Pelo contrário, considerava que para nações destituídas de recursos de poder a aproximação com os Estados Unidos era um verdadeiro privilégio:

Para nós a escolha está entre o monroísmo e a recolonização européia. O equilíbrio dos dois mundos não permite mais a existência das nações isoladas dele e tirando benefícios dele. Hoje a proteção impõe deveres às nações que a recebem, e a única proteção da América é o sea power que só os Estados Unidos tem nela. Monroísmo é assim a afirmação da independência e integridade nacional pelo único sistema que as pode garantir. Quero inteligência que pareça aliança tácita. Agora o Brasil

---

<sup>184</sup> BUENO, 2003, op. cit., p. 165.

<sup>185</sup> NABUCO, J. O quinhão da América na civilização. p. 191. In: **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: Benjamin Águila, s/d.

procede com a Alemanha como a França não ousaria. Em que se fia? Sem o sea power, um bloqueio alemão do Rio e Santos nos faria *stew in our juice*, que nesse caso seria suco de café (muito caro). Gozar de uma vantagem como o monroísmo sem o reconhecer é mesquinhez e hipocrisia [...] <sup>186</sup>

Partidário de uma aliança tácita com os Estados Unidos, que excluía quaisquer políticas que não passassem por uma aprovação prévia deste país, contrapôs-se ao desenvolvimento de uma política regional ou de maior aproximação com a Europa, que a seu ver poderia não só obstaculizar o estabelecimento da aliança com o Norte, mas também fortalecer as pretensões européias de que a influência da Doutrina Monroe no Cone Sul fosse excluída. No contexto em que Rio Branco procurava conciliar a diretriz pan-americanista da diplomacia brasileira com o desenvolvimento de acordos bilaterais ou trilaterais com as nações platinas, Nabuco radicalizou opiniões considerando verdadeira infelicidade o estabelecimento de alianças sul-americanas <sup>187</sup>.

Ancorado nessa visão das relações internacionais formulou e defendeu um projeto de união entre as nações americanas, em que estas se aproximariam em função de interesses comuns, resultando a longo prazo na ascensão natural de todas elas, bem como na constituição de um modelo diferenciado de civilização, cujas bases seriam as questões jurídicas, democráticas e legais, o que só seria possível mediante a aproximação com os Estados Unidos e a formação de uma opinião pan-americana supranacional <sup>188</sup>.

No primeiro caso, a aproximação entre Estados Unidos e América Latina resultaria num lento processo de “americanização” da parte centro-sul do continente, que se impregnaria do “otimismo, energia e intrepidez” norte-americana, ao passo em que no segundo aspecto a formação de uma opinião pública pan-americana acarretaria o progresso material e espiritual,

---

<sup>186</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.347. (grifos do autor).

<sup>187</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, Washington, 18/01/1908. In: **Cartas**. v.2, p.301.

<sup>188</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 211.

bem como a proteção dessas nações contra eventuais abusos:

Uma opinião pública americana polirá à maior perfeição as instituições públicas dos Estados Americanos, mas essa opinião está ainda em formação. A sua fase inicial ou preparatória será a publicidade continental, publicidade não só desimpedida mas desapaixonada, clara e verdadeira, começando com a inviolável liberdade da imprensa. Quando essa opinião chegar a seu completo desenvolvimento, fazer parte da União das Repúblicas Americanas importa imunidade para cada uma delas, não só de conquistas estrangeiras, mas também de governo arbitrário e suspensão pública e individual<sup>189</sup>.

No processo de constituição dessa união, até que os países latino-americanos atingissem o grau de progresso material necessário para a consolidação da mesma, o Brasil desempenharia papel importante. Espécie de carro-chefe, atuaria como um artífice desse processo mediante a exemplificação<sup>190</sup>, desdobrando-se daí o empenho realizado pelo Embaixador para que o país se tornasse mais conhecido nos meios internacionais, sobretudo, nos meios norte-americanos.

A adoção apaixonada de Nabuco à defesa do ideal da aproximação americana, não passou despercebida a Oliveira Lima, que tinha mesmo dificuldades de saber se era a manifestação de idéias pessoais ou se eram a expressão de concepções governamentais. Este acabaria por estender suas críticas ao Embaixador. A deriva ideológica da admiração inicial ao Pan-americanismo à posterior crítica deste terminaria por afastá-lo paulatinamente do amigo, colocando fim à amizade construída entre Southweel e Cornwall Gardens.

### **3.3 O rompimento entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**

Desde a ascensão de Rio Branco ao Ministério das Relações Exteriores, as trajetórias de Oliveira Lima e de Joaquim Nabuco no seio da diplomacia seguiram caminho inverso do que fizeram até então.

---

<sup>189</sup> NABUCO, J. As duas Américas. In: NABUCO, s/d, op. cit., p.150.

<sup>190</sup> NABUCO, 2005, op. cit., v.2, p.431-432.

No caso de Lima as contrariedades desencadeadas pelo não atendimento de suas pretensões, agravadas pelo isolamento em que o Barão o situara em decorrência da quebra dos protocolos, dos embates político-diplomáticos dos anos 1903-1904, em que, não obstante estivesse designado para a legação peruana, permaneceu no Brasil, alçaram-no à delicada posição de protagonista de uma história ampla de desentendimentos pessoais, de conflitos funcionais e de franca oposição às diretrizes do Itamaraty, consolidando, assim, a imagem de personalidade polêmica, por isso mesmo de difícil trato, segundo reconheceu Nabuco em momentos distintos da correspondência que mantiveram por alguns anos:

Se lhe fizesse o retrato, diria que o seu defeito é o temperamento rebelde, ou o amor próprio revolucionário, e talvez a idéia do que vale por si mesmo, de modo a poder afrontar as divindades superiores. Ninguém vale por si ou tem valor próprio entre nós. Isto eu dizia sempre e disse-lhe ao sr. mesmo a respeito do próprio Rio Branco (digo o próprio porque *à tout seigneur tout honneur*) quando ele andava queixoso e descontente. Mas mesmo a sua rebeldia natural é domesticável, *amenable to gentle handling e nice treatment*<sup>191</sup>.

Em contrapartida, para Nabuco a permanência de Rio Branco na direção da pasta das relações exteriores significou não apenas a possibilidade de reconciliar-se definitivamente com os destinos políticos do país, já que o cargo para o qual fora designado pressupunha identificação com as diretrizes governamentais<sup>192</sup>, mas também o ensejo de subverter perante si mesmo, e talvez perante o próprio país, o malogro do arbitramento da questão de limites com a Guiana Inglesa.

Efetivamente, se a carreira de Lima seguia marcha descendente, com Nabuco dava-se o inverso. O percurso ascendente de sua carreira projetava-o no cenário brasileiro como uma das figuras mais destacadas do período, contribuindo para esse processo, além das disposições de Rio Branco no que dizia respeito aos intelectuais em questão, a quebra do consenso no caso de Lima, e a manutenção deste no caso de Nabuco. Enquanto o primeiro explicitava suas

---

<sup>191</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Londres, 10/09/1904/FJN. (grifos do autor).

<sup>192</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 213.

divergências, o segundo as manifestava apenas nos bastidores<sup>193</sup>, por entender que as questões de política externa deveriam pairar acima das divergências pessoais e dos conflitos domésticos. Nesse sentido, esse período seria decisivo para a associação da imagem de Oliveira Lima ao movimento anti-pan-americano, em contraposição à imagem que se consolidaria de seu conterrâneo como principal representante da corrente contrária.

Admirador de Nabuco, desde seus tempos de juventude, Oliveira Lima procurou, sempre que possível, assegurar a relação construída nos anos finais do Segundo Reinado e nos primeiros anos do regime republicano, evitando, por isso mesmo, confrontos diretos no campo das idéias e concepções políticas, o que talvez explique, em parte, o fato de não tê-lo criticado diretamente pela postura declaradamente monarquista. Mas se até então a ausência de interesses em conflito determinava essa postura, agora era diferente, o rompimento com as regras do jogo político lhe permitia externar opiniões até sobre a atuação de seu conterrâneo.

A experiência adquirida nos assuntos internacionais em virtude dos anos dedicados à diplomacia, que até então lhe permitiram atuar como secretário de legação, encarregado de negócios e ministro plenipotenciário, em locais distintos como Lisboa, Berlim, Washington, Londres e Tóquio, além da experiência de trabalho na Venezuela, permitia-lhe tanto avaliar as diretrizes da política externa norte-americana, quanto as que o Ministério das Relações Exteriores imprimiam à diplomacia brasileira, na qual Nabuco se destacava. Mais do que isso, levava-o a atentar para o comportamento “mimético”<sup>194</sup>, isto é, pouco crítico, do Embaixador, que o levava a defender as causas abraçadas de maneira um tanto quanto apaixonada, e muito embora reconhecesse o papel proeminente que os Estados Unidos

---

<sup>193</sup> Em diversos momentos Joaquim Nabuco discordou de Rio Branco, mas não publicamente, e sim nos bastidores, limitando-se a externar suas contrariedades na correspondência pessoal trocada com alguns amigos, dentre os quais, Graça Aranha e seu cunhado Hilário de Gouvêa, além de registra-las algumas vezes em seu diário.

<sup>194</sup> A seu ver, nos Estados Unidos, “Nabuco [...] ficara *too American*, como em Londres fora *too British*, na Itália *too Roman* e na França seria *too French*. In: LIMA, 1937, op., cit., p.212. (grifo do autor).

passaram a desempenhar no sistema internacional da época, permitia-se discordar desse posicionamento:

Tenho acompanhado com curiosidade e interesse as manifestações de seu monroísmo, ou melhor, do seu Rooseveltismo e, apesar de conhecer o entusiasmo que o seu temperamento põe em todas as coisas porque se apaixonou, não o julgava capaz de tanto americanismo ...do norte. Não posso dizer que o aplaudo sem reservas, porque o meu monroísmo é menos caloroso e o meu Rooseveltismo o é mto menos. Reconheço as qualidades do astro que o Snr descobriu tão fulgurante do seu “observatório político”, mas também vejo, posto que a olho nu, sem o telescópio do seu grande talento, as manchas do sol. Vejo mta preocupação do efeito, bastante pretensão e agitação, algo de vulgaridade e de falta de sinceridade, e não pouco rastaquerismo, no seu Cônsul. Será porque o examinei do observatório venezuelano à uma luz defeituosa (?). O Snr aliás tinha bem razão quando uma vez escrevia que eu devia vir à América do Sul p completar o conhecimento do nosso mapa-mundi diplomático. A minha instrução no assunto não seria completa sem esse espetáculo, e o momento não foi mal escolhido porq a comédia está no ponto culminante da intriga. No Japão e na china apreciei qto pode ser ordinário um europeu culto, e em Venezuela estou vendo como podem ser ladrões e especuladores europeus e americanos. Não cerro os olhos às faltas, aos crimes mesmo do país, dos nacionais. Mas o outro lado não oferece coisa alguma de ms moral e edificante <sup>195</sup>.

Suas discordâncias nesse período referiam-se também ao fato de Nabuco querer fazer dessa “entente ultra-cordiale” (a união entre Brasil e Estados Unidos) seu triunfo pessoal, que, aliás, se daria ancorado numa política que não era novidade, mas sim fruto de uma longa tradição. A seu ver tal postura era temerária por pretender estabelecer alianças rígidas entre países que na prática eram profundamente desiguais, do que resultaria senão uma situação de dependência para o Brasil, pelo menos uma situação de desfavor <sup>196</sup>, o que o levou, nos artigos escritos para o jornal *O Estado de São Paulo*, a criticar a política de desmesurada e incondicional simpatia pelos Estados Unidos, bem como a convicção cega no papel benéfico da hegemonia norte-americana:

A um espírito menos otimista, que infelizmente os há, para não ser tão completo o gáudio da humanidade, acudirá, apenas à guisa de comentário histórico, quando não seja político, que “a vasta zona neutra da paz e de livre concorrência humana” criada pelos Estados Unidos, o foi não somente pela paz. Não há, pelo que conste dos fastos humanos, construção alguma poderosa entre as nações que não tenha sido cimentada com sangue. A

<sup>195</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco. Caracas, 23/10/1905. Apud, GOUVEA, op. cit., p.689-690.

<sup>196</sup> LIMA, 1937, op. cit., p.211.

guerra continua desgraçadamente a ser a base do desenvolvimento político. O impulso recente tomado pelos Estados Unidos originou-se numa guerra estrangeira que fez perder à Espanha, em benefício da raça saxônica, as suas últimas colônias, e não é com intenções cordiais que se faz de seguida voltar o bengalão de Roosevelt sobre as cabeças de certas repúblicas hispano-americanas como Colômbia, Venezuela e São Domingos<sup>197</sup>.

Longe de se limitarem a criticar a política do *Big Stick* e a ingenuidade de seus partidários, os artigos desse contexto, que seriam posteriormente reunidos no volume *Pan-americanismo*, abriram franca discordância à política seguida pelo Ministério das Relações Exteriores, sobretudo, durante a realização da *III Conferência Internacional Americana*, no Rio de Janeiro entre os dias 23 de julho e 27 de agosto de 1906, quando a Chancelaria brasileira empenhou-se de maneira particular não apenas para ampliar o prestígio nacional, mas também para estreitar os vínculos com os Estados Unidos.

Realizada num momento crucial da história do continente, em que os Estados Unidos, sob a bandeira do Pan-americanismo, esforçavam-se por demarcar sua esfera de influência, contou com a participação de todos os países hemisféricos, exceto o Haiti, que não compareceu por problemas financeiros, o Canadá, que não foi convidado e a Venezuela, que recusou-se a participar do evento por ter sido excluída das negociações preliminares, realizadas em dezembro de 1905, e muito embora seus resultados práticos não tenham sido muito expressivos, representou para o continente uma conquista diplomática significativa, na medida em que diminuiu as cisões existentes entre os países americanos<sup>198</sup>.

No contexto em que o país, representado por Joaquim Nabuco, se empenhava para o estreitamento das relações com os Estados Unidos e pela vinda do Secretário de Estado norte-americano Elihu Root ao país, o primeiro a visitar um país latino-americano, Oliveira Lima, recém-saído de uma negociação auspiciosa com o governo venezuelano em torno do território

---

<sup>197</sup> LIMA, 1980, op. cit., p.43.

<sup>198</sup> BUENO, C. O Brasil e a Terceira Conferência Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906). **Estudos Históricos**, Marília, n.13/14, p. 7-84, 1975.

entre a nascente do Memachi até o serro Cupi, tomou partido da Venezuela, elaborando críticas sobre o que considerava uma tentativa norte-americana para efetivar sua ascendência sobre a América Latina:

Que conferência Pan-americana é essa em que falta a Nação de Bolívar, onde 1º se ergueu o grito de libertação do mundo hispano-americano, donde irradiou a alforria de cinco repúblicas e onde 1º governou a idéia de Pan-americanismo, concretizada no Congresso do Panamá? Aliás, deploro, eu que não sou ministro, à outrance, a ausência da nação que sob o P. Castro mais tem lutado por firmar sua soberania em frente as agressões européias e também às exigências americanas<sup>199</sup>.

Nesse sentido, rompendo em caráter definitivo com as diretrizes da política externa brasileira, posicionou-se contrariamente aos termos em que o evento havia sido organizado, que indiciava a existência de possíveis pressões por parte dos Estados Unidos sobre os representantes dos demais países, direcionando suas críticas para o temário da conferência, sobretudo, no que dizia respeito aos temas mais espinhosos, como a Doutrina Drago, a Doutrina Monroe, o arbitramento, além da visita do Secretário de Estado ao Brasil, em torno dos quais Rio Branco e Joaquim Nabuco se empenhavam para que não fossem incluídos a fim de não despertar antigas controvérsias entre os países representados na Conferência.

A polêmica provocada pelos artigos, como não poderia deixar de ser, repercutiu no cenário nacional levando personalidades importantes a pronunciar-se contra o teor das críticas, tal foi o caso de Euclides da Cunha que aconselhou o polêmico diplomata a ser mais discreto no teor de suas críticas ao Pan-americanismo<sup>200</sup> e de Francisco Glicério que o criticou no Senado. Além destes, o Embaixador que, preocupado com o potencial combativo de Lima na imprensa, que ameaçava colocar abaixo o projeto que abraçara como causa maior de sua vida, a defesa do Pan-americanismo, recorreu a amigos no sentido de amenizar os efeitos da “perigosa propaganda”:

O Lima escreve-me tão interessado em que o Root não vá ao Rio, tão desejoso de que tudo por que me tenho esforçado naufrague, que as cartas dele parecem mal encaminhadas para mim [...] sei que Rio Branco ofereceu-lhe o México e ele recusou. Confesso que o preferia ver pela Europa nesta

<sup>199</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Caracas, 31/01/1906/FJN.

<sup>200</sup> BÁGGIO, K. G. A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha. **Estudos de História**, Franca, v.7, p.55-68, 2000.

ocasião e no uso das águas durante a conferência. É um torpedo diplomático. E que estará ele escrevendo em São Paulo? Não deixe de mandar-me. Não diga nada disto a ninguém, mas esteja prevenido e inutilize o mal que ele possa fazer. É singular e raro tudo isso. Estará possuído só de ódio ou também de ambição? É mais ressentimento ou cálculo?<sup>201</sup>

Conhecedor do crônico “espírito de rebeldia” de Oliveira Lima e de seu desejo de ocupar cargos na Europa, que pudessem assegurar a continuidade de sua produção histórica, Nabuco não escondia o desejo de vê-lo atendido em suas pretensões, talvez por considerar que esse era o único meio favorável ao arrefecimento de sua atuação polemista e à retirada dos obstáculos que esta poderia colocar à realização da Conferência, não deixando de ter razão ao manifestar que entre um cargo no México (que Rio Branco lhe oferecera e que ele recusou prontamente, afirmando que não aceitaria outros cargos que não fossem na Europa<sup>202</sup>) e outro no Velho Mundo, preferia vê-lo no continente europeu.

Assim, contrariado com a postura de Lima, Nabuco, escreveu-lhe referindo-se aos motivos de seu silêncio e ao pesar que suas cartas lhe causavam, não imaginando que ao temperamento de Lima ocorrências desse tipo não passavam sem resposta, dando origem a profundos ressentimentos, criando embates pessoais que dificilmente seriam superados, tal qual ocorrera com Rio Branco:

O Sr não se deve admirar de não ser eu tão ativo na minha correspondência como antigamente. Eu a compreendi sempre como prazer e somente escrevo para ser agradável aos meus amigos. Ora não é justo que eles em troca me escrevam cartas que pareçam ter somente o propósito de me fazer passar un mauvais quart d'heure. Nem sei porque sou o escolhido para manifestações dessas tão em contrário daquilo porque me estou esforçando e de tudo quanto possa ser alcançado. Estas palavras bastam para lhe dizer a impressão que me deixa a leitura das suas cartas de certo tempo a esta parte. O Sr parece interessado em que a conferência naufrague, toma o partido da Venezuela, condena os que me auxiliam aqui, tudo isso é seu direito, mas eu não compreendo porque o exercita dirigindo-se a mim mesmo, que nunca lhe falei nem lhe escrevi senão para lhe ser agradável<sup>203</sup>.

<sup>201</sup> Carta de Joaquim a Graça Aranha, Washington, 02/03/1906. In: **Cartas**, v.2, p.248-249.

<sup>202</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Caracas, 16/02/1906/FJN.

<sup>203</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Oliveira Lima, Washington, 1/03/1906/FJN. (grifo do autor).

Fiel ao seu temperamento ousado e audaz, que a alguns parecia temerário e jactancioso, mas que para si era sinal de autoconfiança<sup>204</sup>, e, defendendo o que considerava um direito de cidadão, o de externar suas próprias idéias, sobre os mais diferentes assuntos, Oliveira Lima não se fez tardar na resposta, que funcionou como uma verdadeira afronta ao americanismo de Nabuco, tanto por repudiar sua conduta diplomática, quanto por desqualificar seu empenho na realização da Conferência Americana:

Vejo que fiz uma gaffe, pois que o regime de turbulo a que o Snr tem andado sujeito, posto que muito agradável para si tolhe essa liberdade [a de dizer verdades]a amigos do meu gênero. Entretanto se o snr tivesse alguns assim no Brasil, ver-lhe-iam que a sua política de excessivo americanismo não é bem vista da opinião brasileira, nem da opinião latino-americana em geral, nem, segundo estou informado, do nosso próprio governo, e que o Snr tem sido ms censurado do que deve. Isto é o que me dizem os jornais, publicações e cartas, e como tão pouco partilho do seu entusiasmo rooseveltiano, entendi que não havia pecado em deixá-lo perceber. Ao que parece [...] o snr ficou irritado com a minha franqueza (defeito meu, reconheço), que, é evidente, não era nada com o Embaixador, sim com o Amigo. Não tomo partido da Venezuela, nem tenho que toma-lo: apenas considerei a meu modo, quero crer que imparcialmente o que ocorreu. Não desejo que a Conferência naufrague, apenas preferindo que assim aconteça se ela tivesse que marcar uma vassalagem do Brasil à política do atual presidente dos E. Unidos. De resto, a Conferência já está despida da importância que devia ter [...] <sup>205</sup>.

Em face dessas considerações a amizade construída entre Southwell e Cornwall Gardens chegou ao fim, por não haver conseguido sobreviver ao “oceano” de contrariedades desse tumultuado período, que envolveu conflitos pessoais, divergências diplomáticas, embates referentes às concepções de política externa, além de interesses semelhantes no que dizia respeito à ocupação dos cargos mais expressivos. Encerradas as relações, ambos prosseguiram na diplomacia, Joaquim Nabuco na Embaixada de Washington, Oliveira Lima em Bruxelas (finalmente conseguiria o tão sonhado posto na Europa). Nesse período o percurso seguiria roteiros semelhantes no que dizia respeito às atividades intelectuais, não, porém, nos assuntos de política internacional.

<sup>204</sup> LIMA, 1937, op. cit., p. 210.

<sup>205</sup> Carta de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco, Caracas, 18/03/1906/FJN. (grifo do autor).

Nabuco continuava americanista. Com o auxílio de Rio Branco não só revertera o quadro de decepções deixadas pelo laudo arbitral de 1904, mas também passara a figurar no panteão dos heróis nacionais, como deixou claro sua participação na Conferência no Rio de Janeiro, ocasião em que, triunfalmente recepcionado pelos estudantes de Belo Horizonte, São Paulo e do Recife, bem como pelos jornalistas e diplomatas de plantão, aproveitou para aderir publicamente ao regime que outrora combatera<sup>206</sup>.

De volta aos Estados Unidos, direcionou sua propaganda acerca do Pan-americanismo para a realização de discursos e conferências, que o levaria não só a divulgar a cultura luso-brasileira, mas também a elogiar as virtudes americanas, a seu ver ancoradas na imigração, na democracia e no sistema educacional norte-americano, as grandes contribuições deste país para a humanidade<sup>207</sup>. Realizadas perante instituições norte-americanas, como o clube liberal de Búfalo, as universidades de Columbia e Yale, a *Corcoran Gallery of Art* e as Universidade de Winsconsin e de Chicago, durante os anos de 1907 e 1909, renderam-lhe os títulos de Doutor em Letras e em Direito.

Curiosamente, o posicionamento assumido na propagação do ideal pan-americano levou-o, embora não publicamente, a discordar das orientações dadas por Rio Branco à política externa brasileira durante a realização da *II Conferência de Paz de Haia* (1907), em que se preocupou com a discordância brasileira em relação à postura norte-americana, considerando um contra-senso a tese jurídica de igualdade das nações defendida por Rio Branco, que, a seu ver, não respeitava a lei de proporção essencial a qualquer contrato social<sup>208</sup>.

Oliveira Lima por sua vez, após um período de licença passado no Velho Mundo, de onde acompanhou e continuou a atacar a Conferência, seguiu para Bruxelas, cidade em que permaneceria entre os anos de 1908 e 1912. Nesse período, sua visão realista a respeito das relações interamericanas aproximou-o das concepções do Barão, o que é perceptível pela carta

---

<sup>206</sup> NABUCO, 1958, op. cit., p. 429.

<sup>207</sup> NABUCO, op. cit., s/d.

<sup>208</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, Washington, 20/10/1907. In: **Cartas**. v.2, p.291.

publicada no *Jornal do Recife* a 26 de agosto de 1906, com que se defendeu da alcunha de anti-pan-americanista, com que a imprensa passara a qualificá-lo.

Na ocasião, julgando inconveniente a associação que se fazia entre o seu nome e a corrente dissidente do Pan-americanismo, colocou-se tão somente como um escritor que nada mais fazia senão procurar trabalhar com resultados no domínio da História nacional, prezando, por isso mesmo, a independência de opinião, ao passo em que reafirmou a manutenção nas posições assumidas anteriormente no seu livro *Nos Estados Unidos*, no que dizia respeito à associação entre os dois países, considerando apenas insensato que esta se desse em prejuízo do Brasil:

O que não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições européias de interesses comerciais e econômicos de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica [...] Para o Sr Barão do Rio Branco (tenho razões para supô-lo, sem que s. Ex.a me tivesse jamais feito suas confidências a respeito), a amizade americana não deve significar a subalternação brasileira, isto é, a abdicação da nossa personalidade internacional mediante a supressão, em homenagem aos Estados Unidos, dos nossos juízos e preferências. Não desejo eu próprio coisa diversa e o que tenho escrito sobre o pan-americanismo somente pode ser levado à conta do receio de que alguns consigam arrastar demasiado longe, por fantasias oratórias e diplomacia imaginativa, uma *entente* que tem base sólida e prática sobre que assentar, mas que é em extremo desigual para lograr ser absoluta em todas as suas faces<sup>209</sup>.

Ocupando o cargo de ministro em Bruxelas, em 1908, com acreditação também em Estocolmo direcionou sua atuação para uma vertente mais intelectual, perceptível pela realização de conferências em instituições européias e pela publicação de artigos para a imprensa, nos quais, embora ainda se ocupasse de assuntos de política externa, tratou de questões referentes à história e à evolução política do Brasil, expressos nos textos *Le Brésil, Ses limites, Ses Voies de Pénétration, Sur L'Evolution d'une Ville du Nouveau Monde, La conquête du Brésil* e *A proteção dos aborígenes*, além de questões referentes à História do Império, expressa no livro *Formação Histórica da nacionalidade brasileira*<sup>210</sup>.

<sup>209</sup> LIMA. (grifo do autor) . apud ALMEIDA, op. cit., p.133.

<sup>210</sup> LIMA, 1997, op. cit.

Nesse período, embora as críticas sobre o Pan-americanismo tivessem arrefecido, seu posicionamento continuou a se chocar com o de Joaquim Nabuco, o que é perceptível pelas queixas que este continuou a dirigir a amigos, dentre eles, Graça Aranha<sup>211</sup> e José Carlos Rodrigues, além de sua esposa Evelina Nabuco, dos ataques que seu conterrâneo continuava a lhe dirigir:

O Oliveira Lima tem me atacado por vezes nos jornais e muito em cartas. Quem diria? Nunca lhe fiz senão bem. Não me deve nada entretanto porque não guardo lembranças desses seus modos de ser. Ele é assim. Se fosse magro, seria talvez diferente. É verdade que D. Flora é magra. Mas é que ele é gordo e ela azedou pela obesidade dele. Pobre Lima! Que mau bilhete ele tirou na loteria da vida com tal obesidade! No jornal ele escreveu uma vez que não há animal mais pretensioso na criação do que um embaixador...a não ser uma embaixatriz. Isso não era contigo nem comigo, mas com os embaixadores que ele encontrou na Europa, mas que frase para um colega! E os títulos dos artigos! Cada um para um diplomata é um auto de corpo de delito [...] <sup>212</sup>.

Na Embaixada de Washington, Nabuco terminou os seus dias como o maior propagandista brasileiro das relações entre Brasil e Estados Unidos, e, como não poderia deixar de ser, como propagandista do Pan-americanismo, causas importantes que vieram não somente contrabalançar o ostracismo político da primeira década republicana e reverter o malogro da questão de limites com a Guiana Inglesa, mas, sobretudo, completar o seu processo de adesão à República<sup>213</sup>, regime que acabou por alçá-lo ao panteão dos “heróis” nacionais.

Na cidade de Washington, onde faleceu em 19 de agosto de 1910, recebeu as exéquias do governo norte-americano, mas de conformidade com seu desejo, anteriormente manifestado, seus despojos foram transportados para o Brasil, a bordo do Cruzador *North Carolina* da marinha americana, sendo, logo após as homenagens brasileiras realizadas na capital federal, enterrado no cemitério de Santo Amaro, no Recife.

<sup>211</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, Schwabach, 26/08/1907. In: **Cartas**. v.2, p.283.

<sup>212</sup> Trecho de carta a Evelina Nabuco, Rio de Janeiro, 24/09/1906. In: NABUCO, 2005, op. cit., v.2,p.390.

<sup>213</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 215.

Já seu conterrâneo afastou-se da diplomacia três anos depois do seu falecimento, e um depois do de Rio Branco, isto é, em 1913, em virtude não só de problemas de saúde (obesidade e problemas renais), mas também das inúmeras celeumas com que se envolveu desde a ascensão do Barão ao Ministério das Relações Exteriores, que colocaram fim a uma carreira admirável que lhe facultara transitar por espaços importantes de seu momento histórico, que veicularam suas obras e consolidaram sua reputação de intelectual proeminente no campo da diplomacia e da história.

Aposentado, aos quarenta e cinco anos de idade, entregou-se com mais afinco as atividades jornalística e historiográfica, que, desde então, ocupariam o centro de suas atenções. Transformado em intelectual em tempo integral, depois de passar alguns anos em Pernambuco em virtude da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que o impedira de retornar a Londres, como era de seu desejo, por haver manifestado simpatias à Alemanha, embarcou para os Estados Unidos em 1920 fixando-se, desde então, na cidade de Washington. Na capital norte-americana dedicou-se ao ensino universitário, mediante a atuação de professor de Direito Internacional na Catholic University of America (CUA), à instalação de sua biblioteca, à carreira de historiador e à realização de conferências nas universidades de Stanford, Cornell, Columbia e Harvard, em que discorria acerca de assuntos variados referentes à história nacional.

Nessa cidade também terminou seus dias, em 28 de março de 1928, ainda como um crítico do Pan-americanismo<sup>214</sup>, embora sua preocupação maior não fosse mais a de combater posições divergentes no âmbito da diplomacia, e sim a de assegurar o relevante posto que havia conseguido para si mesmo – o de Embaixador da intelectualidade brasileira.

---

<sup>214</sup> LIMA, M. O. Feições da política externa e do desenvolvimento econômico do Brasil. In: LIMA, M. O. **Aspectos da história e da cultura do Brasil.** Lisboa: Livraria clássica, 1923.

## **CONCLUSÃO**

Na passagem do século XIX para o XX as alterações promovidas no sistema internacional com a emergência dos Estados Unidos como novo pólo de poder, refletiram-se de alguma forma na política externa brasileira que, no transcurso do Império para a República, passou a deslocar seu eixo da Europa para a América, num processo gradual cujo clímax foi durante a gestão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). Longe de se dar de maneira consensual, essa inflexão despertou desde o princípio a manifestação de opiniões distintas por parte de representantes políticos e também por parte da intelectualidade brasileira, que ou se lhe mostraram favoráveis ou se posicionaram contrários a essa diretriz.

No rol dos intelectuais que se preocuparam com essa temática, a da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, e, num desdobramento, com a temática do Pan-americanismo, destacaram-se duas figuras – Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, cujas trajetórias mostraram-se particularmente importantes para se pensar não só a inflexão de política externa promovida pela implantação da República, mas também para se pensar a dinâmica diplomática da primeira década republicana, no que diz respeito à elaboração de diferentes visões sobre as alterações que se achavam em curso no cenário mundial. Isto porque, independente das especificidades de seus percursos, ambos os intelectuais elaboraram visões particulares que ficaram registradas na historiografia brasileira não apenas por haverem passado das críticas iniciais à posterior adesão, e vice-versa, mas também por serem representativas das concepções de grupos maiores presentes na sociedade brasileira de sua época.

O processo de construção dessas visões seguiu percursos importantes que dependeram tanto de suas vinculações ao universo político-cultural do Império ou da República, quanto das novas regras do jogo diplomático, que entraram em vigência com a ascensão de Rio Branco ao Itamaraty, que passaram a atender prioritariamente aos interesses nacionais, em detrimento dos interesses particulares.

No caso de Joaquim Nabuco, a herança monarquista ocupou papel particularmente significativo no desenvolvimento de suas concepções iniciais a respeito das relações entre Brasil e Estados Unidos. A visão herdada do Império levou-o desde os primeiros tempos do regime republicano a tecer considerações bastante negativas quanto à forma política predominante na América Latina (associada à anarquia, ao despotismo, à perda das liberdades políticas e à ausência de civilização), e como consequência a criticar a política de aproximação com os países continentais, o que se tornou perceptível pelo teor das considerações feitas acerca da intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada.

Posteriormente, seu retorno ao serviço diplomático brasileiro possibilitou-lhe acompanhar mais de perto a atuação do imperialismo europeu, e o descaso das potências européias para com os países latino-americanos, o que o fez aproximar-se do ideal pan-americano, muito embora nesse contexto seu americanismo fosse incipiente. Iniciada com seu retorno ao serviço diplomático brasileiro, abandonado em 1879 por conta de sua inserção na carreira política, essa revisão acentuou-se ainda mais com a decepção em relação ao Velho Mundo, por conta da derrota sofrida na questão de limites com a Guiana Inglesa, em 1904, durante a gestão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores.

Desde então, o americanismo incipiente dos anos 1901-1902 cedeu lugar a uma defesa apaixonada dos ideais pan-americanos sob a égide dos Estados Unidos, que o transformou não apenas num dos principais colaboradores da política iniciada pelo Barão, como também num dos maiores propagandistas dessa causa, muito embora suas concepções se diferenciassem um pouco das do chanceler, por haver priorizado a aproximação com a nação do norte, em detrimento das relações do Brasil com os países latino-americanos e com os europeus. Suas concepções a respeito do Pan-americanismo, destituídas do pragmatismo que permeava as concepções de Rio Branco, pautaram-se pela defesa de um alinhamento tácito a potência

hemisférica, chocando-se, por isso mesmo, com posições divergentes, presentes no cenário da época, dentre elas, as de Oliveira Lima.

Partidário do regime republicano Oliveira Lima, ao contrário de Nabuco, mostrou-se, desde o princípio, sintonizado com as diretrizes governamentais, embora ainda não tivesse aderido ao Pan-americanismo, o que o levou a não se contrapor às diretrizes diplomáticas inauguradas pela República. Tal fato favoreceu, de certa forma, sua adesão aos princípios da política externa norte-americana, durante sua permanência nos Estados Unidos como secretário da legação do Brasil na cidade de Washington. Suas posições a respeito da política externa brasileira mantiveram-se sintonizadas com as diretrizes governamentais até o momento em que seus interesses pessoais começaram a se chocar com os do Itamaraty, o que coincidiu com o início da gestão Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores.

As divergências pessoais originadas nesse período desdobraram-se em conflitos maiores no âmbito da diplomacia, e, como não poderia deixar de ser, na revisão de seu posicionamento a respeito do Pan-americanismo, que era um dos pilares da política adotada pelo chanceler. Desde então, a admiração inicial caminhou para a elaboração de críticas severas que o transformaram não apenas num diplomata dissidente, mas num dos principais críticos da política de aproximação com os Estados Unidos, posto que ao romper com as diretrizes da política externa nacional, passou a defender a aproximação com os países europeus e latino-americanos.

O acirramento de suas posições acabou por situá-lo em terreno distinto do de Joaquim Nabuco, no campo das concepções de política externa, colocando fim à relação de proximidade que os dois mantiveram por largos anos, contribuindo para isso não somente os diferentes posicionamentos adotados, mas também interesses maiores nos cargos diplomáticos mais expressivos, que no caso do primeiro não foram atendidos por Rio Branco.

As revisões elaboradas por Joaquim Nabuco e por Oliveira Lima, nesse período, se por um lado, deram ensejo à constituição de diferentes concepções em torno do Pan-americanismo, por outro deram margem à eclosão de conflitos internos ao Ministério das Relações Exteriores, justificando, assim, o presente estudo por permitir perceber a dinâmica em que foram geradas as diferentes visões de política externa, no que diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos e Brasil e América Latina, visões essas que sobrevivem de certa forma até hoje.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R., Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da república – um intelectual com as idéias fora do lugar ou com as propostas fora da época? **Remate de Males**, Campinas, n.24, p.121-137, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas. Itinerários divergentes.** Washington: 15/08/2002. Ensaio preparado para o seminário “Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil”.(IRBr: 28-29.08.02 no quadro das comemorações do Primeiro Centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/935BarOlivLimaSem22Ago.htm>>. Acesso em: jun. 2003 .

ALONSO, A. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, O. S. **Joaquim Nabuco e o pan-americanismo.** São Paulo: Editora Nacional, 1950 (Brasiliana 270).

BÁGGIO, K. G., A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha. **Estudos de História**, Franca, v.7, p.55-68, 2000.

BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BOLÍVAR, S. **Escritos Políticos.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

BOURDIEU, P. **As regras da arte.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUENO, C. A diplomacia da “consolidação”: a intervenção estrangeira na Revolta da Armada. **História**. São Paulo, v.3, p.33-52, 1984.

\_\_\_\_\_. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Da pax britânica à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas conferências internacionais americanas (1826-1906).** **Estudos Históricos**, Marília, n.20, p. 231-250, 1997.

\_\_\_\_\_. **Do idealismo ao realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902).** **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n.12, p.71-82, jul./dez.,1990.

\_\_\_\_\_. **História das Relações Internacionais : conceituação e fontes.** In: **Semana da História**, 2, 1980, Franca. **Memórias...**, Franca: UNESP,1980. p.117-127.

BUENO, C. **O Brasil e a terceira Conferência Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906).** **Estudos Históricos**, Marília, n.13/14, p.7-84, 1975.

BUENO, C. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. Questões e fontes relativas à História das Relações Internacionais do Brasil. In: *Semana de História*, 5, 1983, Franca. **Memórias...** Franca: UNESP, 1980. p.75-77.

BURNS, B. Rio Branco e sua política externa. **Revista de História**, São Paulo, n.58, p.367-381, 1964.

CARDOSO, M. S. Oliveira Lima: diplomata da Belle Époque. **Ciência e Trópico**, Recife, n.9, p.35-50, 1981.

CERVO, A. L. A conquista e o exercício da soberania (1822-1899). In: BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)** Brasília, DF: UNB, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 21).

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, J. F. **Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

COSTA, M. C. Abolicionismo e reconstrução nacional. O liberalismo social de Joaquim Nabuco. **Estudos de História**, Franca, v.4, n.2, p.133-141, 1997.

\_\_\_\_\_. O historiador Joaquim Nabuco e Guerra do Paraguai. **História**. São Paulo, v.14, p.13-31, 1995.

FIGUEIREDO, V. O contratualismo local de Joaquim Nabuco. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v.39, p.180-188, 1994.

FILHO, L. V. **A vida de Joaquim Nabuco**. 2.ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973.

GALVÃO, W. N; GOTLIB, N. B (Org.). **Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GOMES, A. C. Gilberto Freyre e Oliveira Lima: Casa Grande e Senzala e o contexto historiográfico no início do século XX. **História**, São Paulo, v.20, p.29-49, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Campinas: CECULT, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Escrita de si: escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

\_\_\_\_\_. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. **Remate de Males**, Campinas n.24, p.9-31, 2004.

GOUVÊA, F. C. **Oliveira Lima: uma biografia**. Recife: IAHGP, 1979, 3v.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos impérios (1875-1914)**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas : da biografia. In: REMOND, R. (Org.). **Para uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LINS, A. **Rio Branco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, 325).

LOBO, H. **O pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1939 (Brasiliana, 169).

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil(1808-1912)**. São Paulo: Ed. UNESP : Moderna, 1997.

MARSON, I. A. Liberalismo e escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso. **Revista USP**, n.17, p.102-113, 1993.

MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, São Paulo: FAPESP, 2001.

MELLO, E.C. Joaquim Nabuco. In: SILVA, A. C. (Org.). **O Itamaraty na cultura brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

MILZA, P. **Política interna e política externa**. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MORRIS, R. B. **Documentos básicos da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1956.

MOTA, C. G. Oliveira Lima e a nossa formação. In: SILVA, A. C. (Org.) **O Itamaraty na cultura brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

NABUCO, C. **A vida de Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros, 92).

NOGUEIRA, M. A. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, L.L. A ilusão americana. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil: Um banquete nos trópicos**. São Paulo: SENAC, 2001, v.1.

OTERO, D. P. Pan-americanismo y bloques regionales. La mediación ABC em el conflicto mexicano-estadunidense. **Anos 90**, Porto Alegre, n.10, p. 59-75, 1998.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PENN, J. O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo. In: **REVISTA AMERICANA: uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual: 1909-1919**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

**REVISTA AMERICANA:** uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919) Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

RICUPERO, R. Nabuco e os EUA: lições atuais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24. jul. 2005. Folha Dinheiro. p. B2.

\_\_\_\_\_. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

RODRIGUES, L. A. (Org.). **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANDES, N. F. A Nação redimida: o abolicionismo de Joaquim Nabuco. **Estudos de História**, Franca, v. 10, n.01, p.131-140, 2003.

SANTOS, F. M. A querela dos heróis: liderança política e *ethos* americano em Oliveira Lima e José Enrique Rodó. **História**, São Paulo, v.22, p.79-98, 2003.

\_\_\_\_\_. Um Éden germânico: Europa e América nas viagens de Oliveira Lima. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.35, p.23-46, 2005.

SANTOS, L. C. V. G. As várias Américas: visões do século XIX. **Estudos de História**, v.10, n.01, p.11-28, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo** ( do Congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Império e as repúblicas do pacífico: relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia- 1822-1889**. Curitiba: UFPR, 2002.

SILVA, G. A.; GONÇALVES, N. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SILVEIRA, H. G. **Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma de americanização nas relações internacionais do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SIRINELLI, J. F. Os Intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.231-269.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política externa norte-americana em relação à América Latina**. Bauru: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, T. E. Os Estados Unidos e a América Latina: um permanente mal-entendido? **Estudos Históricos**, Marília, n. 24, p. 447-463, 1999.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos : a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WHITAKER, A. P. **Os Estados Unidos e a independência da América Latina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

### Fontes impressas

#### Obras de Oliveira Lima

LIMA, M. O. Feições da política externa e do desenvolvimento econômico do Brasil. In: LIMA, M. O. **Aspectos da história e cultura do Brasil**. Lisboa: Livraria clássica, 1923, p 67-84.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. **Impressões da América Espanhola: 1904-1906**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

\_\_\_\_\_. **Memórias** (estas minhas reminiscências...). Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

\_\_\_\_\_. **Nos Estados Unidos**: impressões políticas e sociais. Leipzig: brockhaus, 1899.

\_\_\_\_\_. O Brasil como potência americana .In: LIMA, M. O. **Aspectos da história e cultura do Brasil**. Lisboa: Livraria clássica, 1923, p.85-105.

\_\_\_\_\_. **Pan-americanismo**: Bolívar, Monroe, Roosevelt. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

Cartas de Oliveira Lima. In: GOUVÊA, F. C. **Oliveira Lima**: uma biografia. Recife: IAHP, 1979, 3v.

Rio de Janeiro, 10/08/1903.

Rio de Janeiro, 17/09/1903.

Rio de Janeiro, 13/10/1903.

Rio de Janeiro, 24/10/1903.

Rio de Janeiro, 21/11/1903.

Petrópolis, 20/01/1904.

Rio de Janeiro, 19/06/1904.

Rio de Janeiro, 27/06/1904.

Pernambuco, 11/11/1904.

Pernambuco, 23/11/1904.

Pernambuco, 04/01/1905.

Caracas, 19/08/1905.

Caracas, 08/12/1905.

Caracas, 13/12/1905.

Caracas, 31/01/1906.

Caracas, 16/02/1906.

Rio de Janeiro, 18/03/1906.

#### Obras de Joaquim Nabuco.

NABUCO, J. **Balmaceda** Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

\_\_\_\_\_. **Cartas a amigos.** Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2 v.

\_\_\_\_\_. **Diários.** Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2005 2v (1873-1910).

\_\_\_\_\_. **Discursos e Conferências.** Rio de Janeiro: Benjamim Águila / s.d.

\_\_\_\_\_. **A intervenção estrangeira na revolta de 1893.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

\_\_\_\_\_. **Minha Formação.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

Cartas de Joaquim Nabuco. In: NABUCO, J. **Cartas a amigos.** Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2 v.

Brighton, 14/10/1882.

St. Germain-em-Laye, 18/07/1900.

Haia, 24/09/1902.

Cannes, 27/04/1903.

Gênova, 27/05/1903.

Nice, 25/12/1903.

Londres, 10/09/1904.

Londres, 01/04/1905.

Bernardsville, N. J. 05/10/1905.

Washington, 19/12/1905.

Washington, 08/01/1906.

Washington, 01/03/1906.

Washington, 30/03/1906.